

2022

RELATÓRIO & CONTAS



Bison Bank



2022

RELATÓRIO & CONTAS

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva **6**

01 Enquadramento Macroeconómico	8	04 Atividades de Controlo	28	06 Perspetivas Futuras	36	11 Outras Informações	186
02 Atividade de Negócio	14	4.1 Risco	29	07 Proposta de Aplicação de Resultados	38	12 Certificação Legal das Contas	190
2.1 Serviços de execução e de gestão de patrimónios	16	4.2 <i>Compliance</i>	30	08 Nota Final	40	13 Avaliação da Comissão de Auditoria sobre adequação e eficácia da Cultura Organizacional, Sistemas de Governo e Controlo Interno	194
2.2 Serviços de banco depositário e custódia	17	4.3 Auditoria interna	31	09 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	44	14 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria	200
2.3 Serviços de banco de investimento	17	05 Análise das Contas Individuais	32	10 Relatório sobre o Governo da Sociedade	148		
2.4 Tesouraria	18	5.1 Análise das contas individuais	33				
03 Áreas de Suporte	20	5.1.1 Principais destaques	33				
3.1 Recursos humanos	21	5.1.2 Principais indicadores das demonstrações financeiras	33				
3.2 Sistemas de informação	23	5.1.3 Principais indicadores de solvência	34				
3.3 Outras atividades de suporte	25	5.2 Análise das contas consolidadas	35				
		5.2.1 Perímetro de consolidação	35				
		5.2.2 Principais destaques	35				

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva



Bian Fang
Presidente
do Conselho de Administração



António Henriques
Presidente
da Comissão Executiva

Durante 2022, o Bison Bank concretizou um conjunto importante de realizações, não obstante uma conjuntura marcada por elevados níveis de incerteza geopolítica, uma inflação muito elevada e uma volatilidade forte dos mercados financeiros.

A evolução do negócio prosseguiu de modo muito favorável e robusto, tendo o Banco continuado o caminho da transformação digital e a forma como os clientes são geridos, tendo em vista alargar e estar mais próximo da base dos nossos clientes.

Tal traduziu-se num crescimento dos indicadores de negócio e na melhoria dos resultados líquidos.

Em 2022, iniciaram funções os novos Órgãos Sociais, eleitos para o mandato 2022 - 2025, e o Banco prosseguiu o seu esforço de reorganização interna com vista à implementação de uma estrutura mais *lean* e eficaz de serviço aos clientes.

Ainda neste exercício, o Banco procedeu à constituição de uma subsidiária, detida na totalidade pelo Banco, vocacionada para o *trading* e custódia de ativos digitais dos nossos clientes — a Bison Digital Assets.

Concretizando a evolução do negócio bancário, em 2022 o banco depositário e os serviços de custódia mantiveram a trajetória de crescimento, com um aumento dos ativos sob gestão de 190 milhões de euros, para 1.684 milhões de euros no final do ano. De acordo com o serviço do Banco Depositário, o Banco trabalha com 64 fundos, de 21 sociedades gestoras.

No serviço de Custódia, para além das atividades relacionadas com o Banco Depositário, o Banco captou mais de 400 clientes internacionais, de mais de 90 países, visando investimento em fundos de capital de risco e fundos de *private equity*, ao abrigo do programa Golden Visa português.

Os serviços de Gestão de Património e Banca de Investimento, que haviam sido afetados pela pandemia, mantiveram os esforços no aumento gradual dos ativos sob gestão e na prestação de serviços de consultoria transfronteiriça nos domínios de M&A e dos mercados de capitais de dívida.

Ao mesmo tempo, o Banco avançou ainda mais no estabelecimento do seu modelo B2B, tendo-se envolvido em mais de 60 parcerias estratégicas

com instituições em todo o mundo, tanto financeiras como não financeiras, abrindo caminho para o aumento de clientes e negócios transfronteiriços.

O posicionamento estratégico planeado de ser mais focalizado, digital e *lean* permitirá ao Banco aumentar e consolidar a sua base de clientes e volume de negócios, estabilizar as operações e impulsionar o crescimento a longo prazo de forma gradual e consistente, tal como um caminho claro para o *breakeven* se torna eficaz nos próximos anos. Para isso, o Banco conta com sólidas posições de capital e liquidez — em Dezembro de 2022, o Banco atingiu um rácio Tier 1 *Common equity* de 37%, LCR de 141% e NSFR de 137%.

Relativamente a 2023, apesar dos elevados desafios colocados pelas incertezas geopolíticas e pela conjuntura macro-económica adversa, confiamos que o Bison Bank manterá o seu caminho no sentido da convergência para a rentabilidade e sustentabilidade.

Enquadramento Macroeconómico

Contexto Macroeconómico

O ano de 2022 foi essencialmente marcado pelo impacto geopolítico do conflito na Ucrânia, que ajudou a espoletar um significativo aumento da inflação, acentuando os efeitos provenientes já do processo de reabertura das economias depois da pandemia, sobretudo nos países desenvolvidos. Os principais bancos centrais mundiais, em face das leituras elevadas para a inflação iniciaram um inevitável ciclo de subida das taxas de juro diretoras, terminando com mais de uma década de taxas extraordinariamente baixas — como é o caso do Banco Central Europeu.

Apesar destas contrariedades, o crescimento económico (PIB real) acabou por ser surpreendentemente forte no terceiro trimestre de 2022 em várias economias, incluindo Estados Unidos (deverá ter crescido 2% em 2022), área do euro (deverá ter crescido 3,5% em 2022) e os principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, que deverão ter crescido cerca de 3,9%, enquanto que a China deverá ter crescido 3% no ano passado, apesar do impacto relativo na atividade das fortes medidas de controlo sobre a COVID-19. A economia mundial registou um crescimento económico de 3,4%.

As razões destas subidas foram, em muitos casos, associadas à economia interna. As leituras mais resilientes por parte de consumo privado e investimento, conjugadas com eficácia das medidas de incentivo fiscal às economias. Na Europa, um inverno mais ameno, assim como uma gestão eficaz das reservas permitiram que os mercados de energia se ajustassem mais rápido do que o esperado ao choque do conflito militar entre Rússia e Ucrânia.

Do lado da oferta, também se verificou uma progressiva redução dos gargalos na cadeia de distribuição, o que em conjunto com uma redução dos custos de transporte reduziu as pressões nos preços, e permitiu uma recuperação em setores anteriormente estrangulados, como o da produção de automóveis.

Portugal não foi imune ao contexto internacional dos preços, com a inflação a ultrapassar em 2022 os dois dígitos em alguns meses do último trimestre do ano (outubro foi de 10,1%) quando comparados em termos homólogos face a 2021, mas a economia acabou por registar um crescimento bastante resiliente, com a economia nacional a crescer 6,7%, de acordo com a estimativa rápida do INE, divulgada no final de Janeiro. A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação anual do PIB, mas inferior ao observado em 2021 verificando-se uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do investimento. A fraca exposição de Portugal à importação de energia Russa (cerca de 10% do gás consumido em Portugal, enquanto que na EU esta dependência é de 46%), as elevadas taxas de vacinação na população (cerca de 86% da população em Junho, superior à média de 63% dos países da União Europeia), o regresso do turismo nacional a valores de pré pandemia (2019), e o principio da implementação dos fundos europeus de resiliência que estimularam o investimento já em 2022, foram fatores que foram relevantes para contrariar o impacto do contexto internacional, e devem continuar a ser para 2023.

Principais indicadores económicos globais, expectativas e projeções de crescimento

(variação percentual anual, exceto quando indicado)	Crescimento do PIB			Inflação IPC		
	2022 E	2023 P	2024 P	2022 E	2023 P	2024 P
Economia Global	3,4	2,9	3,1	8,8	6,5	4,1
Economias Desenvolvidas	2,7	1,2	1,4	7,2	4,4	2,4
Estados Unidos	2,0	1,4	1,0	8,1	3,5	2,2
Euro Area	3,5	0,7	1,6	8,3	5,7	2,7
• Alemanha	1,9	0,1	1,4	8,5	7,2	3,5
• França	2,6	0,7	1,6	5,8	4,6	2,4
• Itália	3,9	0,6	0,9	8,7	5,2	1,7
• Espanha	5,2	1,1	2,4	8,8	4,9	3,5
Reino Unido	4,1	-0,6	0,9	9,1	9,0	3,7
Japão	1,4	1,8	0,9	2,0	1,4	1,0
Economias Emergentes	3,9	4,0	4,2	9,9	8,1	5,3
Economias Emergentes Asiáticas	4,3	5,3	5,2	4,1	3,6	2,8
• China	3,0	5,2	4,5	2,2	2,2	1,9
Economias Emergentes Europeias	0,7	1,5	2,6	27,8	19,4	10,0
• Rússia	-2,2	0,3	2,1	13,8	5,0	4,0
Economias Emergentes América Latina	3,9	1,8	2,1	14,1	11,4	8,1
• Brasil	3,1	1,2	1,5	9,4	4,7	3,9

Fonte: INE, World Economic Outlook Database, FMI World Economic Outlook, Janeiro 2023

(1) Número de pessoas desempregadas como percentagem da população activa total.

(2) Dívida pública bruta total, calculada como percentagem do PIB.

Mercados Financeiros

O ano de 2022 foi um ano de forte volatilidade nos mercados financeiros, marcado essencialmente pelo afastamento das consequências da pandemia e o enfrentar do impacto económico da guerra na Ucrânia, gerando uma escalada nos preços das matérias-primas e provocando turbulência no lado da oferta nos mercados de energia.

No 1.º trimestre, e à medida que os programas globais de vacina contra a COVID-19 foram melhorando a imunidade à pandemia, a reabertura das economias trouxeram pressão sobre a cadeia de distribuição, e acabaram por espoletar um forte aumento na inflação. A este efeito juntaram-se as consequências do conflito militar na Ucrânia no final de fevereiro.

O aumento da inflação a nível global promoveu uma resposta global dos bancos centrais, com o primeiro aumento da taxa de juros do ano a ser levado a cabo pela Reserva Federal Norte Americana, no mês de março. O dólar norte-americano ganhou força com as taxas de juros mais altas e destacou-se sobre outras moedas numa tendência que durou a maior parte do ano. Os setores financeiro e da energia viram o apoio do aumento da receita das taxas de juros e da disparada dos preços do petróleo bruto. As empresas começaram a receber os funcionários de volta nas suas instalações e o mercado de trabalho começou a contrair. Já no 2.º trimestre, a inflação tomou claramente o palco central dos investidores

e pesou sobre os custos de fabrico e construção, enquanto os preços das outras matérias-primas começaram a subir em conjunto com o petróleo bruto. A perspetiva de liquidez das empresas e de consumo tornou-se mais cara à medida que os custos dos empréstimos dispararam.

Os bancos centrais das economias desenvolvidas, começaram a reagir às leituras de inflação de dois dígitos aumentando as suas taxas de juro diretoras, seguindo o caminho mais contracionista da Reserva Federal. Um mercado de trabalho robusto foi a principal justificação para as subidas por parte dos principais bancos centrais. Enquanto isso, os mercados de ações dos Estados Unidos da América, Ásia e Europa tornaram-se mais voláteis, pois os custos dos empréstimos pesavam sobre o sentimento do investidor e as ofertas públicas de venda foram adiadas ou canceladas. No 3.º trimestre, no mês de julho, o Banco Central Europeu (BCE) juntou-se à Reserva Federal e ao Banco de Inglaterra para aumentar as taxas de juro pela primeira vez em 11 anos.

O BCE tinha sido cauteloso em não prejudicar as perspetivas de crescimento da União Europeia

ao mesmo tempo que há uma guerra na Ucrânia, mas finalmente decidiu-o frente a uma presente escalada da inflação.

Durante o último terço de 2022, as políticas dos bancos centrais na UE, no Reino Unido e nos EUA começaram a beneficiar de uma inflação mais baixa. A Reserva Federal estava firmemente comprometida com a sua meta de inflação de 2%, enquanto reconhecia os perigos de uma recessão. O aumento da taxa de juro do banco central em dezembro foi menor do que os anteriores, refletindo em parte a pressão descendente dos preços do petróleo bruto sobre a inflação. As ações globais continuaram o resto do ano em queda, caracterizado por breves aumentos durante a temporada de resultados e um sentimento geral de cautela, uma vez que os receios de recessão travaram o apetite pelo risco. Ao longo de quatro trimestres de uma inflação e mudanças nas taxas de juro, apenas dois bancos centrais permaneceram relativamente estáveis em termos de política monetária: o Banco do Japão (BoJ) e o Banco Popular da China (PBoC), depois de registarem leituras de inflação mais baixas do que outros países.

Evolução principais índices bolsa em 2022 (%)



Fonte: Bloomberg.

Ativos Digitais

O ano de 2022 foi um ano difícil para os mercados de ativos digitais em geral, impulsionado principalmente por tendências promovidas em exagero e produtos *DeFi* (*Decentralized Finance*) de rendimento insustentáveis que levaram a uma perda de quase 1,5 triliões de USD no total do mercado, com a Bitcoin (BTC) e a Ethereum (ETH) a descer 65% e 68% respetivamente no ano.

A queda acentuada do ecossistema Luna, em maio, foi o primeiro momento crucial marcando a tendência de baixa de 2022, com o *depeg* da *stablecoin* UST, causando vendas de pânico e afundando o seu preço, assim como a sua moeda nativa LUNA, em mais de 95% em apenas alguns dias. Considerado o maior crash de cripto de todos os tempos, com uma perda estimada de US\$ 60 mil milhões, o resultante contágio espalhou-se rapidamente para outros ativos digitais e empresas de cripto como 3AC, Celsius, Voyager e BlockFi, devido à sua alta exposição e alavancagem na LUNA

ou UST. O segundo grande evento crucial de 2022 ocorreu mais tarde, em novembro, após uma fuga de um documento confidencial sobre o balancete da FTX nos media que levou a levantamentos em massa por parte de utilizadores em pânico que tentavam retirar os seus fundos da plataforma devido aos rumores de que a empresa Alameda Research estava a emprestar fundos de clientes à FTX, o que resultou num processo de falência em alguns dias, deixando um buraco de USD 8 mil milhões e 5 milhões de clientes afetados.

Apesar da negatividade nos mercados de ativos digitais, 2022 será para sempre lembrado como o ano do *Ethereum Merge*, o projeto (finalmente) mudou o mecanismo de consenso de *proof-of-work* para o método *proof-of-stake* menos consumidor de eletricidade, marcando o fim da mineração de Ether e reduzindo o consumo de energia em 99,95%.

Evolução Bitcoin (BTC-USD) 2022



Fonte: Yahoofinance, Bison Digital Assets

Evolução Ethereum (ETH-USD) 2022



Fonte: Yahoofinance, Bison Digital Assets

Atividade de Negócio

2022

Este foi um ano marcado por uma adaptação a um novo quadro de negócio do Bison Bank, S.A. (“Banco” ou “Bison Bank”), tendo o Banco recentrado a sua abordagem, que está neste momento mais vocacionada para trabalhar em regime *business to business*, e para segmentos de clientes institucionais e de alto rendimento (*High Networth*). O Banco assumiu também uma base de originação de negócio proveniente de clientes internacionais, e também as sinergias para o negócio tradicional que podem ser decorrentes da nova subsidiária *Bison Digital Assets* (“Bison Digital Assets” ou “Bison Digital”), detida em 100% pelo Banco, que é por sua parte integrante do Grupo Bison Bank.

A atividade do Departamento de *Client Management* (“CMD”) em 2022 foi também influenciada pela reorganização do Bison Bank. Durante a maior parte do ano, a atividade comercial concentrou-se na consolidação do negócio de expansão da base de clientes existente através de uma série de iniciativas ligadas sobretudo aos serviços de banco depositário e de custódia, assim como da forte vocação do Bison Bank para abertura de conta a clientes internacionais, assente na agregação de valor que o Banco continua a apresentar junto dos seus parceiros para processos de *visto-gold*.

2.1. Serviços de Execução e de Gestão de Patrimónios

Consultadoria para o Investimento

A equipa de *Wealth Management* terminou o ano de 2022 com um incremento no número de contas de serviço de consultadoria para o investimento de 89,4% face a 2021. No que diz respeito ao volume sob gestão, o banco registou uma queda de 20%, muito em linha com a variação de mercado, quer na vertente de mercados de ações, como no mercado de dívida, no entanto, as receitas do banco geradas no serviço, e em virtude da elevada volatilidade, aumentaram em 5,5 vezes face ao registado em 2021.

O foco do Banco para 2023 será o de continuar a privilegiar o serviço de consultadoria de investimento na situação financeira integrada de cada cliente, prevalecendo a visão de um serviço que permite ao cliente escolher os produtos que melhor atendam às suas necessidades, em termos de perfil de risco, horizonte de investimento, objetivos e expectativas de retorno.

Serviços de execução de ordens

O ano de 2022, ficou marcado pelo incremento da atividade de intermediação, comparando com o período homólogo, em mais de 20% de volume em ativos transacionados. O volume de negócios e os clientes captados, particulares e institucionais, geraram comissões nas diversas classes de ativos, onde se destaca o maior volume de transações em ETF's e ações. No papel comercial e obrigações, outros dos ativos mais negociados, a procura veio pelo lado de clientes institucionais e pelo investimento em empresas Europeias e Americanas.

A continua crescente base de clientes Bison Bank, oriundos de mais de 90 países tem exigido à área, adaptar-se na procura de uma maior oferta de produtos e soluções para o cliente na prestação de um serviço profissional.

Este processo permitiu tornar a execução nos diversos mercados e plataformas mais alargado e mais eficiente. O resultado traduziu-se ao longo do exercício, na melhoria das comissões líquidas cobradas, bastante significativas no decorrer de 2022.

2.2. Serviços de Banco Depositário e Custódia

O Bison Bank tem vindo a reforçar a aposta realizada nos últimos anos, investindo significativamente na área da prestação de serviço de Banco Depositário e Custódia.

O Banco disponibiliza, no mercado nacional, um serviço estruturado para satisfazer e acomodar a natureza, escala e especificidades dos vários tipos de veículos de investimento, de forma independente e sem conflitos de interesses. Com uma experiência de mais de 20 anos, e prestando serviços de depositário a mais de 60 Fundos, privilegia o rigor, exclusividade e um acompanhamento personalizado às Sociedades Gestoras.

O exercício de 2022 veio confirmar a tendência de crescimento desta linha de negócio, que se tem afirmado como o motor de um crescimento sustentado da atividade comercial do Banco e geradora de retorno, que assume uma expressão cada vez mais relevante.

Esta dinâmica tem conduzido a níveis de crescimento significativos, não só ao nível do número de Clientes Institucionais, como também do número de Fundos de Investimento e de Participantes desses mesmos Fundos, com especial destaque para investidores internacionais com interesse em aderirem ao Programa Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI).

O Bison Bank continuará a trabalhar para ser o Banco Depositário de referência no mercado nacional e o primeiro Banco para Investidores Privados Internacionais, a quem oferece um vasto conjunto de serviços bancários cuja excelência tem possibilitado alargar a sua base de influência a clientes oriundos de mais de 90 países.

2.3. Serviços de Banco de Investimento

Os serviços de banco de investimento do Bison Bank fornecem atualmente um conjunto de soluções de banco de investimento que atendem às necessidades daqueles que buscam levantar capital, vender ou comprar negócios e/ou avaliar o valor comercial de uma empresa. Os serviços de banco de investimento do Bison Bank concentram-se essencialmente em transações que ocorrem em Portugal, podendo também servir de ligação com a Ásia, pela ligação natural do Banco a esta região. Por fim, a unidade presta ainda assessoria financeira, nomeadamente, no desenvolvimento de planos de negócio e processos de candidatura a licenças de funcionamento, ofertas públicas e soluções de pagador.

Ao longo de 2022, a unidade de banca de investimento reforçou a sua atividade, nomeadamente na originação e execução de M&A e *Financial Advisory (Debt & Equity fundraising)*, tendo apoiado um número crescente de clientes e parceiros, abrangendo diversos setores como o Imobiliário (estruturas de investimento relacionadas com ARI — Golden Visa), serviços financeiros, turismo e desporto entre outros. Os serviços de banco de investimento continuam a desenvolver um portfólio consistente de mandatos e projetos sob gestão.

2.4. Tesouraria

No enquadramento global dos mercados financeiros, o impacto da situação de conflito na Ucrânia foi a principal nota no ano de 2022. A conjugação das incertezas provocadas por esta situação com os efeitos ainda presentes da pandemia, levaram a uma alteração substancial das previsões macroeconómicas, levando inclusive a uma mudança abrupta das políticas monetárias dos principais Bancos Centrais mundiais.

As pressões inflacionistas foram aumentando ao longo do ano e em termos macroeconómicos foi o facto de maior registo conjugado implicando a já referida atuação dos Bancos Centrais.

As taxas de juro subiram de uma forma transversal afetando todas as classes de ativos, e naturalmente em maior escala os ativos de rendimento fixo.

Os preços das matérias-primas, em especial no segmento energético, foram um dos principais fatores de impacto nas pressões inflacionistas, dada a subida exponencial perante a incerteza da guerra, bem como do contexto relacionado com as cadeias de distribuição ainda condicionadas pelo período de confinamento global provocado pela pandemia. Estes níveis inverteram a tendência a partir de meados de 2022, perante o receio de desaceleração global da economia como consequência das políticas monetárias restritivas impostas pelos Bancos Centrais.

Neste contexto, observou-se uma subida generalizada das *yields*, com o alargamento exponencial dos *spreads* de crédito, bem como da dívida soberana que dispararam na Zona Euro, com enfoque para a dívida alemã que registou valores acima dos 2% em todas as maturidades versus rentabilidades negativas registadas nos últimos anos. Movimento similar, mas ainda mais pronunciado, nas *yields* do dólar norte-americano, com esta moeda a registar apreciação significativa face a todas as principais moedas, e em especial contra o Euro quebrando pela primeira vez o nível histórico da paridade.

Apesar de tudo, e em termos de comparação com as expectativas iniciais, 2022 foi um ano em que se registou crescimento económico global, reforçando a ideia da capacidade de resiliência das principais economias na resistência a choques globais, sendo que 2023 será certamente um ano chave para a definição das tendências das principais classes de ativos nos próximos anos.

Em 2022, o Bison Bank, continuou a evidenciar a eficácia da sua abordagem estratégica e da sua política de gestão de liquidez, num contexto fortemente marcado por fatores geopolíticos de elevado impacto global, mantendo os níveis de robustez da liquidez.

O Banco manteve, portanto, a sua abordagem estratégica assente numa estrutura de liquidez de perfil enquadrado nos parâmetros estabelecidos pelo Banco na sua Declaração de Apetite ao Risco e na Política de Gestão de Liquidez em vigor, que permitiu elevados níveis de liquidez disponível.

Esta abordagem estratégica permitiu ao Banco, perante as alterações fundamentais das condições de mercado, designadamente a diminuição do rácio risco/retorno nos mercados de dívida, aumentar a sua exposição e os valores da margem financeira da carteira proprietária no ano de referência.

A carteira de títulos do Banco em base individual passou de cerca de 64 milhões de euros no final de 2021 para 98 milhões de euros no final de 2022.

O Banco continua assim a manter e assegurar o perfil conservador e de robustez em termos de liquidez e exposição ao risco, mantendo o objetivo central de proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento das linhas de negócio estabelecidas no seu modelo de negócio e com relação com estes domínios.

Em termos de base de *Funding*, o Banco mantém a previsão de, no futuro próximo, não recorrer ao Mercado de Capitais como fonte de financiamento, mantendo por isso esta base assente em recursos próprios e depósitos de clientes. Neste último domínio, o Banco manteve uma base sólida, aumentando o grau de diversificação adequado ao seu modelo de negócio.

A 31 de Dezembro de 2022 o rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) ascendeu a 141% (147% no período homólogo) e o rácio NSFR (*Net Stable Funding Ratio*) a 137% (201% no final de 2021), situando-se em níveis substancialmente superiores aos exigidos pela regulamentação aplicável, em sintonia com o perfil de risco já mencionado.

Áreas de Suporte

03

3.1. Recursos Humanos

Os nossos colaboradores

O Bison Bank advoga, no âmbito da sua estratégia corporativa de gestão de capital humano, o acordo de promover de forma ativa o desenvolvimento de todos os colaboradores, contribuindo, desta forma, para a sua motivação e compromisso e, igualmente, para a sustentabilidade do Banco. O ano de 2022 foi um ano de reorganização e transformação, da macroestrutura interna do Banco, onde este compromisso se manteve.

O Bison Bank promoveu ampla oferta de conteúdos, de forma digital, para apoiar as suas equipas presencial e remotamente, sobre matérias diversas como Compliance e cumprimento de normativos, Prevenção de Fraude, FATCA, segurança de Dados e Segurança Informática, e introdução ao tema de criptoativos. Foi ainda retomada a formação em contexto presencial, essencialmente no que refere a competências de liderança para quadros superiores.

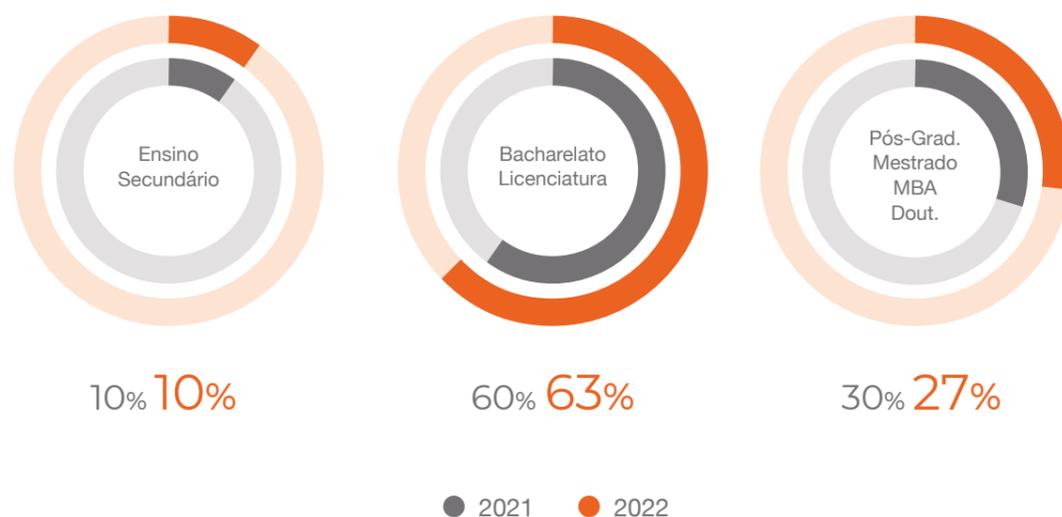
O processo de gestão do desempenho tem o objetivo de alinhar os desempenhos individuais com a estratégia do Banco, definindo objetivos claros para todos os colaboradores sempre com o foco de desenvolver competências e fomentar uma cultura baseada na meritocracia e no reconhecimento. A avaliação continua a ser efetuada através de uma ferramenta virtual de avaliação, no seguimento da estratégia de digitalização das ferramentas de DPC — academia, avaliação e portal do colaborador.

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que valorizamos e estimulamos no Banco, pois acreditamos nas oportunidades de crescimento interno, quer na alocação de recursos a projetos transversais quer para colmatar necessidades de know-how específico. Em 2022, foram realizadas 7 mobilidades internas.

Distribuição de empregados por áreas de atividade (em 31 de dezembro de 2022)



Distribuição de empregados por habilitações literárias (em 31 de dezembro de 2022)



● 2021 ● 2022

Visão Geral dos Colaboradores

Os dados de colaboradores apresentados referem-se a colaboradores a tempo inteiro, com contratos sem termo e a termo certo celebrados com o Banco, em 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o Bison Bank empregava 51 colaboradores, em comparação com 63 em 31 de dezembro de 2021.

Diversidade e Inclusão

O objetivo do Bison Bank consiste em promover um quadro de colaboradores diversificado e uma atmosfera que promova a inclusão, respeito e apoio a todos os colaboradores e que ajude a melhorar o desempenho das atividades desenvolvidas, proporcionando iguais oportunidades de recrutamento, promoção e formação a todos os colaboradores.

O foco centra-se em reduzir progressivamente o gap entre homens e mulheres dentro da empresa e criar um ambiente diversificado.

3.2. Sistemas de Informação

Desde o mês de julho de 2022, a Direção de Sistemas de Informação (DSI), passou a agregar funcionalmente a responsabilidade da Direção de Operações (DOP), sob a nova designação de Direção de Tecnologia e Operações (DTO).

Em 2022, a Direção contribuiu para a prossecução de algumas das principais iniciativas estratégicas do Bison Bank, das quais destacamos:

- Aumentar o nível de satisfação dos clientes internos. Durante o ano de 2022, a DTO concentrou-se em aumentar a produtividade dos utilizadores, apesar da continuação da situação de pandemia COVID-19, através de vários projetos de melhoria nesta área, a saber:

- Otimização das ferramentas colaborativas do Microsoft Office 365 baseado em nuvem e de soluções de segurança baseadas em autenticação multi-fator e em VPN para acesso aos sistemas do Banco, juntamente com hardware móvel, para continuar a garantir a possibilidade de teletrabalho a todos os colaboradores, sem qualquer perda de produtividade;
- Implementação de melhorias adicionais no sistema de informação de gestão para um melhor suporte à atividade comercial;
- Otimização dos processos operacionais internos através de ferramentas de automatização de fluxos de trabalho.

- Garantir um ambiente de controlo interno robusto e em conformidade. Nesta área, continuaram a ser dados passos no sentido de reforçar o desempenho, a flexibilidade, a resiliência e a segurança do hardware, software e comunicações do Bison Bank, a saber:
 - i. Após a migração da infraestrutura do Bison Bank para uma *cloud* híbrida (com vantagens a nível da agilidade, escalabilidade e mobilidade, tal como a nível de segurança e de resiliência, e ainda da redução do risco operacional e da otimização de custos), implementação de um *Security Operations Center* (SOC), disponível 24x7, para monitorização e reação imediata a incidentes de segurança, incluindo a análise em tempo real dos logs de todos os sistemas sobre vigilância;
 - ii. Continuação das auditorias externas de segurança, quer a nível da avaliação dos processos de segurança do Banco, quer a nível da condução de testes regulares de intrusão e de deteção de vulnerabilidades;
 - iii. Implementação de várias novas melhorias gerais de segurança, bem como iniciativas internas de consciencialização dos utilizadores para o tema da segurança e cibersegurança.
- Melhorar a experiência do cliente através de serviços bancários *on-line*:
 - i. Desenvolvimento da 1ª fase de um novo processo de abertura de conta digital, com importantes ganhos a nível da eficiência administrativa, redução do risco operacional, e aumento da comodidade para o cliente;
 - ii. Várias medidas de reforço da segurança, monitorização e facilidade de utilização das plataformas *on-line* do Banco;
- Melhorar a experiência do cliente através de processos de AML/FCT e de outras funções de controlo:
 - i. Implementação de várias melhorias na estrutura de relatórios legais;
 - ii. Aumento do nível de automatismo nos processos de AML/FCT;
 - iii. Implementação de melhorias na informação de gestão disponibilizada às funções de controlo.
- Melhorar a experiência do cliente através das áreas de *Wealth Management* e de Pagamentos:
 - i. Aumento da automatização dos fluxos relacionados com os sistemas de pagamento, suportando o forte aumento de transações no período, em resultado da atividade do Banco.
 - ii. Desenvolvimentos no âmbito da migração dos sistemas de pagamento da Zona Euro (Target) e SWIFT para o novo standard ISO 20022.

3.3. Outras Atividades de Suporte

Contabilidade e Planeamento

Desde julho de 2022, a Direção de Contabilidade e Planeamento (DCP), passou a agregar funcionalmente a responsabilidade da Direção de Recursos Humanos (DRH), para além das habituais atividades realizadas nos domínios da contabilidade, planeamento e *Procurement*, sob a nova designação de Direção de Pessoas e Contabilidade (DPC).

Nas componentes de Contabilidade e Planeamento destacamos os seguintes projetos e iniciativas desenvolvidos:

- Acompanhamento das inspeções fiscais realizadas pela Autoridade Tributária referentes aos exercícios de 2019 e 2020;
- Revisão dos controlos associados aos mecanismos de reporte e compliance fiscal e tributário;
- Elaboração e conclusão da revisão da estratégia e orçamento do Bison Bank para o triénio 2023-2025, interagindo com todas as áreas de negócios, de suporte e de controlo, compreensivamente revisto e aprovado pelo Conselho de Administração;
- Desenvolvimento e realização de novos reportes e relatórios, anteriormente não exigidos ao Banco, de extensão e abrangência alargada e relevante no contexto da atividade desenvolvida pelo Banco;
- Formalização de procedimentos detalhados à área, visando a melhoria do sistema de controlo interno.

No que refere à equipa de secretariado continuou ao longo de 2022 a apoiar os órgãos de administração e fiscalização e o secretário da sociedade, assegurando, entre outras atividades, as reuniões realizadas e seu

agendamento, a correspondência do Banco (recebida e enviada) garantindo o seu registo, o serviço de receção do Banco, telefonemas e outros serviços administrativos.

Operações

A atividade de Operações continuou a crescer significativamente em 2022, fruto do aumento relevante da base de clientes e das operações associadas, que corresponderam ao estabelecido no Plano de Negócios.

Assim, as operações do Banco tiveram um aumento de 114% no número de operações com valores mobiliários, verificou-se um aumento de 50% no número de aberturas de conta e entidades abrangidas e ainda um crescimento de 155% no número de transferências e pagamentos executados.

Continuou a notar-se um aumento consistente no número de fundos de investimento sob contrato de Banco Depositário, bem como uma grande diversificação na tipologia de fundos e no número de sociedades gestoras envolvidas nestes processos.

No ano de 2022 o número de fundos de investimento cresceu 30%, continuando as tipologias de fundos a manter uma grande diversificação. O número de sociedades gestoras envolvidas continuou por seu turno igualmente a aumentar.

O Sistema Centralizado de registo de Valores Mobiliários do Banco, onde já foram centralizados 8 fundos de investimento, continuou com sucesso a sua atividade.

Neste contexto desenvolveu-se intensa ação na adequação dos recursos disponíveis e das ferramentas associadas, que demonstraram resiliência e capacidade de endereçamento sustentado do crescimento verificado.

Este esforço foi acompanhado da prossecução da implementação de novos projetos e adequação de processos, nomeadamente:

- Ferramenta de pedidos de clientes e de monitorização de processos de abertura de conta;
- Ferramenta de gestão de pedidos de registo e execução de operações, com medição de SLA e de tempo de verificação;
- Reforço continuado e auditado da salvaguarda de ativos de clientes;
- Monitorização de variações financeiras, de forma a manter níveis baixos de Risco Operacional;
- Automatização do processo de abertura de conta para melhoria de eficiência (em curso);
- Implementação de ferramenta HUB para gestão e controlo de pagamentos, com integração nos sistemas do Banco e nas plataformas nacionais e internacionais de pagamentos. Esta ferramenta permitiu a gestão e execução automática do grande aumento de volume verificado, com ganhos de eficiência e de segurança correspondentes;
- Participação intensa nos processos mandatários de migração da comunidade nacional para as novas plataformas de pagamentos da Zona Euro (Target) e do Swift, que passarão a ser integradas numa nova arquitetura coordenada pelo Eurosistema. Esta nova realidade será totalmente certificada pela Norma Internacional ISO 2022.

A Direção de Operações esteve igualmente envolvida ativamente no desenvolvimento de novos produtos e serviços comerciais, nomeadamente na definição de requisitos operacionais e regulatórios.

Legal e Governance

A Direção de Legal e *Governance* (DLG) é uma estrutura de alto nível na hierarquia organizacional do Banco, com reporte hierárquico à Comissão Executiva através do Administrador do pelouro.

Compete à DLG prestar apoio jurídico, em todas as suas vertentes, à atividade bancária e financeira do Banco, em particular na estruturação, conceção e acompanhamento dos produtos e serviços disponibilizados. Por outro lado, compete ainda à DLG prestar apoio ao Conselho de Administração, Comissão Executiva, Comitês de Governance, Secretário da Sociedade e demais órgãos estatutários, no que respeita às reuniões realizadas, respetivas atas e documentação, bem como assuntos diversos em matéria societária e de governo interno.

Durante o ano de 2022, a DLG centrou grande parte da sua atividade nas seguintes temáticas:

- Banco depositário
- Novo modelo de governo
- Nova subsidiária do Banco

Atividades de Controlo

04

4.1. Risco

A Direção de Risco Global e *Reporting* (DRR) é uma estrutura de alto nível na hierarquia organizacional do Bison Bank, com reporte hierárquico à Comissão Executiva através do Administrador do pelouro.

Adicionalmente, mantém uma articulação muito próxima com o Comissão de Auditoria, através de reuniões específicas regulares. Conjuntamente com a Direção de Compliance e a Direção de Auditoria Interna, assegura o Sistema de Controlo Interno do Banco.

Durante o ano de 2022 a Direção, em coordenação com o Administrador do Pelouro, concentrou-se nas seguintes atividades:

- Implementação do Plano de Atividades de Risco de 2022;
- Atualização das políticas de gestão de risco, por forma a garantir o alinhamento com a estratégia e os objetivos de negócio do Banco, nomeadamente a Declaração de Apetite ao Risco, políticas de limite, etc;
- Implementação de melhorias adicionais ao nível da informação de gestão risco, com base em dados completos e regulares, para avaliar oportunamente os riscos e agir em conformidade;
- Elaboração e reporte dos relatórios prudenciais pelos quais é responsável, dentro do seu âmbito de atuação, nomeadamente no âmbito da Common Reporting (COREP OF; COREP LE, COREP LR, FRTB, LCR, NSFR e ALMM), IRRBB, ICAAP, ILAAP etc.;

- Contribuição para outros relatórios externos, Relatório de Controlo Interno, Plano de Recuperação (contribuição na definição dos cenários de stresse medidas de recuperação e cálculo de impactos nos índices e indicadores de recuperação), Plano de Financiamento e Capital e Plano de Resolução das Instituições Menos Significativas;
- Emissão de opiniões e participação em vários grupos de trabalho no âmbito do desenvolvimento de novas atividades e produtos comerciais;
- Acompanhamento regular da implementação de medidas de mitigação identificadas no âmbito do *Risk Control Self-Assessment* e Risco Operacional;
- Implementação de medidas de mitigação relativas a pontos de controle internos da sua responsabilidade;
- Implementação do *Data Mart* de Risco;
- Promoção de campanhas de consciencialização de riscos (realizadas por email), abordando várias questões de risco.

A DRR tem trabalhado ativamente, em coordenação com o Conselho de Administração, na implementação de um sistema de gestão de riscos do Banco adequado à estratégia de negócios, assegurando ainda o respetivo alinhamento com os requisitos regulatórios.

4.2. Compliance

A Direção de *Compliance* (DCO) é uma estrutura de alto nível na hierarquia organizacional do Bison Bank, com reporte hierárquico à Comissão Executiva através do Administrador do Pelouro.

Adicionalmente, mantém uma articulação muito próxima com a Comissão de Auditoria, através de reuniões no máximo bimensais e com o Comité de Controlo Interno e *Compliance*, através de reuniões trimestrais. Conjuntamente com a Direção de Risco e a Direção de Auditoria Interna, estabelece o Sistema de Controlo Interno do Banco.

O Banco conta com uma Função de *Compliance* independente, permanente e eficaz, encarregada de controlar o cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, operacionais, éticos e de conduta que estão incumbidos ao Banco e aos seus colaboradores, incluindo os membros dos Órgãos de Gestão e fiscalização.

Durante o ano de 2022, o DCO concentrou-se essencialmente nas seguintes principais atividades:

- Implementação do Plano de *Compliance* de 2022;
- Atividades realizadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Atividades realizadas no domínio da prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo e medidas restritivas;

- Atividades realizadas no âmbito de operações de intermediação financeira, combatendo o abuso de mercado e situações de informação privilegiada;
- Atividades no âmbito do controlo de situações reais ou potenciais de Conflitos de Interesses e de operações com Partes Relacionadas;
- Atividades no âmbito da Política de Comunicação de Irregularidades, dando suporte à Comissão de Auditoria;
- Atividades de implementação dos projetos em matérias de:
 - i. Abertura de Conta Digital;
 - ii. Registo e abertura da subsidiária Bison Digital Assets;
 - iii. Revisão do portefólio de normativos do Banco.
- Atividades desenvolvidas no âmbito do tratamento e gestão de reclamações;
- Atividades no âmbito do cumprimento de entrega de Relatórios Obrigatórios às autoridades / reguladores.

A DCO tem trabalhado ativamente, em coordenação com o Conselho de Administração, na adaptação do ambiente de governação de risco de *compliance* do Banco à estratégia de negócios, enquanto assegura o respetivo alinhamento com os novos requisitos regulatórios.

4.3. Auditoria Interna

A Direção de Auditoria Interna (DAI) é uma estrutura de alto nível na hierarquia organizacional do Bison Bank, com uma linha de reporte hierárquico ao Presidente da Comissão Executiva (reporte meramente administrativo) e uma linha de reporte funcional ao Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria.

Conjuntamente com a Direção de Risco Global e *Reporting* e com a Direção de Compliance, assegura o Sistema de Controlo Interno do Banco. A Função de Auditoria Interna encontra-se estabelecida numa unidade de estrutura organicamente segregada das atividades que monitoriza e controla.

Durante o ano de 2021, a DAI desenvolveu as suas atividades em conformidade com o Plano Plurianual de Auditoria, que foi aprovado pelo Conselho de Administração (com parecer prévio da Comissão de Auditoria), com vista a assegurar um exame abrangente, orientado para o risco, das atividades, sistemas e processos do Banco, concentrando-se essencialmente nas seguintes atividades.

- Preparação do Plano Plurianual de Auditoria (alinhado com a estratégia e os objetivos do negócio, de forma a assegurar a monitorização dos riscos relevantes);
- Desenvolvimento de trabalhos de auditoria em conformidade com o Plano de Plurianual de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração;

- Emissão de recomendações baseadas nos resultados dos trabalhos de auditoria realizados e em resultado das deficiências de controlo interno identificadas;
- Promoção de acompanhamento contínuo das deficiências de controlo interno identificadas;
- Manutenção das ferramentas de IT existente para o suporte da atividade relacionada com a monitorização dos pontos de controlo interno;
- Acompanhamento da evolução da implementação do Plano de Negócios do Banco;
- Atualização / Revisão dos estatutos orgânicos, documentos internos, estratégias e metodologias e modelos de classificação de risco;
- Reporte de informações relevantes sobre a atividade desenvolvida e sobre a execução do Plano Plurianual de Auditoria ao Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria.

A DAI tem trabalhado ativamente na avaliação da adequação e da eficácia do sistema de controlo interno, na monitorização das deficiências de controlo interno identificadas bem como da respetiva implementação das medidas destinadas à sua correção, por forma a alcançar melhorias na cultura de controlo interno do Banco.

Análise das Contas Individuais

05

5.1. Análise das Contas Individuais

5.1.1. Principais Destaques

Durante o ano de 2022, os conflitos geopolíticos e a instabilidade relacionados com a volatilidade das taxas de juro e *commodities* mantiveram a sua tendência com o foco na economia e nos mercados, sendo estes efeitos entendidos como o principal risco para o crescimento económico, e os seus efeitos foram naturalmente estendidos também ao Bison Bank.

A reorganização do modelo de governação do Bison Bank (incluindo a entrada em funções dos novos órgãos de gestão e do novo membro não-executivo) e a macroestrutura organizacional foi totalmente concluída.

Foi finalizado e aprovado em novembro de 2022 um novo plano de negócios que reflete as considerações acima referidas, bem como a plena operacionalização da Bison Digital Assets, com o objetivo de alcançar a *break-even* nos próximos anos.

Não obstante aplicável a 2022 e 2021, o Banco melhorou o nível de prejuízo em 2022, para 6,5 milhões de euros (2021: 10,6 milhões de euros) com o produto bancário a crescer 3,4 milhões de euros e os custos de estrutura a apresentar um decréscimo relevante (-0,8 milhões de euros de custos com pessoal e outras despesas administrativas).

As principais linhas orientadoras de estratégia têm vindo a ser reforçadas, e tal manter-se-á no futuro, com maior intensidade — foco num modelo B2B suportado por um conjunto selecionado de serviços financeiros nos quais o Banco tem clara vantagem competitiva, utilização de meios digitais como canal preferencial, recurso a uma estrutura simples, e preservação de níveis elevados de capital e liquidez.

5.1.2. Principais Indicadores das Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apresenta um total de balanço de 188,7 milhões de euros (2021: 183 milhões de euros), o que representa um aumento de cerca de 5,7 milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2021, incremento essencialmente relacionado com a captação de depósitos.

Para além da rubrica de “Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem”, a carteira de “Ativos financeiros pelo justo valor através de rendimento integral” é a maior componente do ativo de Balanço, representando cerca de 52% do ativo total (27% do ativo total em 2021).

Ao nível da demonstração dos resultados, e considerando o evento extraordinário de desvalorização do fundo *Discovery Portugal Real Estate Fund* (“Fundo Discovery”) em aproximadamente 1 milhões de euros, registada em ganhos/perdas com ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados, o Banco apresenta um total de Produto Bancário de 2,6 milhões de euros, acima da atividade operacional do Banco face a 2021 em que o Produto Bancário foi negativo em 0,8 milhões de euros, essencialmente justificados através de:

(i) incremento de 0,9 milhões de euros da margem financeira, (ii) diminuição de 0,2 milhões de euros em receitas de serviços e comissões; (iii) redução de 0,2 milhões de euros na rubrica de encargos com serviços e comissões; (iv) aumento de 0,4 milhões de euros na rubrica de outras receitas e perdas operacionais.

Por último, a rubrica de custos com pessoal ascendeu a 5,4 milhões de euros, representando uma redução de 7% face a 2021 (-0,4 milhões de euros), o qual se deve essencialmente ao processo de ajustamentos ocorridos em 2022, associado ao redimensionamento dos órgãos de gestão e ao processo de despedimento coletivo realizado durante o exercício, e a rubrica outras despesas administrativas ascendeu a 2,5 milhões de euros, representando uma redução de 14% face a 2021 (-0,4 milhões de euros), refletindo assim o padrão continuado de controlo dos principais custos estruturais. Os restantes custos, relacionados com amortizações, provisões e depreciações, diminuíram em 39 mil euros (cerca de -4%).

Em resultado da referida evolução, excluindo o efeito do evento extraordinário da desvalorização do Fundo Discovery (1 milhão de euros em 2022 e 3,6 milhões

de euros em 2021), o Banco apresentou um prejuízo de 5,6 milhões de euros em 2022, aproximadamente 26% inferior ao registado em 2021 (7,0 milhões de euros).

Os elementos extrapatrimoniais do balanço dependem principalmente de 2 serviços:

- Serviços de Banco Depositário de Fundos, cujo valor dos Fundos ascende a 725,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 (2021: 569,9 milhões de euros),
- Serviços de Custódia de Valores Mobiliários, no valor de 815,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (2022: 794,7 milhões de euros), por conta dos clientes do Banco.

Os impostos diferidos não tiveram, novamente, impacto no Lucro / Prejuízo Líquido, uma vez que a indispensável aprovação da transmissão dos prejuízos fiscais por parte das autoridades fiscais competentes, na sequência da aquisição pela Bison Financial, se encontra ainda pendente na presente data.

5.1.3. Principais Indicadores de Solvência

Em 2022, o Banco manteve um nível de capitalização sólido, com um rácio *Tier 1 Common equity* de 36,2% no final do ano. Este rácio resultou da combinação de um *Tier 1 Capital* elevado de 39,5 milhões de euros, com um perfil de tomada de risco pelo Banco conservador — rácio médio de ativos ponderados pelo risco (RWA) de 58,0%. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 os rácios de liquidez permaneceram robustos — LCR de 140,9% e NSFR de 137,8% — e substancialmente acima dos mínimos regulamentares.

5.2. Análise das Contas Consolidadas

5.2.1. Perímetro de Consolidação

A 20 de maio de 2022, foi deliberada a constituição da subsidiária da Sociedade, Bison Digital Assets, S.A. (“Bison Digital Assets”, ou “Bison Digital”), a qual veio efetivamente a ser constituída a 15 de julho de 2022, passando esta a constituir a única entidade sobre a qual o Bison Bank exercia controlo no decorrer do exercício de 2022.

Considerando o cumprimento com os normativos internacionais de reporte financeiro (IFRS), ao nível de demonstrações financeiras consolidadas (IFRS 10), o Banco apresenta demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022, considerando a consolidação pelo método integral da Bison Digital Assets S.A.

5.2.2. Principais Destaques

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço consolidado do Bison Bank é, na sua quase totalidade, coincidente com o balanço individual, dado a reduzida atividade da Bison Digital no ano na sua criação. Por esta razão, não existem comentários adicionais relevantes a adicionar aos comentários acima apresentados relativos ao balanço em base individual, o mesmo se aplicando à demonstração de resultados.

Perspetivas Futuras



Para 2023, atendendo ao contexto atual de elevada incerteza geopolítica, espera-se que, à imagem da generalidade dos bancos a nível global, o Bison Bank seja colocado perante desafios complexos, em particular no processo de desenvolvimento de negócio.

Não obstante, o Bison Bank pretende dar continuidade ao processo gradual de estabilização de operações e potencialização da atividade comercial, que permita convergir, de forma consistente, para o objetivo estratégico de atingir *break-even* nos próximos anos.

Desta forma, o Banco irá continuar a progredir no processo de consolidação do seu modelo B2B, através do estabelecimento de parcerias adicionais, face às mais de 30 atualmente em vigor. O Banco pretende ainda dar continuidade à implementação do seu plano de transformação digital, como meio de incrementar a base de clientes e o volume de negócio. Em particular, o Banco tenciona consolidar o processo de digitalização dos seus canais comerciais, nomeadamente a aplicação móvel Bison Mobile e o *homebanking*, através da melhoria das atuais funcionalidades e disponibilização de novas, com vista a melhorar a experiência bancária dos seus clientes, quer no *on-boarding* quer ao longo da vida da relação comercial.

Em termos de negócio, em 2023 o Banco tem como objetivo ter uma abordagem mais focada, em particular nas áreas de banco depositário, para clientes institucionais domésticos, e de custódia e execução, para clientes particulares e institucionais essencialmente de base internacional. Complementarmente, o Banco prestará serviços nas áreas de consultoria para investimentos e banca de investimento, numa lógica *cross-border*.

Paralelamente, a subsidiária Bison Digital Assets deverá prosseguir o desenvolvimento da sua atividade de *trading* e custódia de ativos digitais, proporcionado uma oferta alargada de serviços aos atuais clientes e contribuindo para o alargamento da base de clientes.

Por último, reforçar que, não obstante o contexto geo-político e macro-económico, o Bison Bank, tendendo à estrutura do seu balanço, e com o seu ativo constituído essencialmente por uma carteira de obrigações *investment grade* e de elevada liquidez e por liquidez junto de instituições financeiras de primeira linha, não antecipa impactos relevantes daí decorrentes.

Proposta de Aplicação de Resultados

07

Do desenvolvimento da sua atividade comercial em 2022, o Bison Bank originou um prejuízo de 6.538.197,73 Euros (seis milhões, quinhentos e trinta e oito, cento e noventa e sete euros e setenta e três cêntimos).

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, Código das Sociedades Comerciais), que esta perda de 6.538.197,73 euros seja transferida para Resultados Transitados.

Nota Final

Em **3 de janeiro de 2022**, a Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited, na qualidade de sócio único do Banco tomou conhecimento da cessação de funções da Presidente do Conselho de Administração, Yang Lijun, do Vice-Presidente do Conselho de Administração, Evert Derks Drok, e do membro do Conselho de Administração, Francisco Alexandre Valente de Oliveira, com efeitos a 31 de dezembro de 2021.

Por deliberação do Conselho de Administração tomada a **7 de janeiro de 2022**, em resultado da cessação de funções dos membros do Conselho de Administração acima indicados e do período transitório em que o Banco se encontrava, foi decidido que:

- i. As reuniões de gestão do Banco passariam a decorrer exclusivamente no âmbito do Conselho de Administração e não da Comissão Executiva, cujo funcionamento seria suspenso.
- ii. O Conselho de Administração informaria com antecedência o Conselho Fiscal das matérias a ser abordadas nas suas reuniões, por forma a que o mesmo avaliasse a sua eventual participação.
- iii. As matérias alocadas ao Comité de Nomeação e Remuneração, cujo funcionamento seria suspenso, seriam asseguradas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração.
- iv. As matérias alocadas ao Comité de Risco e *Compliance*, cujo funcionamento seria suspenso, seriam asseguradas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do suporte dos comités funcionais do Banco.

Na Assembleia Geral realizada em **1 de abril de 2022**, foram submetidos e aprovados todos os documentos correspondentes à prestação anual de contas do Banco, referentes ao exercício de 2021, nomeadamente o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respetivas notas anexas, bem como as correspondentes Certificações Legais das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, e o relatório previsto no artigo 60.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, emitido pelo Conselho Fiscal.

A proposta do Conselho de Administração para a aplicação dos resultados do exercício foi também aprovada e o sócio único aprovou um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, em reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Nessa reunião foi ainda deliberado aprovar, conforme proposto pelo Comité de Nomeações e Remunerações.

- i. a versão revista e atualizada da política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e o novo relatório sobre a implementação da política de remuneração;
- ii. a versão revista e atualizada da política de seleção e avaliação sobre a adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e funções essenciais.

A **20 de maio de 2022**, em reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a constituição da subsidiária da Banco, a Bison Digital Assets, S.A., a qual veio efetivamente a ser constituída a 15 de julho de 2022.

No dia **7 de julho de 2022**, a Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited, na qualidade de sócio único da Banco, deliberou:

- i. Em resultado das interações havidas com os órgãos sociais da Banco, em particular com o Conselho Fiscal (dado que o funcionamento do Comité de Nomeação e Remuneração se encontrava suspenso), estruturar a administração e a fiscalização do Banco segundo o modelo Anglo-Saxónico de governação.
- ii. Alterar os Estatutos da Banco, em resultado da alteração do modelo de governo.
- iii. Na sequência dos relatórios de avaliação individuais e coletivos disponibilizados pelo Banco relativamente aos futuros membros dos órgãos sociais, e na sequência da autorização do Banco de Portugal, designar os novos órgãos sociais do Banco para o mandato 2022-2025, nos seguintes termos:

a. Assembleia Geral

- Presidente:
Paulo Herberto da Costa Ramos Martins
- Secretário:
Afonso Maria Pita Negrão Cardoso de Menezes

b. Conselho de Administração

- Bian Fang
- António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques
- André Filipe Ventura Rendeiro
- Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas

- Issuf Ahmad
- Wang Ting
- Luis Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira

c. Comissão de Auditoria

- Issuf Ahmad (Presidente)
- Wang Ting
- Luis Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira

A **11 de julho de 2022**, em reunião do Conselho de Administração, foi deliberado o seguinte:

- i. Nomear Bian Fang o Presidente do Conselho de Administração.
- ii. Constituir nova Comissão Executiva para o mandato 2022-2025.
- iii. Nomear António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques o Presidente da Comissão Executiva.
- iv. Definir os pelouros dos membros executivos do Conselho de Administração.
- v. Reajustar o número dos comités de governance e comités funcionais da Sociedade, da seguinte forma:

a. Comité de *governance*

- Comité de Nomeação e Remuneração

b. Comités funcionais

- Comité de *Asset and Liability (ALCO)* e *Risk Management*
- Comité de *Business Development*
- Comité de Planeamento e Controlo Financeiro
- Comité de Controlo Interno e Cumprimento

A **26 de setembro de 2022**, a Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited, na qualidade de sócia única do Banco, conforme proposto pela Comissão de Auditoria por carta datada de 20 de setembro de 2022, deliberou designar a “PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, registada na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 183 e registada na CMVM sob o número 20161485, como Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o mandato 2022-2023 — no termo deste mandato o Revisor Oficial de Contas atingirá o máximo número de dez anos de mandato no Banco, enquanto entidade de interesse público.

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banco e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que esta se defronta.

Ao concluir o seu relatório sobre a atividade desenvolvida durante o exercício de 2022, o Conselho de Administração manifesta aos membros da Comissão de Auditoria, ao Revisor Oficial de Contas, aos seus colaboradores e às autoridades de supervisão, todo o seu agradecimento pelo apoio e colaboração demonstrados.

Lisboa, 31 de Março de 2023

O Conselho de Administração,

Bian Fang
(Presidente do Conselho de Administração e Vogal não executivo)

Antonio Manuel Gouveia Ribeiro Henriques
(Presidente da Comissão Executiva)

André Filipe Ventura Rendeiro
(Vogal Executivo)

Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas
(Vogal Executivo)

Issuf Ahmad
(Vogal não executivo e Presidente da Comissão de Auditoria)

Wang Ting
(Vogal não executivo e membro da Comissão de Auditoria)

Luis Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira
(Vogal não executivo e membro da Comissão de Auditoria)

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Bison Bank, S. A.

Balanços consolidados e individual em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Consolidado				Individual			
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	71.933	-	71.933	108.039	71.929	-	71.929	108.039
Ativos financeiros detidos para negociação	6	168	-	168	2.394	168	-	168	2.394
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	7	10.733	-	10.733	11.692	10.733	-	10.733	11.692
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	98.967	605	98.362	49.737	98.967	605	98.362	49.737
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	1.220	1.070	150	159	1.220	1.070	150	159
Ativos Fixos Tangíveis	10	2.832	2.385	447	928	2.832	2.385	447	928
Ativos Intangíveis	11	9.730	9.238	492	606	9.648	9.238	410	606
Invest. em filiais, associadas e empreend. Conjuntos	3	-	-	-	-	50	-	50	-
Ativos por impostos correntes	12	106	-	106	153	106	-	106	153
Ativos por impostos diferidos	13	108	-	108	153	108	-	108	153
Outros ativos	14	6.349	362	5.987	9.103	6.612	362	6.249	9.103
Ativos Total		202.146	13.660	188.486	182.966	202.373	13.660	188.713	182.966
Passivos financeiros detidos para negociação	6			-	2			-	2
Depósitos e recursos de outras instituições de crédito	15			1.312	1.146			1.312	1.146
Depósitos de outros clientes	15			140.217	123.822			140.258	123.822
Provisões	16			2.191	2.331			2.191	2.331
Passivos por impostos correntes	12			15	5			15	5
Passivos por impostos diferidos	13			14	-			14	-
Outros passivos	17			5.022	5.002			4.950	5.002
Passivos Total				148.771	132.308			148.740	132.308
Capital	18			195.198	195.198			195.198	195.198
Reservas de Reavaliação	18			(4.225)	(79)			(4.225)	(79)
Outras Reservas	18			(144.462)	(133.844)			(144.462)	(133.844)
Resultados do exercício	18			(6.797)	(10.618)			(6.538)	(10.618)
Capital Próprio Total				39.715	50.657			39.973	50.657
Capital Próprio Total e Passivos Totais				188.486	182.966			188.713	182.966

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Bison Bank, S. A.

Demonstração de resultados consolidados e individuais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Consolidado		Individual	
		31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Receitas de juros	19	1.667	653	1.667	653
Despesas com juros	19	(308)	(167)	(308)	(167)
Margem financeira		1 359	486	1 359	486
Receitas de serviços e comissões	20	2.266	2.468	2.264	2.468
(Encargos com serviços e comissões)	20	(373)	(529)	(372)	(529)
Ganhos ou perdas (-) com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	21	(1.189)	(3.633)	(1.189)	(3.633)
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	21	216	423	216	423
Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-), valor líquido]	21	206	265	205	265
Outras receitas e despesas operacionais, líquido	22	98	(294)	135	(294)
Produto bancário		2 584	(814)	2.619	(814)
Despesas de Pessoal	23	(5.567)	(5.749)	(5.373)	(5.749)
Outras despesas administrativas	24	(2.497)	(2.879)	(2.467)	(2.879)
Depreciação	10,11	(873)	(912)	(873)	(912)
Reforços ou reversões de Provisões	16	141	(239)	141	(239)
Imparidades ou reversão de imparidades (-) de ativos financeiros	16	(567)	(19)	(567)	(19)
Imparidades ou reversão de imparidades (-) de ativos não financeiros	16	63	32	63	32
Lucros ou Prejuízos (-) de Unidades Operacionais em Continuação Antes de Impostos		(6.717)	(10.580)	(6.458)	(10.580)
Impostos					
Impostos Correntes	12	(80)	(37)	(80)	(37)
Impostos Diferidos	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício		(6.767)	(10.618)	(6.538)	(10.618)
Número médio de ações	26	39.039.674	39.039.674	39.039.674	39.039.674
Resultado por Acção		(0,17)	(0,27)	(0,17)	(0,27)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Bison Bank, S. A.

Demonstração do resultado e de outro rendimento integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Consolidado		Individual	
		2022	2021	2022	2021
Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício	18	(6.797)	(10.618)	(6.538)	(10.618)
Elementos que não serão reclassificados em resultados					
Ganhos (Perdas) em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	18	-	-	-	-
Impostos diferidos	18	-	-	-	-
Elementos que podem ser reclassificados em resultados					
Ganhos (Perdas) em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	18	(4.109)	(623)	(4.109)	(623)
Impostos diferidos	18	(37)	122	(37)	122
Rendimento integral, líquido de impostos	18	(10.943)	(11.118)	(10.684)	(11.118)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Bison Bank, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Reservas de reavaliação (líquidas de impostos diferidos)	Outras reservas e resultados transmitidos	Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício	Total do Capital próprio
31-12-2020	18	195.198	343	(126.798)	(6.967)	61.775
Aplicação de lucros ou prejuízos do exercício anterior						
Transferência para outras reservas e resultados transmitidos	18	-	-	(6.967)	6.967	-
Rendimento integral	18	-	(422)	(79)	(10.618)	(11.118)
31-12-2020		195.198	(79)	(133.844)	(10.618)	50.657
Aplicação de lucros ou prejuízos do exercício anterior						
Transferência para outras reservas e resultados transmitidos	18	-	-	(10.618)	10.618	-
Rendimento integral	18	-	(4.146)	-	(6.797)	(10.943)
31-12-2022		195.198	(4.225)	(144.462)	(6.797)	39.715

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Bison Bank, S. A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios de 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Reservas de reavaliação (líquidas de impostos diferidos)	Outras reservas e resultados transmitidos	Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício	Total do Capital próprio
Saldo 31-12-2020	18	195.198	343	(126.798)	(6.967)	61.775
Aplicação de lucros ou prejuízos do exercício anterior	18					
Transferência para outras reservas e resultados transmitidos		-	-	(6.967)	6.967	-
Rendimento integral	18	-	(422)	(79)	(10.618)	(11.118)
Saldo 31-12-2021		195.198	(79)	(133.844)	(10.618)	50.657
Aplicação de lucros ou prejuízos do exercício anterior	18					
Tranferência para outras reservas e resultados transmitidos		-	-	(10.618)	10.618	-
Rendimento integral	18	-	(4.146)	-	(6.538)	(10.684)
Saldo 31-12-2022		195.198	(4.225)	(144.462)	(6.538)	39.973

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Bison Bank, S. A.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Consolidado		Individual	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Atividade Operacional				
Resultados de Exploração:				
Lucros ou prejuízos (-)	(6.797)	(10.618)	(6.538)	(10.618)
Imparidade do crédito	13	6	13	6
Perdas por imparidade de ativos financeiros e outros ativos	491	7	491	7
Provisões do exercício	(140)	239	(140)	239
Amortização do exercício	873	912	873	912
Dotação para impostos do exercício		37	-	37
Juros	(230)	(293)	(230)	(293)
Resultados cambiais	(206)	(265)	(205)	(265)
	(5.995)	(9.976)	(5.736)	(9.976)
Varição dos Ativos e Passivos Operacionais:				
(Aumento) / Diminuição de Ativos financeiros detidos para negociação	2.224	(1.082)	2.224	(1.082)
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	960	2.422	960	2.422
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(52.733)	(17.190)	(52.733)	(17.190)
(Aumento) / Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	(5)	9	(5)
Propriedades de investimento				
Outros ativos	3.117	(2.120)	2.854	(2.120)
Aumento / (Diminuição) de Depósitos	16.562	84.631	16.602	84.631
Aumento / (Diminuição) de Outros Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Aumento / (Diminuição) de Outros Passivos Subordinados				
Aumento/(Diminuição) de Outros Passivos	20	(1.051)	(53)	(1.051)
Impostos sobre o rendimento	104	(150)	104	(150)
Outros	-	-	-	-
	(29.736)	(65.455)	(30.032)	65.455
Fluxos de caixa da atividade operacional	(35.732)	55.479	(35.768)	55.479
Atividade de Investimento				
Aquisição / Alienação de Ativos Tangíveis	(112)	583	(112)	583
Alienação / Write off de Ativos Tangíveis	-	-	-	-
Aquisição / Alienação de Ativos Intangíveis	(261)	114	(179)	114
Aquisição / Alienação de Investimentos financeiros	-	-	(50)	-
Alienação de propriedades de investimento	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Fluxos de caixa da atividade de investimento	(373)	697	(342)	697

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Consolidado		Individual	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Atividades de Financiamento				
Aumento do capital social	-	13.300	-	13.300
Fluxos de caixa da atividade de financiamento	-	13.300	-	13.300
Actividade de Financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Emissão de acções	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
Emissão de passivos subordinados	-	-	-	-
Alienação de acções próprias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	-
Juros pagos de passivos subordinados	-	-	-	-
Aquisição de passivos emitidos	-	-	-	-
Reduções de capital	-	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Fluxos de caixa da atividade de financiamento	-	-	-	-
TOTAL	(36.106)	69.476	(36.110)	69.476
Variações de caixa e seus equivalentes				
Caixa e seus equivalentes no início do período	108.039	38.563	108.039	38.563
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes				
Caixa e seus equivalentes no fim do período	71.933	108.039	71.929	108.039
	(36.106)	69.476	(36.110)	69.476
Valor de balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro				
Caixa	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	58.153	90.962	58.153	90.962
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	13.780	17.077	13.776	17.077
	71.933	108.039	71.933	108.039

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. Informação Geral

O Bison Bank, SA (“Banco” ou “Bison Bank”), anteriormente designado, até 23 de novembro de 2018, por Banif - Banco de Investimento, S.A. (“BBI”), resultou da cisão, efetuada em 15 de dezembro de 2000, da Ascor Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor — Sociedade Corretora, S.A.

Em 9 de julho de 2018, a Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited (“Bison Financial”) adquiriu a totalidade do capital social do Banco, no valor de 135.198 milhares de Euros, ao anterior acionista, Oitante, S.A. (“Oitante”), veículo constituído no âmbito da medida de resolução deliberada pelo Banco de Portugal ao Banif — Banco Internacional do Funchal, S.A.

A Bison Financial é uma holding financeira com sede em Hong Kong, integralmente detida pela sociedade Bison Capital Holding Company Limited.

Em 20 de julho de 2018, a Bison Financial concluiu um aumento de capital do Banco no montante de 41.000 milhares de Euros, para 176.198 milhares de Euros.

Em 29 de julho de 2020, foi deliberado um novo aumento de capital no montante de 19.000 milhares de Euros, passando o total a cifrar-se em 195.198 milhares de Euros sendo este o capital social do Banco em 31 de dezembro de 2022. A Bison Financial detém a totalidade das ações do Banco.

A sede do Banco é na Rua Barata Salgueiro, R/C, em Lisboa, Portugal.

Em novembro de 2022, o Conselho de Administração do Bison Bank aprovou uma revisão do seu plano de negócios, abarcando o período de 2023 até 2025.

O Conselho de Administração considera que o Banco tem uma base sólida para realizar um plano de crescimento sustentado nos próximos três anos, com o objetivo de tornar o Banco rentável.

A 20 de maio de 2022, em reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a constituição da subsidiária do Banco, a Bison Digital Assets, S.A. (“Bison Digital Assets”, ou “Bison Digital”), a qual veio efetivamente a ser constituída a 15 de julho de 2022, passando esta a constituir a única entidade sobre a qual o Bison Bank exerce controlo e que se encontra mensurada ao justo valor e classificada na rubrica “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos” (Nota 3).

Considerando o cumprimento com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS — *International Financial Reporting Standards*), ao nível de demonstrações financeiras consolidadas (IFRS 10), o Banco passa a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco era a única entidade do Grupo.

Em 31 de março de 2023, o Conselho de Administração do Banco reviu e aprovou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, e aprovou globalmente o Relatório de Gestão que, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à Assembleia Geral Anual de Acionistas para aprovação.

2. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com as IFRS, tal como adotadas na União Europeia, e em vigor em 1 de janeiro de 2019, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal (“BdP”), entretanto revogado pelo Aviso n.º 5/2015, de 30 de dezembro de 2015, do BdP.

O Banco prepara as demonstrações financeiras de acordo com as IFRS desde 1 de janeiro de 2016, conforme determinação do Banco de Portugal, através do disposto no Aviso n.º 5/2015 que estabeleceu que, a partir de 1 de janeiro de 2016, todas as instituições sob sua supervisão deviam elaborar as demonstrações financeiras em base consolidada e em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), adotadas pela União Europeia, em substituição das Normas de Contabilidade Ajustadas estabelecidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Euros, arredondado ao milhar mais próximo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente ativos e passivos detidos para negociação (incluindo derivados), ativos e passivos ao justo valor através de resultados ou através de outro rendimento integral.

As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco são apresentadas abaixo.

2.2. Informação comparativa

As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

2.3. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2022

Resumo das novas normas, alterações, melhorias publicadas pelo IASB e interpretações publicadas pelo IFRIC, conforme o período em que se tornam efetivas, a natureza das alterações e os potenciais impactos para o Banco.

i. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2022:

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis.	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso.	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.	1 de janeiro de 2022
Ciclo de Melhorias 2018 - 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.	1 de janeiro de 2022

a. IAS 16 (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

b. IAS 37 (alteração) ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações

contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

c. IFRS 3 (alteração) ‘Referências à Estrutura conceptual’. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

d. Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Da adoção destas alterações, melhorias e interpretações não resultaram quaisquer impactos no Banco, ou ao nível de divulgações.

ii. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IAS 1 — Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 — Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 — Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 — Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 — Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 — Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais.	1 de janeiro de 2023

a. IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas.

b. IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

c. IFRS 17 (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração — ou “*General measurement model*” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios — ou “*Premium allocation approach*” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável — ou “*Variable fee approach*” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

d. IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 — Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação

e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

e. IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

O Banco ainda está a analisar os impactos decorrentes das adoções futuras destas normas.

iii. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após a 1 de janeiro de 2023, que a União Europeia ainda não endossou:

Descrição	Alteração	Data Efetiva
IAS 1 — Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
IAS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

a. IAS 1 (alteração), ‘Passivos não correntes com “covenants”’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

b. IFRS 16 (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/ (perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

O Banco ainda está a analisar os impactos decorrentes das adoções futuras destas normas.

2.4. Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela Gestão do Banco, os quais afetam o valor dos ativos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir das estimativas efetuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Continuidade das Operações

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos argumentos descritos no Capítulo 06 - Perspetivas Futuras do Relatório de Gestão e restantes notas deste Anexo.

Justo valor dos instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos

Quando o justo valor dos instrumentos financeiros não pode ser determinado através de cotações (*marked to market*) nos mercados ativos, é determinado através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

No caso específico das unidades de participação de fundos de investimentos detidas pelo Banco, estas são classificadas no nível 3 da hierarquia de justo valor e valorizadas com base no NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.

Perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado e instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

Aumento significativo do risco de crédito

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de default num horizonte temporal de 12 meses para os ativos em *stage 1*, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro para os ativos em *stages 2* e *3*. Um ativo é classificado em *stage 2* sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

Probabilidade de incumprimento

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras.

Na estimativa das perdas de crédito esperadas, o Banco utiliza informação prospetiva baseada em dados de mercado dos emitentes ou instrumentos similares, *Credit Default Swaps* e *Yields* de mercado, os quais incluem a referida informação.

Perda dado o incumprimento

A taxa de perda dado o incumprimento (*LGD — Loss Given Default*) corresponde à percentagem de dívida que não será recuperada em caso de *default* do cliente. O cálculo da *LGD* é realizado com base em informação de mercado, considerando os fluxos de caixa associados às operações desde o momento de *default* até à sua regularização ou até ao momento em que não existam expectativas de recuperação relevantes.

Imposto sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em Portugal. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros correntes, reconhecidos no período. As Autoridades Fiscais portuguesas têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes

principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Locações

Na determinação do prazo de locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de prorrogação, ou não exercer uma opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) apenas são incluídas no prazo de locação caso seja razoavelmente certo que a locação seja prorrogada (ou não seja rescindida).

A adoção da IFRS 16 não foi, até à data, acompanhada de qualquer adaptação à legislação fiscal, em particular ao Código do IRC, no sentido de serem estabelecidas regras específicas quanto ao tratamento a conferir aos movimentos contabilísticos associados ao novo normativo contabilístico, o que tem vindo a gerar dúvidas de interpretação nos contribuintes, em particular, no que respeita ao enquadramento a conferir às amortizações da nova classe de ativos — os ativos de direito de uso.

Em face da inexistência de um regime fiscal específico, o Banco tem vindo a entender que os movimentos contabilísticos associados à adoção da IFRS 16 (com destaque para as amortizações de direitos de uso) devem, em termos genéricos, ser considerados relevantes para efeitos fiscais, à semelhança do que se verificava na vigência do anterior normativo contabilístico aplicável às Locações (salvaguardadas as limitações específicas previstas no Código do IRC relativamente a contratos de locação de viaturas ligeiras de passageiros e a incidência de tributação autónoma, quando aplicável), não tendo sido originadas quaisquer diferenças (temporárias ou definitivas) entre a fiscalidade e a contabilidade a este respeito.

Na sequência das dúvidas suscitadas pelos contribuintes relativamente às implicações fiscais, em sede do IRC, decorrentes da aplicação da IFRS 16, a Autoridade Tributária e Aduaneira (“AT”) procedeu, entretanto, à publicação da Circular n.º 7/2020, de 13 de agosto, divulgando o seu entendimento quanto à implicações fiscais do novo normativo contabilístico.

De acordo com a referida Circular, a AT entendeu, entre outros aspetos de menor relevância, que os ativos de direito de uso, a reconhecer no âmbito dos contratos de locação abrangidos pela aplicação da IFRS 16, deverão ser considerados um ativo intangível sujeito a depreciação. De todo o modo, ao invés de considerar que a amortização fiscal deve seguir o período de vida útil de tal ativo intangível, i.e., a duração dos contratos de locação associados, a AT entendeu que, não se encontrando taxativamente previstas na legislação fiscal taxas de amortização fiscais para ativos de direito de uso, deveriam ser considerados os períodos de vida útil e as taxas máximas e mínimas aplicáveis aos ativos subjacentes a cada direito de uso, de acordo com as tabelas I e II do Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

O Banco discorda do entendimento apresentado na Circular n.º 7/2020, de 13 de agosto quanto ao enquadramento fiscal a conferir às amortizações dos ativos de direito de uso, uma vez que o mesmo poderá levar a diferenças temporárias entre a contabilidade e a fiscalidade sem adesão a um racional económico ou fiscal atendível, com particular relevância para os casos em que existam diferenças materiais entre a duração dos contratos de locação e os períodos de vida úteis fiscais dos ativos subjacentes (e.g., locações de imóveis).

Segundo o Banco pôde apurar, o entendimento vertido na Circular n.º 7/2020, de 13 de agosto, designadamente no que respeita ao enquadramento fiscal das amortizações dos ativos de direito de uso, estará em processo de revisão central por parte da AT. Neste sentido, o Banco aguarda desenvolvimentos adicionais sobre esta matéria, sendo que manterá, por ora, o seu posicionamento sobre a mesma.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro, sendo esta a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como ao justo valor através de resultados, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.6. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos. São classificados como caixa e equivalentes os valores com maturidades de até 3 meses, e com risco de flutuação de justo valor reduzido.

2.7. Instrumentos financeiros

2.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras de ativos financeiros e os passivos financeiros assumidos que implicam a entrega de ativos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transação, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e do modelo de negócio. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos diretamente atribuíveis à compra ou emissão, exceto no caso dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos diretamente em resultados.

2.7.2. Mensuração subsequente de ativos financeiros

O Banco classifica os ativos financeiros de acordo com as exigências de classificação e mensuração do IFRS 9, em que os instrumentos financeiros são classificados com base nos modelos de negócios utilizados para na gestão do respetivo instrumento financeiro e nas características contratuais dos respetivos fluxos de caixa (através d-e teste denominado “SPPI — Solely Payments of Principal and Interest”). Estão previstos três modelos de negócios alternativos:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida — deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor — “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida — deve ser mensurado ao justo valor através do outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor — “Hold to Collect & Sale”.

- Todos os restantes instrumentos financeiros que não atendem aos critérios “Hold to Collect” ou “Hold to Collect and Sell” devem ser mensurados ao seu justo valor por através de resultados (“FVPL”).

A avaliação do modelo de negócio a considerar requer um julgamento na data da mensuração inicial. Como parte dessa avaliação, o Banco considera fatores quantitativos (por exemplo, a frequência e o volume esperado de vendas) e fatores qualitativos, como a forma como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios são avaliados e reportados aos órgãos de gestão do Banco.

Além de levar em consideração os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios, em particular, a maneira pela qual esses riscos de mercado e de crédito são geridos, e como os gestores do negócio são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos), esta avaliação pode resultar na reclassificação de ativos para um modelo de “Hold to Collect” ou “Hold to Collect and Sell” ou outro modelo de negócios.

Se o Banco detiver um ativo financeiro classificado em modelo de negócio “Hold to Collect” ou “Hold to Collect and Sell”, é requerida uma avaliação no reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro cumprem os critérios SPPI sobre o saldo registado. Os fluxos de caixa contratuais que cumpram os critérios SPPI relativamente ao saldo registado, têm de ser consistentes com um acordo básico de empréstimo.

O juro de um acordo básico de empréstimo corresponde ao valor do dinheiro no tempo e do risco de crédito associado ao valor do saldo registado durante um determinado período de tempo. Também pode incluir a consideração de outros riscos básicos de empréstimo (por exemplo, risco de liquidez) e custos (por exemplo, custos administrativos) associados à manutenção

do ativo financeiro por um determinado período de tempo; e uma margem de lucro consistente com um acordo básico de empréstimo.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem mantidos em modelo de negócio de ativos detidos para negociação (“*Held for Trading*”) ou caso não cumpram com os critérios para classificação em modelo de “*Hold to Collect*” ou “*Hold to Collect and Sell*”. Adicionalmente, esta categoria poderá incluir ativos financeiros que cumpram com os critérios para classificação em modelo de “*Hold to Collect*” ou “*Hold to Collect and Sell*”, mas em que o ativo financeiro não cumpra com os critérios SPPI, ou ainda quando o Banco tenha determinado a classificação específica nesta categoria.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados pelo justo valor com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, registados em rubricas de ganhos / (perdas) líquidas com ativos / passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros sobre os ativos que rendam juros, tais como empréstimos comerciais e títulos de dívida, são apresentados na rubrica de juros e receitas similares

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos na data da negociação, nas rubricas seguidamente especificadas, sendo a data de negociação a data em que o Banco se compromete a comprar ou vender o ativo:

Ativos financeiros detidos para negociação —

Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram originados, adquiridos ou obtidos principalmente com o objetivo de venda ou recompra num futuro próximo, ou fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para o qual existe evidência de um padrão real recente de obtenção

de lucros a curto prazo. Os ativos de negociação incluem títulos de dívida e ações, derivados mantidos para fins de negociação e empréstimos comerciais.

Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados —

O Banco considera qualquer ativo financeiro que não seja detido para negociação não cumpra com os critérios para classificação em modelo de “*Hold to Collect*” ou “*Hold to Collect and Sell*” no modelo de negócios “Outros” e classifica-o como Ativo financeiro não negociável obrigatoriamente contabilizado pelo justo valor através dos resultados. Tal inclui predominantemente ações de empresas que são mantidas e geridas com base em critérios de justo valor. Adicionalmente, qualquer ativo financeiro que cumpra com os critérios para classificação em modelo de “*Hold to Collect*” ou “*Hold to Collect and Sell*” mas cujos fluxos de caixas contratuais não cumpram com os critérios SPPI é classificado pelo Banco como Ativo financeiro não negociável obrigatoriamente contabilizado pelo justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros contabilizados pela opção de justo valor através dos resultados —

Determinados ativos financeiros, que seriam mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral, podem ser registados pelo valor justo através do resultado caso este registo elimine ou reduza significativamente uma inconsistência de medição ou reconhecimento. A possibilidade de uso desta opção, nos termos da IFRS 9, é limitada.

Ativos financeiros pelo justo valor através

de outro rendimento integral — Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”), caso o ativo financeiro seja mantido em modelo de “*Hold to Collect*” ou “*Hold to Collect and Sell*”, e caso os fluxos de caixa contratuais cumpram com os critérios SPPI, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor.

De acordo com o critério FVOCI, um ativo financeiro é mensurado pelo seu justo valor, com quaisquer alterações reconhecidas em Outro Rendimento Integral (“OCI”), e avaliado para imparidade de acordo com o modelo de perdas de crédito previsto na IFRS 9 no caso dos instrumentos de dívida. O efeito de conversão cambial para ativos registado sob o critério FVOCI é reconhecido em resultados, tal como a componente de juros, utilizando o método de juros efetivos. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados nas rubricas de receitas e despesas com juros. Ganhos e perdas realizados são registados em ganhos / (perdas) líquidas sobre ativos financeiros em FVOCI. Geralmente, o método do custo médio ponderado é usado para determinar o custo dos ativos financeiros do FVOCI.

Os ativos financeiros classificados como FVOCI são reconhecidos ou desreconhecidos na data da negociação, sendo a data de negociação a data em que o Banco se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado —

Um ativo financeiro é classificado e subsequentemente mensurado ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido em modelo de “*Hold to Collect*” e os fluxos de caixa contratuais cumpram com os critérios SPPI. Sob esta categoria de mensuração, o ativo financeiro é mensurado pelo justo valor no reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor contabilístico é reduzido para pagamentos de principal, acrescido ou deduzido da amortização acumulada usando o método de juros efetivos. O ativo financeiro é avaliado para imparidade por redução do valor recuperável de acordo com o modelo de perda de crédito esperada no âmbito da IFRS 9. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são reconhecidos na data de liquidação financeira.

Os ativos financeiros pelo custo amortizado incluem predominantemente empréstimos a custo amortizado e outros valores a receber apresentados em Outros Ativos.

2.7.3. Modificação de ativos financeiros

Sempre que os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, um ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultados, correspondente à diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa efetiva original. O ativo financeiro modificado continuará a acumular juros na conta de registo original.

Renegociações comerciais ou não relacionadas com crédito, em que não se observe um aumento significativo no risco de crédito do devedor desde a origem do contrato e exista um direito prontamente exercível de rescindir antecipadamente o ativo financeiro, resulta no desreconhecimento do contrato original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base nos termos comerciais negociados.

Para modificações relacionadas com crédito (modificações devidas ao aumento significativo do risco de crédito desde a origem do contrato) ou em que o devedor não tem o direito de rescisão antecipada, o Banco avalia se os termos modificados resultam num ativo financeiro significativamente modificado e, conseqüentemente, desreconhecido.

Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa a partir da modificação dos termos contratuais e, adicionalmente e sempre que necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança nos termos contratuais. Sempre que se conclua que essas modificações não são significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é registado como uma modificação, conforme acima descrito.

Caso se conclua que as alterações são significativas, o anterior ativo financeiro é desreconhecido e um novo ativo financeiro é reconhecido. Sempre que uma modificação resultar no reconhecimento de um novo ativo financeiro, a data da modificação é a data do reconhecimento inicial do novo ativo financeiro.

O Banco reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas para 12 meses em cada data de preparação das demonstrações financeiras.

Contudo, se após uma modificação que resulte no desreconhecimento do ativo financeiro original, houver evidências de que o novo ativo financeiro apresenta imparidade de crédito no reconhecimento inicial, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro com imparidade de crédito, originada e inicialmente classificada na *stage 3*.

2.7.4. Imparidade de ativos financeiros

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são mensuradas pelo custo amortizado ou FVOCI, a compromissos de empréstimo extrapatrimoniais, tais como compromissos de empréstimo e garantias bancárias, e outros ativos. Para o propósito da política de imparidade abaixo descrita, estes instrumentos são denominados “ativos financeiros”.

A determinação da imparidade por redução ao valor recuperável é efetuada com base no modelo de perda de crédito esperado segundo o qual a imparidade é registada na data do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas potenciais de crédito no momento do reconhecimento inicial.

— Abordagem por etapas na determinação das perdas esperadas de imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz uma abordagem em três etapas (“*stage*”) para o apuramento da imparidade para ativos financeiros que não apresentem perdas de crédito na data de origem ou compra. Esta abordagem pode ser resumida do seguinte modo:

Stage 1: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;

Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros, é realizado um apuramento da perda esperada de crédito (“ECL”) e são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos (“*lifetime*”). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo. Imparidade para perdas de crédito são mais elevadas neste *stage* devido ao aumento do risco de crédito e o impacto da consideração de um período temporal mais longo, comparado com os 12 meses considerados no *stage 1*;

Stage 3: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

— Aumento significativo do risco de crédito

De acordo com a IFRS 9, para efeitos de acompanhamento e apuramento do aumento significativo do risco de crédito de um ativo financeiro desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e suportadas que são relevantes e se encontram disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Tal inclui informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Banco, na avaliação do risco de crédito e nas informações prospetivas (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é fundamental para determinar quando passar da medição de uma perda baseada em ECLs de 12 meses para uma medição baseada em ECLs pelo período da vida dos ativos (ou seja, transferência de *stage 1* para a *stage 2*).

A estrutura do Banco para determinar se houve um aumento significativo no risco de crédito alinha-se ao processo interno de Gestão do Risco de Crédito

(“GRC”) e abrange os indicadores relacionados ao processo e ao rating (Nota 27).

— Ativos financeiros com imparidade de crédito no *stage 3*

O Banco alinou a sua definição de imparidade de crédito ao abrigo da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entra em incumprimento para fins regulamentares.

A determinação se um ativo financeiro está em incumprimento e, por conseguinte, em *stage 3*, centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos mitigantes do risco de crédito, como garantias ou colaterais. Especificamente, um ativo financeiro está imparidade de crédito de *stage 3* quando:

- O Banco considera que é improvável que o devedor pague suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- Pagamentos contratuais de capital ou juros pelo devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para os ativos financeiros classificados como *stage 3*, o valor de *ECL* contempla a quantia de perda que o Banco estima incorrer, sendo a estimativa de *ECLs* é feita caso a caso. Esta estimativa inclui o uso de fluxos de caixa descontados que são ajustados para os diferentes cenários de recuperação.

As previsões de informação prospetiva e das condições económicas futuras no cálculo das *ECLs* são igualmente consideradas. As perdas esperadas ao longo da vida são estimadas com base no valor presente ponderado pela probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco nos termos do contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

— Garantia e colaterais para ativos financeiros considerados na análise de imparidade

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados da garantia, colateral e outros mitigantes de risco de crédito sejam refletidos no cálculo da *ECL*. Os principais aspetos a considerar em relação às garantias e colaterais neste contexto, são:

- Elegibilidade das garantias, ou seja, que garantias deverão ser consideradas no cálculo da *ECL*;
- Avaliação do colateral, ou seja, que valor de colateral (liquidação) deverá ser utilizado;
- Projeção do valor de garantia disponível durante a vida de uma transação.

2.7.5. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias: i) Passivos financeiros detidos para negociação ou ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

— Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objetivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

Os passivos financeiros derivados e as vendas a descoberto são reconhecidos ao justo valor em balanço. Os ganhos e perdas resultantes da variação do justo valor destes instrumentos são reconhecidos diretamente em resultados do exercício.

— Passivos financeiros ao custo amortizado

Nesta rubrica são classificados os passivos financeiros não derivados, os quais incluem depósitos e recursos de outras instituições de crédito, depósitos de outros clientes, e outros passivos.

Estes passivos são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Juros e custos pagos”, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.7.6. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

— Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Banco de ativos financeiros) é desreconhecido quando:

- Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do ativo expirem; ou
- Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “*pass-through*”; e
- Os riscos e benefícios do ativo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o ativo.

Se os direitos de recebimento dos fluxos de caixa forem transferidos ou se tenha celebrado um acordo de “*pass-through*”, e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o ativo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do ativo e o máximo valor de pagamento que ao Banco pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o ativo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do ativo que pode ser recomprado, exceto no caso de opção

de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do ativo e o preço de exercício da opção.

— Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respetivos valores é reconhecida em resultados do exercício. Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

2.8. Justo valor de ativos e passivos

Os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor foram são mensurados de acordo com técnicas de avaliação e pressupostos, os quais correspondem a diferentes níveis de justo valor, conforme a hierarquia do justo valor definida pela IFRS 13 — Justo valor.

Nível 1: São incluídos nesta categoria, para além dos admitidos à negociação em mercado regulamentado, os instrumentos financeiros, valorizados com base em preços / cotações de mercados ativos.

Nível 2: São considerados de nível 2 os instrumentos financeiros que não sejam transacionados em mercado ativo ou que sejam valorizados com recurso a metodologias de valorização baseadas em dados observáveis de mercado para instrumentos financeiros com características idênticas ou similares.

Nível 3: Os instrumentos financeiros são classificados no nível 3 sempre que não cumpram os critérios para ser classificados como nível 1 ou nível 2, ou o seu valor resulte da utilização de informação não observável em mercado, designadamente:

a. instrumentos financeiros não admitidos à negociação em mercado regulamentado, que sejam valorizados com recurso a modelos de avaliação e não exista no mercado um consenso geralmente aceite sobre os critérios a utilizar, nomeadamente:

- avaliação feita com base no “*Net Asset Value*” de fundos não harmonizados, atualizados e divulgados pelas respetivas sociedades gestoras;
- avaliação feita com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participaram na emissão de determinados instrumentos financeiros, sem mercado ativo; ou,
- avaliação feita com base na realização de testes de imparidade, recorrendo a indicadores de performance das operações subjacentes (e.g. grau de proteção por subordinação às tranches detidas, taxas de delinquência dos ativos subjacentes, evolução dos ratings, etc.).

b. instrumentos financeiros valorizados através de preços de compra indicativos baseados em modelos de avaliação teóricos, divulgados por entidades terceiras especializadas.

2.9. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um ativo (ou Banco para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se mantiver o compromisso de venda do ativo.

O Banco regista como ativos não correntes detidos para venda as participações financeiras sobre as quais existe intenção e expectativa de alienação no curto prazo (1 ano). O Banco regista igualmente nesta rubrica imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda, ou com base no seu preço de venda já acordado com uma terceira parte. Estes ativos não são amortizados.

Nos casos em que os ativos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, estes ativos são reclassificados para as rubricas aplicáveis à respetiva natureza.

2.10. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de ativos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pelo Banco no desenvolvimento das suas atividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, deduzido das subsequentes depreciações.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	[3 – 4] anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

As depreciações das beneficiações construídas em propriedade de terceiros são depreciadas ao menor entre a sua vida útil e o período de ocupação contratual estimado pelo Conselho de Administração.

Um ativo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

2.11. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que correspondem essencialmente a “*software*”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos, que atualmente se encontra entre 3 e 8 anos.

Os ativos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de *software*. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

2.12. Propriedades de investimento

Os imóveis registados na categoria de propriedades de investimento são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. As avaliações realizadas são conduzidas por peritos avaliadores independentes registados junto da CMVM. O justo valor das propriedades de investimento reflete as condições de mercado à data de balanço (tendo subjacente o melhor uso que seria atribuível ao imóvel no mercado), sendo as respetivas variações reconhecidas em resultados do exercício.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do ativo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

2.13. Locações

Na data de início de cada contrato, o Banco avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável, por um determinado período de tempo, em troca de uma retribuição.

Para determinar se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Banco avalia se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente: i) o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e ii) o direito de controlar o uso do ativo identificável.

Reconhecimento

O Banco reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação na data de entrada em vigor do contrato de locação.

O ativo sob o direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial do passivo da locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efetuados em ou antes da data de entrada em vigor da locação, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo obtido.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. O Banco procede à separação das componentes de serviço das componentes de

locação, contabilizando-os como um único componente da locação, na determinação do passivo da locação.

O passivo da locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das componentes da locação das rendas ainda não pagas à data da entrada em vigor do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Banco.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação correspondem aos pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos a receber.

Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação. O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

O Banco optou por registar as locações de baixo valor e de curto prazo como gastos do exercício quando incorridos, por todo o prazo da locação tal como previsto no regime de aplicação da IFRS 16.

Mensuração subsequente

Os ativos sob direito de uso são mensurados de acordo com o modelo do custo com o registo de depreciações calculadas em base linear até ao final do prazo do contrato de locação, sendo ajustados pelas remensurações do passivo da locação.

Os ativos sob direito de uso são testados por imparidade sempre que existam indicadores de imparidade, de acordo com a IAS 36 — Imparidade de ativos.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações

nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração da taxa ou índice, bem como quando ocorrem modificações nos contratos de locação.

Considera-se que existem modificações ao contrato, quando o Banco negocia com o locador novas condições no que se refere ao âmbito e/ou aos pagamentos da locação.

2.14. Impostos sobre o rendimento

Os gastos ou rendimentos reconhecidos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do gasto ou rendimento reconhecido com imposto corrente e do gasto ou rendimento reconhecido com imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

O Banco regista como passivo ou ativo por impostos diferidos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/recuperar no futuro, decorrentes de perdas fiscais não usadas e diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões e reavaliações de títulos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados, exceto os relacionados com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

De salientar que o Banco cumpriu os requisitos de adesão ao Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (“REAID” ou “regime especial”), previsto na Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, tendo registado, na sequência dessa adesão um Ativo por Imposto Diferido (“AID”) elegível para efeitos do regime no valor total de 755 milhares de Euros, o qual foi contabilizado por referência a 31 de dezembro de 2015.

Na sequência desta adesão e do apuramento de um resultado líquido negativo no exercício de 2015, o Banco procedeu à conversão parcial do mencionado AID em crédito tributário nos termos do artigo 6.º do regime especial, no montante de 442 milhares de Euros, mantendo o valor de 313 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no valor de 486 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2016, o Banco procedeu, em 2017, a nova conversão parcial do AID em crédito tributário, no montante de 65 milhares de Euros, mantendo o valor de 248 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no valor de 71 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2017, o Banco procedeu, em 2018, a nova conversão parcial do AID em crédito tributário, no montante de 55 milhares de Euros, mantendo o valor de 183 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente constituiu uma reserva

especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no valor de 60 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2018, o Banco procedeu, em 2019, a nova conversão parcial do AID em crédito tributário, no montante de 28 milhares de Euros, mantendo o valor de 166 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no valor de 30 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2019, o Banco procedeu, em 2020, a nova conversão parcial do AID em crédito tributário, no montante de 20 milhares de Euros, mantendo o valor de 145 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante de crédito tributário majorado em 10%, no valor de 23 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2020, o Banco procedeu, em 2021, a nova conversão parcial do AID em crédito tributário, no montante de 15 milhares de Euros, mantendo o valor de 130 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante de crédito tributário majorado em 10%, no valor de 16 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2021, o Banco procedeu, em 2022, a nova conversão parcial do ativo por imposto diferido em crédito tributário, no montante de 23 milhares de Euros, mantendo, a 31 de dezembro de 2022, o valor de 108 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário majorado em 10%, no valor de 25 milhares de Euros (Nota 18).

No âmbito do processo de monitorização contínua da aplicação do REAID, nomeadamente de um ponto de vista económico, fiscal, legal e regulatório, o Banco entendeu que, com referência a dezembro de 2022, os impactos positivos resultantes do regime seriam marginais, não justificando os custos de contexto subjacentes à sua monitorização e controlo.

Neste sentido, e considerando que o REAID é um regime de carácter opcional, o Banco tomou a opção ponderada de renunciar ao mesmo com referência ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2023.

Para o efeito, e dando cumprimento aos requisitos previstos na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o Banco apresentou um pedido de autorização junto do Banco de Portugal no passado dia 14 de novembro de 2022 (o qual veio a ser oportunamente deferido) e, subsequentemente, no dia 29 de dezembro de 2022, apresentou uma comunicação, dirigida ao Ministro das Finanças, a qual formalizou o processo de renúncia ao regime especial, assegurando a cessação da aplicação do mesmo com referência ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2023.

A renúncia ao REAID com referência ao período de tributação de 2023 irá implicar o desconhecimento integral do AID atualmente registado nas contas, no montante de 108 milhares de Euros (em momento anterior a este desconhecimento, o referido AID será ainda parcialmente convertido em crédito tributário — ver detalhe abaixo) uma vez que, nos termos do n.º 7 do artigo 2.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, a base dos referidos AID (atualmente 479 milhares de Euros) deverá ser integralmente deduzida ao resultado fiscal que vier a ser apurado em 2023.

Sem prejuízo do acima referido, face às operações de conversão de AID em créditos tributários levadas a cabo no âmbito da aplicação do regime, com referência a 31 de dezembro de 2022, o Banco mantém registado nas suas contas uma reserva especial a favor do Estado no valor total de 711 milhares de Euros (Nota 18).

Conforme disposto no artigo 9.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o registo de reservas especiais ao abrigo do REAID implica a constituição simultânea de direitos de conversão atribuídos ao Estado.

Neste âmbito, e tendo em conta as reservas especiais constituídas no âmbito da aplicação do regime, entre 2015 e 2022, o Banco procedeu à emissão e atribuição ao Estado Português de um total de 623.074 direitos de conversão, com um valor global de 711 milhares de Euros, os quais foram oportunamente registados junto da Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A - “Interbolsa”, conforme se detalha (estes direitos não serão afetados pela renúncia ao regime com referência ao período de tributação de 2023):

- 404.669 direitos de conversão referentes ao exercício de 2015, com o valor unitário de 1,2013 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 11 de dezembro de 2017);
- 83.109 direitos de conversão referentes ao exercício de 2016, com o valor unitário de 0,8570 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 11 de dezembro de 2017);
- 70.162 direitos de conversão referentes ao exercício de 2017, com o valor unitário de 0,8601 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 19 de outubro de 2018);
- 19.134 direitos de conversão referentes ao exercício de 2018, com o valor unitário de 1,5860 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 15 de julho de 2020);
- 16.232 direitos de conversão referentes ao exercício de 2019, com o valor unitário de 1,3891 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 19 de março de 2021);
- 10.339 direitos de conversão referentes ao exercício de 2020, com o valor unitário de 1,5649 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 22 de fevereiro de 2022);

- 19.429 direitos de conversão referentes ao exercício de 2021, com o valor unitário de 1,2794 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 28 de fevereiro de 2023).

Atendendo ao resultado líquido negativo apurado em 2022, e sem prejuízo da renúncia à aplicação do REAID com referência ao período de tributação de 2023, o Banco irá ainda proceder a uma última operação de conversão parcial do AID atualmente existente (108 milhares de Euros) em crédito tributário, ao consequente registo de nova reserva especial (correspondente a 110% do referido crédito tributário) e à emissão de novos direitos de conversão a atribuir ao Estado Português.

No âmbito do REAID, os direitos de conversão acima referidos correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Banco a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Banco o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, alterada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro e pela Portaria n.º 60/2020, de 5 de março.

Nos casos aplicáveis, em que o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, o Estado poderá, então, exercer esses direitos, e exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial.

De todo o modo, neste cenário (i.e., de não exercício do direito potestativo de aquisição por parte do acionista) o Estado Português, em alternativa ao exercício dos direitos de conversão e à realização da operação de aumento de capital, poderá dispor livremente dos mesmos.

Neste contexto, o Banco, de forma concertada com o acionista único, tem mantido contactos regulares com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”),

tendo em vista adquirir a esta entidade, em nome próprio, os direitos de conversão já constituídos ao abrigo do REAID, bem como os que vierem a ser constituídos por referência ao exercício de 2022 (último exercício de aplicação do regime), não sendo portanto expectável que o Estado venha, por via do exercício de tais direitos de conversão, a realizar qualquer aumento de capital no Banco.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Banco de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflita o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota, exceto no que diz respeito a passivos contingentes associados à aquisição de negócios, os quais são reconhecidos de acordo com o previsto na IFRS 3.

No âmbito da atividade desenvolvida pelo Banco são prestadas garantias financeiras e assumidos compromissos de crédito junto de entidades terceiras, que sendo rubricas extrapatrimoniais (ver Nota 25), e por isso passivos contingentes, podem converter-se em exposições de crédito a registar no balanço do Banco. O Banco avalia, a cada data de relato, o potencial de risco de crédito envolvido nestes contratos de acordo com o modelo do ECL (ver Nota 2.7.4) e sempre que estima perdas por risco de crédito, regista a respetiva provisão no balanço.

As provisões para processos legais em curso, exceto os processos fiscais em curso com a AT em sede de imposto sobre o rendimento, são reconhecidas quando o Banco estima que é mais provável do que não de que terá de pagar os valores em disputa.

2.16. Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para o Banco e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros de dívida classificados como “Ativos Financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido atualmente registado do ativo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos diretamente atribuíveis aos contratos.

2.17. Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pelo Banco é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente aprovados pelos órgãos competentes das subsidiárias para distribuição.

2.18. Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Banco cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação contínua de serviços, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado ato significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um ato significativo são reconhecidas quando ocorre o referido ato.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efetiva dos mesmos.

2.19. Especialização dos exercícios

O Banco segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3. Perímetro de Consolidação

As entidades que compõem a informação consolidada a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

		31-12-2022			
Entidade	Consolidação %	Método de Consolidação	Ativo Líquido	Capitais Próprios	Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício
Bison Bank, S. A.	100,00%	Integral	188.713	39.973	(6.538)
Bison Digital Assets, S. A.	100,00%	Integral	152	(209)	(259)
		31-12-2021			
Entidade	Consolidação %	Método de Consolidação	Ativo Líquido	Capitais Próprios	Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício
Bison Bank, S. A.	N.A.	N.A.	182.966	50.657	(10.618)

A informação financeira da Bison Digital Assets, S.A. não se encontra à data de aprovação de contas pelo Conselho de Administração auditada.

A 20 de maio de 2022, em reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a constituição da subsidiária do Banco, a Bison Digital Assets, S.A., a qual veio efetivamente a ser constituída a 15 de julho de 2022, passando esta a constituir a única entidade sobre a qual o Bison Bank exerce controlo, e que se encontra mensurada ao justo valor e classificada

na rubrica “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos” nas demonstrações individuais do Banco.

Considerando o cumprimento com os normativos internacionais de reporte financeiro (IFRS), ao nível de demonstrações financeiras consolidadas (IFRS 10), o Banco apresenta demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022, integrando os resultados da Bison Digital Assets S.A..

4. Relato por Segmentos

O Bison Bank não é emitente de títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados num mercado público, pelo que optou por não apresentar informação relativa aos segmentos de negócio, conforme permitido pela IFRS 8.

5. Caixa, Saldos de Caixa em Bancos Centrais e Outros Depósitos à Ordem

A rubrica detalha-se da seguinte forma:

	Consolidado		Individual	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	0	0	0	0
Saldos de caixa em bancos centrais	58.153	90.962	58.153	90.962
	58.153	90.962	58.153	90.962
Depósitos à Ordem				
Em Portugal				
Moeda EUR	3.908	12.209	3.908	12.209
Moeda USD	7.572	2.670	7.572	2.670
Outras Moedas	132	92	132	92
No Estrangeiro				
Moeda EUR	1.020	783	1.016	783
Moeda USD	14	180	14	180
Moeda GBP	1	3	1	3
Moeda CHF	0	0	0	0
Outras Moedas	1.133	1.140	1.133	1.140
	13.780	17.077	13.776	17.077
	71.933	108.039	71.929	108.039

A rubrica Saldos de Caixa em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema. A reserva mínima incide sobre 1% dos depósitos e títulos de dívida emitidos com prazo

até 2 anos, excluindo as responsabilidades para com outras instituições sujeitas e não isentas do mesmo regime de reservas mínimas e as responsabilidades para com o Banco Central Europeu e Bancos Centrais Nacionais participantes do euro.

A redução das disponibilidades na rubrica Saldos de Caixa em Bancos Centrais está diretamente relacionada com a realocação de recursos considerando rentabilidades e risco compensatórios face à conjuntura atual de taxas de juro nos mercados.

Em 2020 foi constituído a favor do Estado um depósito relativo ao recebimento do crédito tributário dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro no montante de 618 mil euros (Nota 13).

Em 2022 foi adicionalmente constituído a favor do Estado um depósito relativo ao recebimento do crédito

tributário dos exercícios de 2018 e 2019, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro no montante de 53 mil euros (Nota 13).

Os valores registados nesta rubrica encontram-se disponíveis para movimentação exceto os valores caucionados conforme apresentado abaixo:

	31-12-2022	31-12-2021
Depósito Millennium BCP	1.500	1.500
Depósito Banco de Portugal	500	300
	2.000	1.800

6. Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica é composta por Instrumentos de dívida e Instrumentos de Capital, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação, conforme se apresenta (Consolidado e Individual).

	Consolidado 31-12-2022	Individual 31-12-2021
Activos detidos para negociação		
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por Residentes	-	154
Emitidos por Não Residentes	168	2.240
	168	2.394
Passivos detidos para negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	-	2
	-	2

A rubrica “Instrumentos de Dívida” inclui “PORTUGAL, REPUB/VAR BD 20250723”, no montante de 231 mil Euros, que se encontram penhorados ao Sistema de Indemnização aos Investidores. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não está a utilizar a linha de crédito intra-diária.

Em dezembro de 2021 o Banco recebeu uma notificação de cessação de operações por parte da entidade que efetuava a gestão de uma parte significativa da carteira de ativos financeiros detidos para negociação.

Nesse mesmo mês, o Conselho de Administração, em articulação com as direções de tesouraria, risco e contabilidade e pessoas, deliberou a venda de parte dos ativos e a transferência dos títulos remanescentes desta entidade para o Banco. Considerando este fator externo e observável, e considerando que estes títulos eram transacionados num mercado onde o Banco não se encontra ativamente presente, foi decisão do Conselho de Administração alterar o modelo de negócio para “*Hold to Collect and Sell*”, e dessa forma reclassificar estes ativos financeiros para a rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Para efeitos da referida reclassificação, foi analisado se os fluxos de caixa contratuais dos títulos a serem transferidos cumpriam os critérios SPPI. À exceção de um título, que não cumpria os critérios SPPI, em janeiro de 2022 o Banco procedeu à reclassificação

dos títulos remanescentes com um valor total de 1.199 milhares de euros, e um montante total de juros de 10 milhares de euros. A 31 de dezembro de 2022 o justo valor dos ativos que permanecem no balanço do Banco ascende a 1.011 milhares de euros com uma reserva de reavaliação de 55.108 euros, tendo gerado um total de juro no exercício de 43 milhares de euros.

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica de ativos “Instrumentos de Dívida”, incluía 2.240 mil Euros

referentes a títulos sob gestão discricionária, que, em Janeiro de 2022, foram, por decisão do Conselho de Administração, parcialmente reclassificados para a carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica Passivos detidos para negociação incluía a posição referente a contratos de futuros sobre taxas de câmbio.

7. Ativos Financeiros não Negociáveis Obrigatoriamente Contabilizados pelo Justo Valor Através dos Resultados

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica em 2022 e 2021, apresentam a seguinte natureza:

	Consolidado / Individual Valor de Balanço
A 1 de Janeiro de 2022	11.692
Aquisições	71
Alienações	(3)
Variação de justo valor	(1.027)
A 31 de Dezembro de 2022	10.733
A 1 de Janeiro de 2021	14.093
Aquisições	1.010
Alienações	(13)
Variação de justo valor	(3.398)
A 31 de Dezembro de 2021	11.692

Os principais pressupostos utilizados na avaliação dos instrumentos representativos de capitais não cotados são:

- Unidades de Participação em Fundos — cotação baseada no último NAV disponibilizado pela respetiva sociedade gestora para as UPs adquiridas até à data dessa cotação; e
- Títulos recebidos em dação — registo de 100% de imparidade sobre o valor de balanço caso não existam perspetivas de recuperabilidade. As perspetivas de recuperabilidade são determinadas com base em análises individuais promovidas internamente.

8. Ativos Financeiros pelo Justo Valor através de outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica em 2022 e 2021 apresentam a seguinte detalhe:

	Consolidado / Individual
	Valor de Balanço
A 1 de Janeiro de 2022	49.737
Aquisições	208.238
Alienações instrumentos de capital	-
Alienações instrumentos de dívida	(155.387)
Variação de justo valor de instrumentos de dívida	(4.393)
Variação de justo valor instrumentos de capital	-
Variação de juro corrido	230
Efeito Cambial	(63)
A 31 de Dezembro de 2022	98.362
A 1 de Janeiro de 2021	32.261
Aquisições	50.343
Alienações instrumentos de capital	(30)
Alienações instrumentos de dívida	(32.831)
Variação de justo valor de instrumentos de dívida	(204)
Variação de justo valor instrumentos de capital	-
Variação de juro corrido	128
Efeito Cambial	70
A 31 de Dezembro de 2021	49.737

As variações referentes às aquisições e alienações, mantiveram o racional subjacente à carteira em termos de carteira de reserva de liquidez, maioritariamente composta por títulos de elevada liquidez e notação de rating. Neste sentido, as transações ocorridas pretenderam tirar partido de oportunidades de mercado, promovendo o investimento em condições mais favoráveis, mantendo o perfil geral da carteira.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Consolidado / Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por Residentes	47.020	27.506
Emitidos por Não Residentes	51.342	22.231
	98.362	49.737

As aquisições registadas em 2022 referem-se à subscrição de obrigações emitidas por entidades governamentais e privadas, nacionais e estrangeiras, com rating entre BB+ e AAA, e as taxas de remuneração fixas e variáveis oscilam entre -0,04% e 7,30%.

As aquisições registadas em 2021 referem-se à subscrição de obrigações emitidas por entidades privadas nacionais e estrangeiras, com rating entre CCC+ – AAA-, e as taxas de remuneração fixas e variáveis oscilam entre 0% - 4,75%.

9. Ativos Financeiros pelo Custo Amortizado

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição a nível consolidado e individual:

	31-12-2022	31-12-2021
Crédito Interno		
Corporate		
Descobertos e depósitos a ordem	162	162
	162	162
Créditos e juros vencidos	1.058	1.054
	1.220	1.216
Imparidade	(1.070)	(1.057)
	150	159

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe por maturidades do crédito e juros vencidos, em carteira é o seguinte:

	Montante	
Prazo (meses)	31-12-2022	31-12-2021
<= a 3m	-	-
> 03m <= 06m	-	162
> 06m <= 09m	-	-
> 09m <= 12m	-	-
> 12m <= 15m	-	-
> 15m <= 18m	161	-
> 18m <= 24m	-	-
> 24m <= 30m	-	-
> 30m <= 36m	-	-
> 36m <= 48m	-	-
> 48m <= 60m	-	-
> 60m	-	-
Sem maturidade	1.059	1.054
TOTAL	1.220	1.216

10. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 resumem-se aos ativos fixos tangíveis do Bison Bank, apresentando-se no seguinte quadro a sua decomposição e movimento ocorrido no exercício:

Descrição	Consolidado / Individual									
	31-12-2021			Movimentos no exercício de 2022			31-12-2022			
	Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	Aquisições	Abates	Depreciação Anual	Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	
			Saldo Bruto	Depreciação						
Ativos fixos tangíveis										
Imóveis										
Ativos sob direito de uso	2.108	1.382	726	67	(164)	(159)	455	2.011	1.678	333
	2.108	1.382	726	67	(164)	(159)	455	2.011	1.678	333
Equipamento										
Mobiliário e Material de Escritório	280	264	16	-	-	-	4	280	268	12
Máquinas e Ferramentas	17	17	0	3	-	-	-	20	17	3
Equipamento Informático	204	189	15	17	-	-	13	221	202	19
Instalações Interiores	12	4	8	-	-	-	1	12	5	7
Material de Transporte	20	20	0	-	(20)	(20)	-	-	-	-
Ativos sob direito de uso – Veículos	312	165	147	-	(73)	(46)	61	239	180	59
Equipamentos de Segurança	24	8	16	1	-	-	3	25	11	14
Outro Equipamento	24	24	-	-	-	-	-	24	24	-
	893	691	202	21	(93)	(66)	82	821	707	114
	3.001	2.073	928	88	(257)	(225)	537	2.832	2.385	447

O movimento ocorrido no período anterior foi o seguinte:

Descrição	Consolidado / Individual									
	31-12-2020			Movimentos no exercício de 2021			31-12-2021			
	Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	Aquisições	Abates	Depreciação Anual	Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	
			Saldo Bruto	Depreciação						
Ativos fixos tangíveis										
Imóveis										
Ativos sob direito de uso	2.125	912	1.213	-	(17)	-	470	2.108	1.382	726
	2.125	912	1.213	-	(17)	-	470	2.108	1.382	726
Equipamento										
Mobiliário e Material de Escritório	280	264	16	-	-	-	-	280	264	16
Máquinas e Ferramentas	16	16	0	1	-	-	1	17	17	-
Equipamento Informático	194	173	22	10	-	-	16	204	189	15
Instalações Interiores	12	3	9	-	-	-	1	12	4	8
Material de Transporte	20	20	0	-	-	-	-	20	20	-
Ativos sob direito de uso – Veículos	337	104	233	5	(30)	(16)	77	312	165	147
Equipamentos de Segurança	24	5	18	-	-	-	3	24	8	16
Outro Equipamento	24	24	0	-	-	-	-	24	24	-
	908	610	298	16	(30)	(16)	98	893	691	202
	3.033	1.522	1.511	16	(47)	(16)	568	3.001	2.073	928

11. Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Descrição	Consolidado							
	31-12-2021			Movimentações em 2022		31-12-2022		
Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	Aquisições	Amortizações	Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	
Ativos Intangíveis								
Software	9.508	8.902	606	140	336	9.648	9.238	410
Projetos de desenvolvimento (em curso)	-	-	-	82	-	82	-	82
	9.508	8.902	606	222	336	9.730	9.238	492
31-12-2020			Movimentações em 2021		31-12-2021			
Ativos Intangíveis								
Software	9.278	8.558	720	230	344	9.508	8.902	606
	9.278	8.558	720	230	344	9.508	8.902	606

Descrição	Individual							
	31-12-2021			Movimentações em 2022		31-12-2022		
Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	Aquisições	Amortizações	Saldo Bruto	Depreciação	Saldo Líquido	
Ativos Intangíveis								
Software	9.508	8.902	606	140	336	9.648	9.238	410
	9.508	8.902	606	140	336	9.648	9.238	410
31-12-2020			Movimentações em 2021		31-12-2021			
Ativos Intangíveis								
Software	9.278	8.558	720	230	344	9.508	8.902	606
	9.278	8.558	720	230	344	9.508	8.902	606

As aquisições em 2022 e 2021 referem-se essencialmente ao investimento efetuado em software operacional do Banco e no desenvolvimento da aplicação móvel de *homebanking*.

12. Ativos e Passivos por Impostos Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos fiscais correntes resumem-se em exclusivo ao Bison Bank, e detalham-se da seguinte forma:

	Consolidado / Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Ativos por impostos correntes		
IRC a Receber – Pagamentos por Conta	106	153
	106	153
Passivos por impostos correntes		
IRC a Pagar	(15)	(5)
	(15)	(5)
	91	148

Os impostos correntes registados em resultados do exercício explicam-se conforme quadro seguinte:

Consolidado / Individual	Consolidado / Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Lucros ou Prejuízos (-) do Exercício Antes de Impostos	(6.717)	(10.580)
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e Outros Impostos Incidentes sobre Lucros	(1.511)	(2.381)
Taxa Legal de Imposto Sobre o Rendimento	21,00%	21,00%
Adicionais Sobre Taxas Legais	1,50%	1,50%
Tributação Antómata	15	5
Contribuição Sobre o Setor Bancário	65	32
Derrama Estadual	-	-
Total do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	80	37

13. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se em exclusivo ao Bison Bank e resumem-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	Consolidado / Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Ativos por Imposto Diferidos	108	153
Passivos por Imposto Diferidos	(14)	-
Total	93	153

Ativos por impostos diferidos

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os valores registados referem-se a montantes relacionados com o Regime Especial aplicável aos ativos por impostos diferidos em créditos tributários, nos termos da lei portuguesa e que podem ser resumidos nos seguintes termos.

Em 21 de novembro de 2014, o Banco deliberou aderir ao regime especial de conversão de ativos por impostos diferidos (“REAIID” ou “regime especial”) que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas com imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo-prazo de empregados em créditos tributários, previsto na Lei n.º 61/2014, de 26 agosto.

Neste contexto, decorrente do resultado líquido negativo do Banco, no exercício de 2015, o Banco registou um imposto diferido ativo no montante de 755 milhares de Euros relativamente ao saldo das perdas por imparidade em crédito vencido não hipotecário constituído acima dos limites previstos no Aviso n.º 3/95 do BdP, montante esse abrangido pelo referido regime especial.

Na sequência da adesão do Banco ao regime especial e do apuramento de um resultado líquido negativo no exercício de 2015, o Banco entende que se encontram reunidas as condições que lhe permitem converter o mencionado ativo por imposto diferido em crédito tributário nos termos do artigo 6º do regime especial.

Assim, para efeitos do indicado no parágrafo anterior, em 2016 o Banco procedeu à conversão do ativo por imposto diferido em crédito tributário no montante de 442 milhares de Euros, e simultaneamente constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no montante de 486 milhares de Euros (Nota 18). Em 31 de dezembro de 2016, o Banco manteve o valor de 313 milhares de Euros em impostos diferidos ativos.

Decorrente do resultado líquido negativo, apurado para o exercício de 2016, o Banco procedeu em 2017, à conversão do ativo por imposto diferido em crédito tributário no montante de 65 milhares de Euros, e simultaneamente constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no montante de 71 milhares de Euros (Nota 18). Em 31 de dezembro de 2017, o Banco manteve o valor de 248 milhares de Euros em impostos diferidos ativos.

Decorrente do resultado líquido negativo, apurado para o exercício de 2017, o Banco procedeu em 2018, à conversão do ativo por imposto diferido em crédito tributário no montante de 55 milhares de Euros, mantendo o valor de 183 milhares de Euros em impostos diferidos ativos, e simultaneamente constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no montante de 60 milhares de Euros (Nota 18).

Em resultado do prejuízo líquido incorrido no exercício de 2018, o Banco procedeu, em 2019, à conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário no montante de 28 milhares de Euros. Simultaneamente, o Banco criou uma reserva especial a favor do Estado no montante do crédito tributário, majorado em 10%, no montante de 30 milhares de Euros (Nota 18).

Considerando o prejuízo líquido incorrido no exercício de 2019, o Banco, procedeu em 2020, à conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário no montante de 20 milhares de Euros. Simultaneamente, o Banco criou uma reserva especial a favor do Estado no montante de crédito tributário majorado em 10%, no montante de 23 milhares de Euros (Nota 18). O Banco mantém registado o valor de 145 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2020.

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2020, o Banco procedeu, em 2021, a nova conversão parcial do AID em crédito tributário, no montante de 15 milhares de Euros, mantendo o valor de 130 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva especial a favor do Estado no montante de crédito tributário majorado em 10%, no valor de 16 milhares de Euros (Nota 18).

Decorrente do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2021, o Banco procedeu, em 2022, a nova conversão parcial do ativo por imposto diferido em crédito tributário, no montante de 23 milhares de Euros, mantendo, a 31 de dezembro de 2022, o valor de 108 milhares de Euros em impostos diferidos ativos e, simultaneamente, constituiu uma reserva

especial a favor do Estado no montante do crédito tributário majorado em 10%, no valor de 25 milhares de Euros (Nota 18).

No âmbito do processo de monitorização contínua da aplicação do REAIID, nomeadamente de um ponto de vista económico, fiscal, legal e regulatório, o Banco entendeu que, com referência a dezembro de 2022, os impactos positivos resultantes do regime seriam marginais, não justificando os custos de contexto subjacentes à sua monitorização e controlo.

Neste sentido, e considerando que o REAIID é um regime de carácter opcional, o Banco tomou a opção ponderada de renunciar ao mesmo com referência ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2023.

Para o efeito, e dando cumprimento aos requisitos previstos na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o Banco apresentou um pedido de autorização junto do Banco de Portugal no passado dia 14 de novembro de 2022 (o qual veio a ser oportunamente deferido) e, subsequentemente, no dia 29 de dezembro de 2022, apresentou uma comunicação, dirigida ao Ministro das Finanças, a qual formalizou o processo de renúncia ao regime especial, assegurando a cessação da aplicação do mesmo com referência ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2023.

A renúncia ao REAIID com referência ao período de tributação de 2023 irá implicar o desreconhecimento integral do AID atualmente registado nas contas, no montante de 108 milhares de Euros (em momento anterior a este desreconhecimento, o referido AID será ainda parcialmente convertido em crédito tributário — ver detalhe abaixo) uma vez que, nos termos do n.º 7 do artigo 2.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, a base dos referidos AID (atualmente 479 milhares de Euros) deverá ser integralmente deduzida ao resultado fiscal que vier a ser apurado em 2023.

Sem prejuízo do acima referido, face às operações de conversão de AID em créditos tributários levadas a cabo no âmbito da aplicação do regime, com referência a 31 de dezembro de 2022, o Banco

mantém registado nas suas contas uma reserva especial a favor do Estado no valor total de 711milhares de Euros (Nota 18). Conforme disposto no artigo 9.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o registo de reservas especiais ao abrigo do REAID implica a constituição simultânea de direitos de conversão atribuídos ao Estado.

Neste âmbito, e tendo em conta as reservas especiais constituídas no âmbito da aplicação do regime, entre 2015 e 2022, o Banco procedeu à emissão e atribuição ao Estado Português de um total de 623.074 direitos de conversão, com um valor global de 711milhares de Euros, os quais foram oportunamente registados junto da Interbolsa — Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A — “Interbolsa”, conforme se detalha (estes direitos não serão afetados pela renúncia ao regime com referência ao período de tributação de 2023):

- 404.669 direitos de conversão referentes ao exercício de 2015, com o valor unitário de 1,2013 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 11 de dezembro de 2017);
- 83.109 direitos de conversão referentes ao exercício de 2016, com o valor unitário de 0,8570 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 11 de dezembro de 2017);
- 70.162 direitos de conversão referentes ao exercício de 2017, com o valor unitário de 0,8601 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 19 de outubro de 2018);
- 19.134 direitos de conversão referentes ao exercício de 2018, com o valor unitário de 1,5860 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 15 de julho de 2020);
- 16.232 direitos de conversão referentes ao exercício de 2019, com o valor unitário de 1,3891 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 19 de março de 2021);

- 10.339 direitos de conversão referentes ao exercício de 2020, com o valor unitário de 1,5649 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 22 de fevereiro de 2022);
- 19.429 direitos de conversão referentes ao exercício de 2021, com o valor unitário de 1,2794 Euros (estes direitos foram registados junto da Interbolsa no dia 28 de Fevereiro de 2023).

Atendendo ao resultado líquido negativo apurado em 2022, e sem prejuízo da renúncia à aplicação do REAID com referência ao período de tributação de 2023, o Banco irá ainda proceder a uma última operação de conversão parcial do AID atualmente existente (108 milhares de Euros) em crédito tributário, ao conseqüente registo de nova reserva especial (correspondente a 110% do referido crédito tributário) e à emissão de novos direitos de conversão a atribuir ao Estado Português.

No âmbito do REAID, os direitos de conversão acima referidos correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Banco a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Banco o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, alterada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro e pela Portaria n.º 60/2020, de 5 de março.

Nos casos aplicáveis, em que o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, o Estado poderá, então, exercer esses direitos, e exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial.

De todo o modo, neste cenário (i.e., de não exercício do direito potestativo de aquisição por parte do acionista) o Estado Português, em alternativa ao exercício dos direitos de conversão e à realização da operação de aumento de capital, poderá dispor livremente dos mesmos.

Neste contexto, o Banco, de forma concertada com o acionista único, tem mantido contactos regulares com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”), tendo em vista adquirir a esta entidade, em nome próprio, os direitos de conversão já constituídos ao abrigo do REAID, bem como os que vierem a ser constituídos por referência ao exercício de 2022 (último exercício de aplicação do regime), não sendo portanto expectável que o Estado venha, por via do exercício de tais direitos de conversão, a realizar qualquer aumento de capital no Banco.

Prejuízos fiscais

Conforme previsto no artigo 52.º, n.º 8 do código de IRC, uma entidade poderá perder o direito à dedução dos prejuízos fiscais apurados em anos anteriores se se verificar uma alteração da titularidade de mais de 50% do seu capital social ou da maioria dos direitos de voto.

Com a medida de resolução imposta ao Banif, entidade que detinha o Banco a 100% até 20 de dezembro de 2015, verificou-se uma alteração de mais de 50% do capital social do Banco.

Deste modo, o Banco procedeu à entrega de um requerimento para manutenção dos prejuízos fiscais apurados entre 2012 e 2014 dentro do prazo legal, nos termos do artigo 52.º, n.º 12 do código do IRC.

Após o processo de aquisição do Banco pela Bison Financial, concluído em 9 de julho de 2018, e relativo à integralidade do capital do Banco, verificou-se uma nova alteração de mais de 50% do capital social do Banco.

Novamente, e deste modo, o Banco procedeu à entrega de um requerimento para manutenção dos prejuízos fiscais apurados para os períodos de reporte elegíveis até 2017, nos termos do artigo 52.º, n.º 12, do Código do IRC.

Considerando a inexistência de expectativa fundamentada sobre a existência de lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais.

Na tabela abaixo detalhamos os prejuízos fiscais e o respetivo ativo por imposto diferido potencial associado, que o Banco não registou, por prudência, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022:

Ano	Prejuízo fiscal em reporte	Imposto Diferido Potencial	Ano de Reporte	Último ano de reporte
2014	59.710	12.539	12	2026
2015	17.085	3.588	12	2027
2016	8.906	1.870	12	2028
2018	10.390	2.182	5	2023
2019	5.845	1.227	5	2024
2020	7.114	1.494	5	2025
2021	6.308	1.325	5	2026
	115.358	24.225		

14. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Devedores Diversos				
Devedores	1.517	1.245	1.742	1.245
Conta Margem	1.338	1.356	1.338	1.356
Créditos Fiscais	42	302	42	302
Despesas com Encargos Diferidos	267	311	241	311
Outras Operações Ativas a Regularizar	3.185	6.314	3.247	6.314
	6.349	9.528	6.611	9.528
Perdas por imparidade de outros ativos	(362)	(425)	(362)	(425)
	5.987	9.103	6.249	9.103

Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica “Devedores Diversos” destacam-se as seguintes variações:

- na rubrica “Devedores” no montante de 1.742 milhares de Euros, apresenta a inclusão em 31 de dezembro de 2022 dos seguintes montantes: i) comissões pela prestação do serviço de banco depositário de fundos de investimento, no montante de 344 milhares de Euros; e ii) constituição a favor do Estado de um depósito relativo ao recebimento do crédito tributário dos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, termos do n.º 8 do artigo 6.º da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro no valor de 671 milhares de Euros;
- na rubrica “Conta Margem” a qual se refere a valores junto do Clearnet no valor de 1.338 milhares de Euros, face a 1.356 milhares de Euros registados em 31 de dezembro de 2021;
- na rubrica “Devedores diversos — Créditos fiscais” o montante de 42 milhares de euros tem origem, i) no reconhecimento do montante de crédito tributário de 37 milhares de Euros, ao abrigo do REAID, tendo sido constituída a respetiva reserva especial a favor do estado no montante de 25 milhares de Euros (ver Nota 18). Adicionalmente encontram-se registados

nesta rubrica, os valores a receber por parte do Banco, relativos à contingência fiscal, existente no *Luson Carbon Fund / MCO2*, e que se reporta a um momento anterior ao carve out, o qual no âmbito do *Share Purchase and Sale Agreement* constitui uma responsabilidade fora da esfera do Bison Bank, S.A. no montante de 5 milhares de Euros, tendo sido liquidado no decorrer do exercício de 2022, o montante de 218 milhares de Euros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontra-se registado na rubrica “Outras operações ativas a regularizar”, o montante de 3.145 milhares de Euros (6.290 milhares de Euros em 2021), decorrente do processo de venda do Turirent, cuja liquidação ocorrerá em junho de 2023.

As perdas por imparidade em outros ativos estão essencialmente relacionadas com comissões, já vencidas, referentes à prestação do serviço de banco depositário de fundos de investimento, com saldos de outros devedores e com saldos de outras operações ativas a regularizar cuja expectativa de recebimento é mensurada de acordo com a avaliação de risco do devedor (Nota 16).

15. Depósitos e Recursos de Outras Instituições de Crédito e de Outros Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
De Instituições de Crédito no País				
Recursos a Curto Prazo	1.030	694	1.030	694
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
	1.030	694	1.030	694
De Instituições de Crédito no Estrangeiro				
Depósitos	282	452	283	452
	1.312	1.146	1.312	1.146
Depósitos				
À Ordem	113.269	112.779	113.309	112.779
A Prazo	26.949	11.043	26.949	11.043
	140.217	123.822	140.258	123.822
	141.529	124.968	141.570	124.968

Os depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2022 apresentam maturidades entre 1 a 24 meses (31.12.2021: maturidades entre 1 a 36 meses) e uma taxa média ponderada de remuneração de 0,69% (31.12.2021: 0,40%).

O aumento verificado entre 31 de dezembro de 2022 e de 2021 respeita, maioritariamente, a depósitos à ordem de fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, e depósitos de particulares.

16. Imparidade, Provisões e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

Descrição	Consolidado / Individual					Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 31-12-2021	Reforços	Utilizações e Outros	Reversões	Diferenças de Câmbios	
Ativos						
Ativos Financeiros Pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral	51	725	-	(171)	-	605
Ativos Financeiros Pelo Custo Amortizado	1.057	13	-	-	-	1.070
Outros Ativos	425	24	-	(97)	-	362
	1.533	772	-	(268)	-	2.037
Passivos						
Garantias Prestadas e Outros Compromissos Assumidos	2.093	-	-	-	-	2.093
Contingências Fiscais e Outras Provisões	239	-	-	(141)	-	98
	2.332	-	-	(141)	-	2.191
	3.865	722	-	(409)	-	4.228

A reversão de contingências fiscais e outras provisões respeita essencialmente a valores associados a eventuais ressarcimentos em sede de impostos a colaboradores não residentes.

As provisões para garantias prestadas e outros empréstimos referem-se à imparidade estimada no âmbito da aplicação do modelo das perdas de crédito estimadas (ver Nota 2.7) sobre as rubricas extrapatrimoniais apresentadas na Nota 25.

O movimento ocorrido no exercício anterior foi:

Descrição	Consolidado / Individual					Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 31-12-2020	Reforços	Utilizações e Outros	Reversões	Diferenças de Câmbios	
Ativos						
Ativos Financeiros Pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral	36	135	(10)	(110)	-	51
Ativos Financeiros Pelo Custo Amortizado	1.063	4	(1)	(10)	-	1.057
Outros Ativos	456	37	1	(69)	-	425
	1.556	176	(10)	(189)	-	1.533
Passivos						
Garantias Prestadas e Outros Compromissos Assumidos	2.093	-	-	-	-	2.093
Contingências Fiscais e Outras Provisões	-	309	-	(70)	-	239
	2.093	309	-	(70)	-	2.332
	3.649	485	(10)	(259)	-	3.865

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as imparidades para garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais (Nota 25):

Consolidado / Individual	Consolidado / Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Garantias prestadas (das quais:)		
Garantias Financeiras	1.051	1.050
Garantias de Performance	1.722	1.880
	2.773	2.930

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos.

Em 2022, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 24 milhares de euros (em 2021: 16 milhares de Euros), calculada com base em taxa de contribuição de 0,057% (em 2021: 0,060%).

Medida de resolução do Banco Espírito Santo, S.A. (BES)

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 e do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de euros, dos quais 365 milhões de euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato

bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá

ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo foram utilizados recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 430 milhões de euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. De acordo com a informação prestada pelo Novo Banco, à data de 31 de dezembro de 2017, o valor líquido dos ativos abrangidos pelo perímetro do mecanismo de capitalização contingente ascendia a cerca de 5,4 mil milhões de euros.

Em 6 de maio de 2019, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 1.149 milhões de euros ao Novo Banco com referência às contas de 2018, tendo utilizado os seus recursos próprios, resultantes de contribuições devidas, direta e indiretamente pelo setor bancário, e recorreu a um empréstimo junto do Estado no montante de 850 milhões de euros, que corresponde ao limite máximo de financiamento anual acordado entre o Fundo de Resolução e o Estado em outubro de 2017.

Em maio de 2020, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 1.035 milhões de euros ao Novo Banco com referência às contas de 2019, que resultou da execução dos acordos celebrados em 2017, no quadro da venda de 75% da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco e respeitou todos os procedimentos e limites aí definidos, e recorreu a um empréstimo junto do Estado no montante de 850 milhões de euros.

Em 31 de maio de 2021, o Fundo de Resolução celebrou um novo contrato de empréstimo de 475 milhões de euros com um conjunto de bancos para fazer face às necessidades de financiamento do Fundo decorrentes dos compromissos assumidos com o Novo Banco ao abrigo do Acordo de Capital Contingente.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de euros.

Medida de resolução do Banif — Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif)

Em 19 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif — Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de euros,

tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 milhares de euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de euros para 353 milhões de euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015.

Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;

- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contra garantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração,

sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo

de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

17. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
Credores e Outros Recursos	1.709	2.056	1.709	2.056
Passivos da Locação	243	725	243	725
Sector Público Administrativo	211	334	211	334
Outras Operações Passivas a Regularizar	2.859	1.887	2.787	1.887
	5.022	5.002	4.950	5.002

A rubrica Credores e outros recursos, inclui a 31 de dezembro de 2022, o montante de 1.709 milhares de Euros, dos quais 870 milhares de Euros estão relacionados com o ex-Fundo de Gestão Passiva, 556 milhares de Euros com despesas com pessoal, 283 milhares de Euros de acréscimos de custos de serviços prestados e fornecedores.

A rubrica Passivos da locação apresenta os saldos resultantes da aplicação da IFRS 16 e da correspondente contabilização dos contratos de locação pelo Banco, como locatário, sendo as maturidades residuais apresentadas na Nota 27.

A rubrica Sector público e administrativo inclui, essencialmente, as retenções efetuadas sobre rendimentos, imposto de selo e contribuições para a segurança social.

As outras operações passivas a regularizar no valor de 2.786 milhares de Euros (1.887 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2021) são referentes a operações com clientes, dos quais 2.326 milhares de Euros, se referem a operações pendentes de regularização.

18. Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	Consolidado	
	31-12-2022	31-12-2021
Capital	195.198	195.198
Reservas de Reavaliação de Títulos	(4 225)	(79)
Reservas e Resultados Transitados		
Reserva Legal	3.300	3.300
Outras Reservas	14.132	14.155
Direitos Emitidos ao Estado 2015 (REAIID) (Nota 11)	486	486
Direitos Emitidos ao Estado 2016 (REAIID) (Nota 11)	71	71
Direitos Emitidos ao Estado 2017 (REAIID) (Nota 11)	60	60
Direitos Emitidos ao Estado 2018 (REAIID) (Nota 11)	30	30
Direitos Emitidos ao Estado 2019 (REAIID) (Nota 11)	23	23
Direitos Emitidos ao Estado 2020 (REAIID) (Nota 11)	16	16
Direitos Emitidos ao Estado 2021 (REAIID) (Nota 11)	25	-
Alterações de Políticas Contabilísticas (IFRS 9)	1.161	1.161
Resultados Transmitidos	(163.768)	(153.150)
Resultado do exercício	(6.797)	(10.618)
	39.715	50.657

	Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Capital	195.198	195.198
Reservas de Reavaliação de Títulos	(4 225)	(79)
Reservas e Resultados Transitados		
Reserva Legal	3.300	3.300
Outras Reservas	14.132	14.155
Direitos Emitidos ao Estado 2015 (REAIID) (Nota 11)	486	486
Direitos Emitidos ao Estado 2016 (REAIID) (Nota 11)	71	71
Direitos Emitidos ao Estado 2017 (REAIID) (Nota 11)	60	60
Direitos Emitidos ao Estado 2018 (REAIID) (Nota 11)	30	30
Direitos Emitidos ao Estado 2019 (REAIID) (Nota 11)	23	23
Direitos Emitidos ao Estado 2020 (REAIID) (Nota 11)	16	16
Direitos Emitidos ao Estado 2021 (REAIID) (Nota 11)	25	-
Alterações de Políticas Contabilísticas (IFRS 9)	1.161	1.161
Resultados Transmitidos	(163.768)	(153.150)
Resultado do exercício	(6.538)	(10.618)
	39.973	50.657

O Banco cumpre os requisitos mínimos de capital apresentando um rácio de 36,8% de Core Tier 1 e de 36,8% no Core Total (em 2021, o rácio de Core Tier 1 era de 65,8% e de 65,8% no Core Total).

As reservas de reavaliação respeitam integralmente à carteira de títulos classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

Saldo em 31-12-2020	343
Reservas Resultantes da Valorização ao Justo Valor de Activos Financeiros	(204)
Reservas Registadas em Resultados por Via da alienação de Activos Financeiros	(423)
Reservas Registadas em Resultados Transitados por via da Alienação de Activos Financeiros	79
Reservas Registadas por Via de Impostos Diferidos	122
Reservas Registadas em Resultados por Via da Imparidade de Ativos Financeiros e Acerto de Taxa de Juro Efetiva	4
Saldo em 31-12-2021	(79)
Reservas Resultantes da Valorização ao Justo Valor de Activos Financeiros	(4.393)
Reservas Registadas em Resultados por Via da alienação de Activos Financeiros	(216)
Reservas Registadas em Resultados Transitados por via da Alienação de Activos Financeiros	0
Reservas Registadas por Via de Impostos Diferidos	(37)
Reservas Registadas em Resultados por Via da Imparidade de Ativos Financeiros e Acerto de Taxa de Juro Efetiva	500
Saldo em 31-12-2022	(4.225)

19. Receitas e Despesas com Juros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado / Individual	
	2022	2021
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Ativos Financeiros Pelo Custo Amortizado	368	30
Juros de Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	12	57
Juros de Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados e de Outro Rendimento Integral	1.287	566
	1.667	653
Juros e Encargos Similares		
Juros decorrentes da IFRS 16	8	16
Juros de depósitos de outros clientes	97	25
Juros de depósitos e recursos de outras instituições de crédito	203	126
	308	167

20. Receitas de Serviços e Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de serviços e comissões				
Serviços Prestados de Administração, Guarda e Depósito de Valores	546	370	546	370
Operações Realizadas Sobre Títulos	282	347	282	347
Operações Realizadas Sobre Criptoativos	2	-	-	-
Garantias Prestadas	3	11	3	11
Outros Serviços Prestados	436	1.112	436	1.112
Outras Comissões Recebidas	997	628	997	628
	2.266	2.468	2.264	2.468
Encargos com Serviços e Comissões				
Serviços Bancários Prestados por Terceiros	151	285	150	285
Operações Realizadas Sobre Títulos	197	196	197	196
Outras Comissões Pagas	25	48	25	48
	373	529	372	529

21. Resultados em Operações Financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	2022	2021	2022	2021
Ganhos em Operações Financeiras				
Ganhos em outros activos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados	-	4	-	4
Ganhos em activos e passivos financeiros detidos para negociação	168	96	168	96
Ganhos em activos financeiros contabilizados pelo rendimento integral	267	577	267	577
Ganhos com o desreconhecimento de activos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-
Ganhos em diferenças cambiais	2.822	5.572	2.821	5.572
	3.257	6.248	3.256	6.248
Perdas em operações financeiras				
Perdas em outros activos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados	1.092	3.476	1.092	3.476
Perdas em activos e passivos financeiros detidos para negociação	265	256	265	256
Perdas em activos financeiros contabilizados pelo rendimento integral	50	154	50	154
Perdas com o desreconhecimento de activos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-
Perdas em diferenças cambiais	2.616	5.307	2.616	5.307
	4.023	9.193	4.023	9.193
Resultados de activos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados	(1.190)	(3.633)	(1.189)	(3.633)
Resultados com o desreconhecimento de activos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	216	423	216	423
Resultados de diferenças cambiais (ganhos ou perdas)	206	265	205	265

Durante o exercício de 2022, o Banco procedeu ao registo de desvalorização do Fundo Discovery, no montante de 971 milhares de euros, que se encontra registado na rubrica de perdas em outros ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados.

22. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	2022	2021	2022	2021
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	324	174	361	174
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(129)	(409)	(129)	(409)
Outros Impostos	(97)	(59)	(97)	(59)
	98	(294)	135	(294)

23. Despesas de Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	2022	2021
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	856	1.098
Remuneração de Empregados		
Remuneração Mensal	2.327	2.432
Subsídio de Férias e Natal	485	483
Subsídio de Refeições	98	106
Remunerações Adicionais	611	272
	3.521	3.293
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos Relativos a Remunerações	887	1.040
Encargos com Fundos de Pensões	76	90
Outros Encargos Sociais	89	94
	1.052	1.224
Outros Custos com o Pessoal	137	135
	5.567	5.749

	Individual	
	2022	2021
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	856	1.098
Remuneração de Empregados		
Remuneração Mensal	2.208	2.432
Subsídio de Férias e Natal	455	483
Subsídio de Refeições	95	106
Remunerações Adicionais	611	272
	3.369	3.293
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos Relativos a Remunerações	851	1.040
Encargos com Fundos de Pensões	72	90
Outros Encargos Sociais	89	94
	1.013	1.224
Outros Custos com o Pessoal	135	135
	5.373	5.749

O incremento verificado na rubrica de despesas de pessoal deve-se essencialmente a ajustamentos salariais ocorridos no exercício de 2022, no sentido de equilibrar a equidade salarial entre funções referente a alguns colaboradores do Banco.

O Banco e os seus colaboradores contribuem para um fundo de pensões de contribuição definida gerido pela Real Vida Pensões, concedendo aos seus membros direitos adquiridos individualizados.

Em 31 de dezembro de 2022, o Bison Bank empregava 51 colaboradores, em comparação com 63 em 31 de dezembro de 2021.

24. Outras Despesas Administrativas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado		Individual	
	2022	2021	2022	2021
Informática	1.072	1.009	1.062	1.009
Avenças e Honorários	187	450	187	450
Serviços de Informações	308	331	308	331
Consultores e auditores externos	390	598	390	598
Rendas e alugueres	147	146	147	146
Outros serviços especializados	31	51	20	51
Comunicações	75	64	75	64
Deslocações, estadas e representação	66	44	66	44
Limpeza	33	36	33	36
Publicidade e Edição de Publicações	49	49	48	49
Água, Energia e Combustíveis	38	36	35	36
Formação de Pessoal	54	32	49	32
Manutenção e Reparação	11	12	11	12
Consumíveis	11	11	11	11
Judiciais, Contencioso e Notariado	21	7	21	7
Seguros	1	1	1	1
Transportes	-	1	-	1
Outros Gastos Administrativos	3	-	3	-
	2.498	2.879	2.468	2.879

Os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas do Banco, e empresas pertencentes à rede do Revisor Oficial de Contas relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluídos na rubrica de Consultores e auditores externos, apresentam o seguinte detalhe, por tipo de serviço prestado:

	2022	2021
Honorário Faturados Pelo Revisor Oficial de Contas		
Revisão Legal de Contas - Bison Bank Consolidado e Individual	79	76
Revisão Legal de Contas - Bison Digital Assets	10	0
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade:		
Exigidos por lei ao ROC	8	24
Não Exigidos por Lei ao ROC	27	10
Honorário Faturados por Empresas Pertencentes a Rede do Revisor Oficial de Contas	39	16
	163	126

(Valores não incluem IVA)

Os “Outros serviços de garantia de fiabilidade” incluem os honorários relacionados com: (i) a revisão do sistema de controlo interno do Banco, incluindo o subjacente à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo; (ii) a revisão dos procedimentos e medidas relativas à salvaguarda dos bens de clientes; e (iii) a certificação no âmbito do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

25. Responsabilidades Extrapatrimoniais

O detalhe de responsabilidades extrapatrimoniais, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta a seguinte composição:

Consolidado / Individual	Consolidado / Individual	
	31-12-2022	31-12-2021
Garantias Prestadas	2.773	2.930
Ativos Dados em Garantia	303	228
Compromissos Perante Terceiros (dos Quais)		
Irrevogáveis	263	92
Revogáveis	-	-
	3.340	3.250

Os ativos dados em garantia, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeitam a títulos de República Portuguesa.

26. Resultados por Ação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o resultado por ação básico e diluído é o seguinte:

	2022	2021
Resultados do Exercício (em Euros)	(6.796.735)	(10.617.631)
Número Médio Ponderado de Ações Ordinárias Emitidas	39.039.674	39.039.674
Resultado por Ação Básico e Diluído (Expresso em Euro por Ação)	(0,17)	(0,27)

27. Riscos de Instrumentos Financeiros e Não Financeiros

27.1. Políticas de gestão de risco e principais riscos

Esta nota apresenta os riscos de instrumentos financeiros e não financeiros do Bison Bank a nível individual, considerando o Conselho de Administração que a Bison Digital Assets, S.A., em início de atividade à presente data de reporte, não é materialmente relevante para efeitos desta divulgação. Adicionalmente, Bison Digital Assets, S.A. não é incluída no perímetro de consolidação em termos prudenciais.

A gestão de risco é conduzida de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração (“CA”), e pelo Membro do Conselho responsável pela gestão de risco (“CRO”). A gestão diária de riscos é delegada ao diretor responsável pela gestão diária do risco.

A estrutura da gestão de risco no Bison Bank considera um envolvimento ativo de todo o Banco, em particular:

- Conselho de Administração (CA);
- Comissão Executiva (CE), responsável pela implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco baseado no governo, estratégia e políticas de risco aprovadas pelo CA, após parecer prévio do Comissão de Auditoria;
- Comitês Funcionais, tais como o Comité de *Asset and Liability (ALCO) and Risk Management*, Comité de Controlo Interno e Cumprimento; e
- A Direção de Risco Global e *Reporting* (DRR), Direção de *Compliance* (DCO), Direção de Auditoria Interna (DAI) e a Comissão de Auditoria.

O CA é o órgão responsável por definir a política de gestão de risco. A CE, composta pelos membros executivos da administração, é responsável por conduzir as políticas de risco e pelas decisões executivas de medidas e ações de gestão de risco.

Em termos funcionais, a função de gestão e monitorização do risco do Bison Bank é centralizada na Direção de Risco Global e *Reporting* (“DRR”), uma unidade independente dos departamentos de originação de risco, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, tendo acesso a todas as atividades e à informação necessária ao desempenho das suas competências. Tem como principal função a implementação de um sistema integrado de gestão de riscos adequado à natureza e perfil de risco do Banco, através do desenvolvimento de práticas que permitam a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos e subjacentes à atividade do Banco.

A DRR assume um papel ativo em termos de influência no processo de decisão, emitindo análises, pareceres, orientações e recomendações sobre as operações que envolvem tomada de risco, partes relacionadas, etc., assegurando um reporte regular de informação para o CA e Comissão de Auditoria visando a compreensão e monitorização dos principais riscos do Banco.

O sistema de gestão de risco é suportado por um conjunto de princípios indicados infra e está alinhado com a estratégia, modelo de negócio, apetite ao risco e orientações do supervisor, e atende ao princípio da proporcionalidade:

- i. Envolvimento direto do CA;
- ii. Promoção permanente de uma forte cultura de risco, que deverá estar presente em todos os processos, particularmente aqueles que envolvem tomadas de decisão estratégicas e de negócio;
- iii. Ajustamentos permanentes às boas práticas e requisitos regulamentares;
- iv. Implementação de uma gestão de risco abrangente que incorpore todos os riscos atuais ou potenciais do Banco.

A gestão de risco é efetuada através de três linhas de defesa na estrutura organizacional do Banco:

1ª Linha de Defesa:

Departamentos de Negócio (*risk-takers*);

2ª Linha de Defesa:

Funções de Controlo Independente (*Risco e Compliance*);

3ª Linha de Defesa:

Auditoria Interna.

Para uma monitorização de riscos e tomada de decisão mais efetivas pelo CA, dois comités funcionais (órgãos consultivos) foram estabelecidos:

- **Comité Asset and Liability (ALCO) and Risk Management** — realiza-se trimestralmente sob tutela da DRR. Em termos gerais, é responsável por analisar as diferentes exposições ao risco (sinais de alerta precoces) e a sua adequação à luz da estrutura de risco, como o RAS KRI, propor a adoção de medidas de mitigação/corretivas, monitorizar e controlar todos os assuntos relacionados com o risco de liquidez; e
- **Comité de Controlo Interno e Cumprimento** — realiza-se trimestralmente sob tutela da DCO. As suas competências incluem a avaliação e monitorização da eficácia dos sistemas de controlo interno do Banco e a análise e avaliação de propostas/

medidas (internas e externas), com vista a reforçar o ambiente de controlo interno, bem como análise e avaliação de situações relacionadas com lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sempre que a sua relevância ou risco associado seja significativa.

Além disso, o Banco tem outros comités especializados que também envolvem questões de gestão de risco, como por exemplo:

- **Comité de Planeamento e Controlo** — reúne mensalmente sob a égide do Direção de Pessoas e Contabilidade (DPC). As suas principais competências incluem o acompanhamento e controlo da execução do orçamento e o grau de cumprimento dos objetivos definidos, bem como a análise dos respetivos desvios em conjunto com as áreas responsáveis.

O Bison Bank tem implementado um Sistema de Controlo Interno (SCI) que permite ao Banco a gestão adequada dos riscos provenientes do seu negócio, considerando o seu perfil de risco, apetite e tolerância ao risco.

O Banco tem implementado processos de identificação de riscos internos e externos que, em relação a cada categoria de risco, podem afetar a sua capacidade de atingir os objetivos estratégicos. Para além dos riscos que decorrerem da sua exposição em Balanço, bem como de garantias e compromissos assumidos (riscos financeiros) o sistema permite a identificação dos riscos não financeiros.

A identificação dos riscos não financeiros é baseada, entre outros, no exercício de autoavaliação do risco (*Risk Self-Assessment Process* ou *Risk Control Self-Assessment* – RCSA) através do qual as unidades/departamentos do Banco avaliam os riscos a que estão expostos no desenvolvimento das suas atividades. O principal objetivo do exercício de RCSA, efetuado anualmente, é avaliar os riscos (inerentes e residuais) do Banco no desenvolvimento dos seus negócios, bem como a qualidade dos controlos relacionados.

No desenvolvimento da sua atividade o Banco procura mitigar os riscos associados, através de política específica que visam limitar a exposição aos diversos riscos, através de processo de monitorização e controlos contínuos, bem como através do uso de instrumentos de proteção de risco. No âmbito da carteira de crédito (atividade inativa), o Banco dispõe apenas de colaterais reais (hipoteca de bens imóveis), que se encontram registadas no sistema informático. O Banco tem previsto a possibilidade de utilização de outras medidas mitigação/proteção de risco, designadamente no âmbito do risco cambial e risco de taxa de juro. Para estes instrumentos o Banco dispõe de plataforma informática dedicada, sendo as exposições, quando existentes, valorizadas e controladas numa base regular.

O Banco optou por uma abordagem conservadora e holística dos riscos, tratando todos os riscos a que está exposto, bem como os riscos contidos no Aviso n.º 3/2020 / Instrução n.º 18/2020 do BdP como materiais/relevantes para o Banco.

A atividade financeira é exercida num contexto complexo, com riscos significativos e interligados. Neste sentido, e fazendo uso de um determinado número de definições providenciadas pelo BdP, os principais riscos a que o Banco está exposto são identificados e caracterizados.

O Banco assegura que a sua gestão é efetuada com controlo de risco sólido e forte. Para este fim, o Banco estabelece revisões regulares (revisões periódicas das suas políticas e procedimentos de gestão de riscos, de forma a refletir alterações nas regulamentações, mercados, produtos e melhores práticas) e monitoriza os procedimentos para as suas atividades, bem como limites de exposição ao risco prudentes, definindo a Declaração de Apetite ao Risco (RAS).

Face a este enquadramento, o Bison Bank tem implementado um sistema de gestão de risco, bem como os processos e medidas destinadas a assegurar

que os limites de risco definidos são cumpridos, é adequado para assegurar o correto desenvolvimento da estratégia do negócio, tendo em conta o perfil e a dimensão do Banco.

As políticas de gestão de risco do Banco assentam numa abordagem conservadora, traduzindo-se em rácios de capital e posição de liquidez robustos. Como princípio fundamental subjacente à gestão e à formulação de estratégias de risco encontra-se a compreensão dos riscos a que a instituição está exposta, e a implementação de uma estrutura compreensiva de apetite ao risco para o Banco.

	Rácios	Objetivo Interno	31-12-2022	31-12-2021
Capital Líquidez Alavancagem	Total Capital Ratio — Regulatory (Pilar I)	>= 25%	36.2%	65.8%
	Total Own Funds	>= €20 M	39.5	50.1
	NSFR	>= 115%	137.8%	175.5%
	LCR	>= 115%	140.9%	152.5%
	Leverage Ratio	>= 12,5%	20.7%	27.5%

Nota: Informação não auditada. Individual.

Nesse sentido o Banco definiu, no seu RAS, os seguintes princípios como os mais relevantes para a estratégia de risco:

- Assegurar adequados níveis de solvência e liquidez:
 - a) Mantendo o nível de capital acima dos requisitos regulamentares, em ambos cenários normal e adverso;
 - b) Garantindo uma posição de liquidez estável, sólida e segura capaz de suportar eventos adversos;
 - e c) Mantendo uma capacidade de financiamento estável e níveis de intervalos de liquidez que permitam à estrutura de Balanço adaptar-se às circunstâncias existentes;

- Garantir a adoção de boas práticas para a gestão de risco: a) Operando de acordo com princípios sólidos para a gestão de risco, com um modelo de governo efetivo do risco e políticas que cubram todos os riscos a que está exposto, assegurando o cumprimento das leis e regulamentos; b) Desenvolvendo uma forte cultura de gestão de risco focada na conservação da solvência do Banco e na sua capacidade de financiamento.

A DRR é responsável pela monitorização do perfil de risco do Banco através das métricas definidas e comunicação atempada ao CA. O cumprimento do RAS KRI, bem como rácios regulamentares e limites internos é efetuado mensalmente no “*Finance & Risk Report*”, preparado pela DRR e enviado ao CE e ao CA para monitorização.

O Banco tem estabelecida uma estrutura de reporte que assegure a monitorização exaustiva dos vários riscos pelas áreas relevantes e órgãos de gestão. Tal monitorização segue uma calendarização específica:

- Reporte mensal ao CA (“*Finance & Risk Report*”) que avalia, revê e discute a atual situação de risco, casos de limites/tolerâncias atingidos e atualização das métricas individuais;
- Apresentação trimestral ao Comité *Asset and Liability (ALCO) and Risk Management* e forma a rever e discutir o desempenho do risco global, avaliar a situação de métricas atingidas, discussão de métricas individuais e verificação contínua da efetividade e adequação do RAS.

O sistema de gestão de riscos em vigor, incluindo as políticas de redução de riscos, de cobertura e as estratégias e processos de controlo da eficácia das mesmas, visam assegurar que os riscos a que o Banco está exposto se mantêm ao nível definido pelo CA

e que não afetam significativamente a situação financeira do Banco, possibilitando assim a implementação adequada da estratégia, o cumprimento dos objetivos e a tomada das medidas necessárias.

Neste sentido, no âmbito sistema de gestão de riscos, o Banco tem uma atuação que visa assegurar, de forma tempestiva, a prevenção de situações de incumprimento ou potencial incumprimentos e a deteção destas situações caso as mesmas ocorram, para que seja possível a adoção imediata de medidas corretivas de mitigação de riscos.

Neste contexto o Banco aprovou o RAS, através do qual definiu os objetivos globais e específicos no que respeita ao perfil de risco e ao grau de tolerância face ao risco, abrangendo as categorias de risco aos quais se encontra exposto, bem como o processo de governo no caso de serem ultrapassados limites ou tolerâncias.

Resumindo, o RAS prevê a monitorização permanente dos riscos, através de todos os indicadores e respetivos limites estabelecidos no quadro do RAS. A monitorização regular do cumprimento das métricas do RAS e os limites de tolerância permitem ao CA controlar e ter uma gestão proativa das quebras de apetite ao risco atuais ou potenciais.

A monitorização do cumprimento dos KRI (Indicadores de risco chave) estabelecidos no RAS é atualizado mensalmente e está incluído no “*Finance & Risk Report*”, preparado pela DRR e enviado ao CE e ao CA para monitorização. Resumidamente, a DRR no âmbito das suas funções regulares, é responsável pela monitorização do perfil de risco do Banco através das métricas definidas e comunicação atempada ao CA, bem como aos Comités de risco.

Contexto regulatório — principais destaques:

Ao nível regulatório, durante o ano de 2022, as autoridades de supervisão tomaram uma série de medidas.

Entre elas, destacamos as seguintes:

- Regulamento Delegado (UE) 2022/629 da Comissão de 12 de janeiro de 2022 – JOUE L-117, de 19-04-2022 que altera as normas técnicas de regulamentação estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) 2017/583 no que diz respeito à adaptação dos limiares de liquidez e do percentil de negociação utilizados para determinar o volume específico do instrumento aplicável a certos instrumentos não representativos de capital;
- Regulamento Delegado (UE) n.º 2022/786 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 — JOUE L-141, de 20-05-2022 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2015/61 que completa o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao requisito de cobertura de liquidez para as instituições de crédito;
- A Autoridade Bancária Europeia (EBA) publicou, em 5 de abril de 2022, o relatório final sobre a alteração das normas técnicas regulamentares relativas à autenticação forte de clientes e comunicação segura ao abrigo da Diretiva de Serviços de Pagamento (PSD2);
- Regulamento Delegado (UE) 2022/954 da Comissão, de 12 de maio de 2022 – JOUE L-165, de 21-06-2022 que altera as normas técnicas de regulamentação estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) n.º 183/2014 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento no que diz respeito à especificação do cálculo dos ajustamentos para os riscos específico e geral de crédito;
- O Regulamento Delegado (UE) 2022/1622 da Comissão, de 17 de maio de 2022 vem completar o Regulamento (UE) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (“Regulamento 575/2013”), relativo aos requisitos prudenciais das instituições de crédito, no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação relativas aos mercados emergentes e às economias avançadas;
- Em 13 de junho as Autoridades Europeias de Supervisão (EBA, EIOPA e ESMA - ESAs) publicaram o relatório final com projetos de normas técnicas regulamentares (RTS) que propõem alterar o Regulamento Delegado da Comissão sobre as técnicas de mitigação de risco para derivativos de balcão (OTC) não compensados por uma Contraparte Central de Compensação (CCP) sob o Regulamento da Infraestrutura do Mercado Europeu (EMIR);
- Em 30 de junho, o *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS) publicou uma segunda consulta pública sobre “Tratamento prudencial de exposições criptoasset”.
- Em 29 de julho de 2022, a EBA lançou uma consulta pública, que decorreu até 31 de outubro de 2022, sobre o seu projeto de Orientações revistas sobre as contribuições dos sistemas de garantia de depósitos (DGS), que visam reforçar a proporcionalidade entre o risco de uma instituição de crédito e as suas contribuições para o SGD e racionalizar e simplificar as Orientações originais;
- Foi publicado o Regulamento Delegado (UE) 2022/27 da Comissão de 27 de setembro de 2021, «...que altera o Regulamento (UE) n.º 236/2012 no que respeita ao ajustamento do limiar relevante para a comunicação de posições líquidas curtas significativas em ações», e que procede, à alteração do atual limiar de comunicação relevante (a saber, uma percentagem igual a 0,2% do capital social

- emitido da sociedade em questão e a cada 0,1% acima desse valor) de modo a fixá-lo de forma permanente em 0,1%;
10. As ESAs — EBA, ESMA e EIOPA — emitiram uma Declaração de Supervisão atualizada sobre a aplicação do Regulamento relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (*Sustainable Finance Disclosure Regulation* ou SFDR). Mais publicaram uma Declaração com esclarecimentos sobre o projeto de Normas Técnicas de Regulamentação (*Regulatory Technical Standards — RTS*) emitidas ao abrigo do SFDR, que incluem a divulgação de informações sobre produtos financeiros ao abrigo do Regulamento da Taxonomia;
11. A EBA lançou uma consulta pública sobre o papel dos riscos ambientais no quadro prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento;
12. Foram publicados os Pareceres do BCE «...sobre uma proposta de regulamento de alargamento dos requisitos de rastreabilidade às transferências de criptoativos (CON/2021/37) 2022/C 68/02» e «...sobre uma proposta de regulamento que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (CON/2021/40)»;
13. O FSB publicou um Relatório sobre a avaliação dos riscos dos criptoativos para a estabilidade financeira, e as ESAs — EBA, ESMA e EIOPA — alertaram os consumidores sobre os riscos dos criptoativos;
14. O Regulamento (UE) 2022/2036 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de outubro de 2022, alterou o Regulamento (UE) n.º 575/2013 e a Diretiva 2014/59/UE, no que diz respeito ao tratamento prudencial de instituições de importância sistémica global com uma estratégia de resolução de ponto de entrada múltiplo e a métodos para a subscrição indireta de instrumentos elegíveis para cumprimento do requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis;
15. Em 20 de outubro a EBA publicou um conjunto final de Diretrizes e dois projetos finais de Normas Técnicas Regulatórias (RTS) especificando os aspetos técnicos da estrutura revistas que captura os riscos de taxa de juros para as posições da carteira bancária (IRRBB). Estas Diretrizes serão aplicadas a partir de 30 de junho de 2023, exceto a parte sobre CSRBB, que será aplicável a partir de 31 de dezembro de 2023;
16. Regulamento Delegado (UE) 2022/2257 da Comissão de 11 de agosto de 2022 que Completa o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, por normas técnicas de regulamentação que especificam os métodos de cálculo dos montantes brutos por incumprimento súbito das exposições a instrumentos de dívida ou de capital e das exposições ao risco de incumprimento decorrente de determinados instrumentos derivados;
17. Em 15 de novembro de 2022, a EBA lançou uma consulta pública sobre o seu projeto de Orientações dirigidas a instituições e autoridades de resolução sobre testes de resolubilidade. As Diretrizes visam estabelecer uma estrutura para garantir que os recursos de resolubilidade desenvolvidos para cumprir as Diretrizes de resolubilidade e transferibilidade sejam adequados ao propósito e efetivamente mantidos;
18. Em dezembro, procedeu-se à retificação do Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito ao rácio de alavancagem, ao rácio de financiamento estável líquido, aos requisitos de fundos próprios e passivos elegíveis, ao risco de crédito de contraparte, ao risco de mercado, às posições em risco sobre contrapartes centrais, às posições em risco sobre organismos de investimento coletivo, aos grandes riscos e aos requisitos de reporte e divulgação de informações, e o Regulamento (UE) n.º 648/2012;
19. O BCE publicou os seus pareceres sobre as propostas de alteração do Regulamento (UE) n.º 575/2013, um relativo aos requisitos prudenciais para instituições de crédito e empresas de investimento, no que diz respeito à resolução e outro relativo aos requisitos de risco de crédito, risco de ajustamento da avaliação de crédito, risco operacional, risco de mercado e output floor;
20. Retificação do Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 no que diz respeito ao rácio de alavancagem, ao rácio de financiamento estável líquido, aos requisitos de fundos próprios e passivos elegíveis, ao risco de crédito de contraparte, ao risco de mercado, às posições em risco sobre contrapartes centrais, às posições em risco sobre organismos de investimento coletivo, aos grandes riscos e aos requisitos de reporte e divulgação de informações, e o Regulamento (UE) n.º 648/2012 o Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012;
21. Em 14 de dezembro de 2022, a EBA publicou um documento de consulta sobre o seu projeto de Orientações sobre a capacidade global de recuperação (ORC) no planeamento da recuperação. As Orientações visam estabelecer um quadro consistente para a determinação da ORC pelas instituições nos seus planos de recuperação e respetiva avaliação pelas autoridades competentes. A consulta decorre até 14 de março de 2023; (data de entrada em vigor 01 de janeiro de 2023).
- Ainda no âmbito nacional, destacam-se ainda as seguintes cartas circulares/Avisos/Instruções/Decreto de Lei:
- O Banco de Portugal (BdP) publicou:
1. Instrução n.º 1/2022 de 10-01-2022 que altera a Instrução n.º 7/2012, de 15 de fevereiro de 2012, que estabelece as medidas de carácter temporário relativas aos critérios de elegibilidade dos ativos de garantia para as operações de crédito do Eurosistema;
2. Carta Circular n.º CC/2022/00000013, em fevereiro de 2022, que divulga, de acordo com o n.º 9 da Instrução n.º 18/2015, de 15 de janeiro de 2016, os modelos de reporte dos Planos de Financiamento e de Capital, a descrição do cenário macroeconómico e financeiro e outras orientações necessárias à realização do exercício e prestação da informação por parte das instituições com data de referência 31 de dezembro de 2021;
3. Instrução n.º 4/2022 de 28-02-2022 que revoga as Instruções n.º 18/97, de 17 de fevereiro de 1997, e n.º 14/2006, de 20 de outubro de 2006, com vista à simplificação e eliminação de duplicações de reporte, e conseqüentemente, à redução dos encargos associados para as entidades abrangidas;
4. Instrução n.º 5/2022 de 09-03-2022, que divulga, para o 2.º trimestre de 2022, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho de 2009;
5. Instrução n.º 6/2022 de 09-03-2022 que revoga a Instrução n.º 13/2020, de 21 de maio de 2020, relativa à comunicação de informação sobre a moratória pública e as moratórias privadas;
6. Instrução n.º 7/2022 de 24-03-2022 que regulamenta o dever de reporte ao Banco de Portugal de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise da COVID-19 conforme orientações da Autoridade Bancária Europeia;
7. Decreto-Lei n.º 31/2022, de 6 de maio, que estabelece o regime jurídico das obrigações cobertas, transpondo a Diretiva (UE) 2019/2162 relativa à emissão de obrigações cobertas e à supervisão pública dessas obrigações, harmonizando os requisitos da emissão e supervisão de obrigações cobertas no âmbito da União Europeia que resultam da Diretiva (UE) 2021/2261;

8. Aviso n.º 1/2022 de 6 de junho de 2022 (DR 2.ª série, n.º 109), que estabelece os aspetos necessários a assegurar o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, no âmbito da atividade das entidades financeiras sujeitas à supervisão do BdP, procedendo à revogação do Aviso n.º 2/2018 e da Instrução n.º 2/2021;
9. Instrução n.º 10/2022 de 21-06-2022 que altera a instrução n.º 8/2018, tendo por objeto a revisão da regulamentação do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI), no sentido de acomodar a implementação, pela EBA Clearing, do novo mecanismo de liquidação contínua de operações (Continuous Gross Settlement);
10. Carta Circular n.º CC/2022/00000013, em julho que informa, na sequência da divulgação de comunicados do GAFI (reunião plenária de junho de 2022), sobre a adoção de contramedidas proporcionais ao risco muito elevado de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, relativamente à República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e à República Islâmica do Irão, e salienta a publicação do “*FATF Statement on the Russian Federation*”, de 17 de junho de 2022;
11. Instrução n.º 13/2022 do BdP de 05-08-2022 que regulamenta o reporte de informação estatística ao BdP para compilação das estatísticas de títulos, na vertente de carteira de títulos, revogando, ainda, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2023, a Instrução do Banco de Portugal n.º 31/2005;
12. Instrução n.º 15/2022 do BdP de 28-09-2022 que altera a Instrução n.º 7/2021, na parte relativa aos elementos de instrução dos pedidos de autorização para o exercício de funções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, dos titulares das funções essenciais de controlo e dos gerentes das sucursais estabelecidas em países que não são Estados Membros da União Europeia, em especial o questionário solicitado para esse efeito, disponível no Portal IMAS;

13. O BdP transmitiu orientações ao mercado sobre o estabelecimento de relações de negócio através dos canais digitais, enquanto a CMVM alertou sobre divulgação de conteúdos sobre serviços de investimento de intermediários financeiros nas redes sociais ou canais online;
14. No plano macroprudencial, a reserva contracíclica de fundos próprios aplicável às exposições de crédito ao setor privado não financeiro nacional manteve-se em 0% do montante total das posições em risco;
15. Instrução n.º 19/2022 Fixa em 0,029% a taxa base para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no ano de 2023;

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) publicou:

- Regulamento da CMVM n.º 5/2022, sobre a «Prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo» (altera o Regulamento da CMVM n.º 2/2020);
 - A CMVM e a ASF reiteraram o alerta das ESAs sobre os riscos associados a criptoativos;
 - Regulamento da CMVM n.º 2/2022 que procede à concretização da forma e do conteúdo dos deveres de comunicação à CMVM, pelas Centrais de Valores Mobiliários (“CSD”), de informações relativas às falhas de liquidação;
- Outras Publicações:
- Lei n.º 4/2022, que «Procede ao alargamento das obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, alterando a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho»;
 - Decreto-Lei n.º 80-A/2022, de 25 de novembro de 2022, (“DL 80-A/2022”) prevê um conjunto de medidas destinadas a mitigar o impacto do aumento das taxas de juro em contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente, abrangidos pelo Decreto-Lei

n.º 74-A/2017, de 23 de junho (“DL 74-A/2017”), com montante em dívida igual ou inferior a 300 mil euros;

- Lei n.º 23-A/2022, de 9 de dezembro — Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/878 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e a Diretiva (UE) n.º 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexa;
- Decreto Lei n.º 23-A/2022, de 9 de dezembro — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e a Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexa.

Riscos Financeiros

Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito manifesta-se na possibilidade de variação negativa do valor económico de um dado instrumento em consequência da degradação da qualidade de risco de crédito da contraparte (ex.: ratings externos). O risco de crédito é o principal risco financeiro do Bison Bank.

No Banco, o risco de crédito subjacente à atividade resulta, essencialmente, da sua carteira de títulos, maioritariamente composta por obrigações, da exposição de liquidez a instituições financeiras e, em pequena escala, do crédito concedido e das garantias prestadas a clientes.

No decorrer do ano, o Banco não teve qualquer atividade creditícia (em 31 dezembro de 2022, a carteira de crédito a clientes líquida em % do Ativo total era de 0,08% contra 0,09% em 31 de dezembro de 2021).

Imparidade

O risco de crédito materializa-se, em última instância, nas perdas por imparidade realizadas pelo Banco. Estas são as melhores estimativas de perdas na data de referência e podem ou não se tornar em perdas efetivas.

O Banco reconhece perdas por imparidade para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como saldos de outros devedores e exposições extrapatrimoniais (off balance).

A IFRS 9 estipula que o conceito de redução ao valor recuperável é determinado com base nas perdas esperadas, designando um conjunto de critérios de classificação e mensuração para perdas esperadas decorrentes de imparidade dos ativos financeiros. Os ativos financeiros sujeitos a perdas por imparidade devem ser classificados em diferentes fases (“*stages*”), que dependem da alteração no risco de crédito a partir da data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

Stage 1: os ativos financeiros devem ser classificados na stage 1 sempre que não houver um aumento significativo no risco de crédito desde a data de seu reconhecimento inicial;

Stage 2: inclui os ativos financeiros em que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito desde a data de seu reconhecimento inicial;

Stage 3: os ativos classificados nesta fase na data do balanço apresentam evidência objetiva de redução ao valor recuperável, como consequência de um ou mais eventos que já ocorreram, resultando em perda.

A mensuração das perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de incumprimento

(PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda, dado o incumprimento (LGD) e (iii) a exposição na data-padrão (EAD), descontado, à data do balanço, utilizando a taxa efetiva de juro do contrato.

Conforme mencionado acima, a principal diferença entre a imparidade por deterioração medida para ativos financeiros classificados como stage 1 ou 2 é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros no *stage 1* são calculadas com recurso a um PD de 12 meses, enquanto as perdas esperadas no *stage 2* usam um PD permanente. O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros no *stage 3* é efetuado com base nos procedimentos para a estimativa de perda de valor recuperável desenvolvidos pela gestão.

Para as exposições com rating externo, o Banco usa as informações externas divulgadas pela agência de rating Moody's e outros dados de mercado para a determinação das perdas por imparidade dos instrumentos de dívida, como spreads de *Credit Default Swaps* ou *Yields* de obrigações.

Para o pequeno número de segmentos para os quais não haja dados históricos e / ou experiência de perda, o Banco adota uma abordagem de mensuração simplificada que pode diferir da descrita acima. Mais especificamente, e em relação à rubrica "Outros ativos" (derivadas dos valores faturados), que no caso do Bison Bank são principalmente receitas de comissões do serviço de banco depositário, uma abordagem de medição simplificada foi escolhida e uma análise histórica foi conduzida ao longo dos últimos 6 anos para calcular o PD.

— Imparidade de empréstimos a clientes

Dada a dimensão e a natureza das exposições a empréstimos a clientes (a maioria com 100% de imparidade - stage 3 - Análise individual), o cálculo das perdas por imparidade é essencialmente realizado numa base individual, caso a caso, tendo

em consideração as especificidades de cada operação e a melhor estimativa do valor recuperável (empréstimos e garantias) na data da avaliação, tendo em consideração as diretrizes da Carta Circular n.º. 62/2018 do BdP.

O nível de imparidade individual estipulado para qualquer análise pontual de uma operação é calculado com prudência. Essa abordagem leva em consideração o contrato, a situação económica e financeira do cliente e o colateral recebido em garantia. O valor atual dos fluxos de caixa incorporados na estimativa de recuperabilidade futura que resulta da aplicação desses fatores é atualizado à taxa de juro efetiva contratada.

A melhor estimativa dos valores recuperáveis é suportada por dados observáveis e documentados, na data de mensuração do valor recuperável, relativos à capacidade do cliente de realizar pagamentos ou à necessidade de recorrer à execução ou receber pagamento em espécie sob a forma de garantia. O valor atual dos fluxos de caixa é atualizado com base na estimativa de recuperabilidade futura resultante da aplicação desses fatores.

O valor de balanço a considerar abrange todos os montantes registados no balanço do empréstimo em questão, nomeadamente o capital em dívida, o capital vencido, juros corridos e juros vencidos. Os fluxos de caixa futuros estimados incluídos no cálculo referem-se aos valores contratuais dos empréstimos, ajustados por quaisquer valores que não se espera que sejam recuperados e pelo período de tempo durante o qual é previsível que tais fluxos de caixa ocorrerão.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital e juros corridos que continuem a ser devidos após a data do seu vencimento. Apesar da imaterialidade da carteira de crédito a clientes, o Banco avalia regularmente a evolução da imparidade na sua carteira de crédito.

Atendendo à atual dimensão e características da carteira de crédito a clientes e exposições extrapatrimoniais, o apuramento das perdas por imparidade é realizado

fundamentalmente a nível individual ou casuístico, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da análise.

Os seguintes indicadores traduzem situações de aumento significativo do risco de crédito: (1) Crédito com atraso no pagamento de capital, juros, comissões ou outras despesas superior a 30 dias; (2) Crédito reestruturado por dificuldades financeiras do devedor; (3) Crédito cujo devedor verifique, no mínimo, dois dos seguintes critérios, quando ocorridos em momento posterior ao reconhecimento inicial da operação: a) Registo de, pelo menos, um crédito em situação de incumprimento na CRC; b) Presença em listas de utilizadores de cheques que oferecem risco; c) Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a empregados, em situação de incumprimento.

Os critérios objetivos de imparidade são os seguintes: a) Crédito vencido, no Banco, há mais de 90 dias no pagamento de capital ou juros, independentemente do montante em dívida; b) Crédito em contencioso; c) Cliente em insolvência; d) Crédito reestruturado por deterioração da capacidade do mutuário há menos de 1 ano, cuja operação ou operações reestruturadas que aquando da reestruturação, apresentavam um dos eventos acima indicados. Os créditos que apresentam as características anteriores são designados créditos em *default*.

O Banco não considera um limiar mínimo de materialidade, ou seja, desde que tenham mais de 90 dias de atraso todas as operações são classificadas em *default*, sujeitos a um procedimento de análise individual. Adicionalmente, caso um cliente em *default* pertença a um grupo económico, todos os clientes desse grupo serão classificados com indícios de imparidade.

Os indicadores subjetivos de imparidade são um conjunto de indicadores que quando analisados de forma integrada ou em subconjuntos, poderão dar lugar à existência de evidência de imparidade. Estes indicadores podem ser sinais de imparidade, ou indicadores de risco.

— Imparidade de outros ativos financeiros (obrigações) e outros ativos

O conceito de perdas esperadas da IFRS 9 também cobre os instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo através do outro rendimento integral, as exposições extrapatrimoniais, outros ativos, garantias financeiras e compromissos de empréstimos não mensurados ao justo valor.

Relativamente aos instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo através de outro rendimento integral, a identificação e mensuração de aumento significativo de risco de crédito assentam, entre outros critérios, na análise das seguintes variáveis: 1) Evolução do *rating* (ou perda do mesmo) do título face à data de aquisição e período decorrido; 2) Variação do preço de mercado face ao custo amortizado; 3) Reestruturação de dívida face a dificuldades financeiras do emitente; 3) Atrasos de pagamentos de juros e/ou capital superiores a 30 dias. Entre os triggers de default destacam-se os seguintes: 1) Atrasos nos pagamentos de capital e/ou juros superiores a 90 dias; 2) Títulos com rating igual ou inferior a CCC+ (não POCI — *Purchased Originated Credit Impaired*); 3) Falência/insolvência do emitente; 4) Dívida do emitente reestruturada por dificuldades financeiras.

As alterações ao nível do risco de crédito dos instrumentos de dívida têm de ter como data de referência a data de originação (reconhecimento inicial vs. data de reporte). Assim, as migrações entre os 3 níveis são desencadeadas por alterações relativas do risco de crédito e não pelo risco de crédito à data do reporte.

A monitorização do rating das entidades emitentes, bem como outra informação relevante para o apuramento da imparidade, é efetuada numa base regular (mensalmente), tendo como principal base a informação difundida pela Bloomberg.

Ativos financeiros por rubrica contabilística

Para efeitos de análise de risco de crédito do Bison Bank considerou-se a carteira de títulos, o crédito concedido a clientes (incluindo as responsabilidades extrapatrimoniais), Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito.

Os ativos financeiros, por rubrica de balanço, apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2022 e 2021;

A nível Consolidado:

	Consolidado				Individual			
	31-12-2022				31-12-2022			
	Exposição Bruta ¹	Imparidade	Colaterais ²	Exposição Efetiva ³	Exposição Bruta ¹	Imparidade	Colaterais ²	Exposição Efetiva ³
Disponibilidades e Aplicações em ICs	71.933	0	0	71.933	71.929	0	0	71.929
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	168	0	0	168	168	0	0	168
Ativos Financeiros Pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral ⁴	98.967	605	0	98.362	98.967	605	0	98.362
Títulos de Dívida	98.967	605	0	98.362	98.967	605	0	98.362
Ativos Financeiros Pelo Custo Amortizado	1.220	1.070	224	(74)	1.220	1.070	224	(74)
Empréstimo e Adiantamentos	1.220	1.070	224	(74)	1.220	1.070	224	(74)
Outros Ativos	6.349	362	0	5.986	6.611	362	0	6.249
Sub-Total	178.637	2.037	224	176.375	178.895	2.037	224	176.634
Garantias Prestadas e Compromissos Assumidos	2.773	2.093	0	680	2.773	2.093	0	680
Linhas de Crédito Irrevogáveis	263	0	0	263	263	0	0	263
Sub-Total	3.036	2.093	0	944	3.036	2.093	0	944
TOTAL	181.673	4.130	224	177.319	181.932	4.130	224	177.577

(1) Exposição Bruta: Respeita ao valor bruto de balanço.
 (2) Colaterais: Valor dos colaterais associados a uma operação limitado ao valor líquido da mesma.
 (3) Exposição Efetiva: Respeita à Exposição bruta deduzida de imparidade e do efeito mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.
 (4) Exclui títulos de Capital

A nível Individual:

	31-12-2022				31-12-2021			
	Exposição Bruta ¹	Imparidade	Colaterais ²	Exposição Efetiva ³	Exposição Bruta ¹	Imparidade	Colaterais ²	Exposição Efetiva ³
Disponibilidades e Aplicações em ICs	71.929	0	0	71.929	108.039	0	0	108.039
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	168	0	0	168	2.394	0	0	2.394
Ativos Financeiros Pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral ⁴	98.967	605	0	98.362	49.788	51	0	49.737
Títulos de Dívida	98.967	605	0	98.362	49.788	51	0	49.737
Ativos Financeiros Pelo Custo Amortizado	1.220	1.070	224	(74)	1.216	1.057	225	(66)
Empréstimo e Adiantamentos	1.220	1.070	224	(74)	1.216	1.057	225	(66)
Outros Ativos	6.611	362	0	6.249	9.528	425	0	9.103
Sub-Total	178.895	2.037	224	176.375	170.965	1.533	225	169.208
Garantias Prestadas e Compromissos Assumidos	2.773	2.093	0	680	2.930	2.093	0	837
Linhas de Crédito Irrevogáveis	263	0	0	263	92	0	0	92
Sub-Total	3.036	2.093	0	944	3.022	2.093	0	929
	181.932	4.130	224	177.577	173.988	3.626	225	170.137

(1) Exposição Bruta: Respeita ao valor bruto de balanço.
 (2) Colaterais: Valor dos colaterais associados a uma operação limitado ao valor líquido da mesma.
 (3) Exposição Efetiva: Respeita à Exposição bruta deduzida de imparidade e do efeito mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.
 (4) Exclui títulos de Capital

(valores expressos em milhares de Euros)

Em 31 de dezembro de 2022, o valor do crédito concedido a clientes (*legacy credit portfolio*), líquido de imparidade, ascendia a cerca de 150 milhares de euros (159 milhares de euros em 2021), permanecendo imaterial (0,085% do total do ativo líquido versus 0,09% em 2021) e encontrava-se 87,7% coberto por imparidade, atendendo ao facto de se tratar, na sua maioria de exposições que se encontram em situação de incumprimento a +90 dias, em insolvência, PER, reestruturadas, etc., situação esta que persiste há vários anos. Àquela data o rácio de cobertura por colaterais situava-se em cerca de 149,5% (colaterais reais — Hipotecas).

No que diz respeito às responsabilidades extrapatrimoniais, em 31 de dezembro de 2022 o montante total de 2.970 milhares de euros,

respeitam a garantias prestadas pelo Banco e outros compromissos irrevogáveis (em dezembro de 2021: 3.022 milhares de euros). As responsabilidades extrapatrimoniais incluíam ainda em 31 de dezembro de 2022 ativos (títulos de dívida) dados em garantia no montante de 303 milhares de euros (em dezembro de 2021: 228 milhares de euros).

O risco de crédito subjacente à atividade do Banco deriva também de investimentos em ativos imobiliários (risco de mercado, ainda que indireto) através de unidades de participação de fundos (que incluem também um importante risco de concentração). Estes ativos encontram-se mensurados na rubrica “ativos financeiros ao justo através de resultados — títulos de capital), sujeito a valorização *mark-to-market*.

Detalhes dos Instrumentos de dívida — Imparidade

Justo valor através de outro rendimento integral

	31-12-2022				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI(*)	Total
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral — instrumentos de dívida					
Exposição Bruta	95.783	3.184	-	-	98.967
<i>Investment Grade (IG)</i>	43.165	440	0	0	43.605
<i>Non Investment Grade (NIG)</i>	7.299	2.744	0	0	10.043
<i>Not Rated</i>	45.319	-	0	0	45.319
<i>Impaired</i>	0	163	0	0	-
Imparidade	442	163	-	-	605
Valor Líquido	95.341	3.022	-	-	98.363

(valores expressos em milhares de Euros)

	31-12-2021				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI(*)	Total
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral — instrumentos de dívida					
Exposição Bruta	49.346	442	-	-	49.788
<i>Investment Grade (IG)</i>	23.051	442			23.493
<i>Non Investment Grade (NIG)</i>	7.638				7.638
<i>Not Rated</i>	18.658				18.658
<i>Impaired</i>	0	0	0	0	-
Imparidade	50,61	0,03	-	-	50,64
Valor Líquido	49.296	442	-	-	49.737

(valores expressos em milhares de Euros)

Em 2022, a generalidade dos títulos encontravam-se em *stage 1*. Tal decorre, entre outros aspetos, da estratégia de investimento se assentar em critérios de liquidez elevada dos ativos, na sua grande maioria classificados com grau de investimento, duration inferior a 5 anos, etc. Refira-se que a 31 de dezembro de 2022, os títulos de dívida pública representavam 12.1% (vs. 11% em 31 dezembro de 2021) do total da carteira e 44.1% da mesma era composta por títulos com *rating de investment grade* (vs. 47% em 31 dezembro de 2021).

No exercício de ICAAP, o Banco considera uma análise aproximada ao método IRB (*internal ratings-based approach*), recalculando as PD a 12 meses para os títulos de dívida. No cenário base, para a estimativa da PD, são utilizadas as taxas de incumprimento

a um ano, cumulativas, dos emitentes obtidas através das tabelas da Moody's Investors Service presentes no documento "*Sovereign Default and Recovery Rates*". As taxas de incumprimento cumulativas de entidades soberanas foram utilizadas para os títulos de dívida soberana, enquanto, para os títulos de dívida não soberana foram utilizadas as taxas de incumprimento cumulativas de emitentes corporativos.

No cenário adverso a metodologia utilizada segue a descrita anteriormente descrita para o cenário base, no entanto, considerando uma perspetiva conservadora e de degradação do cenário macroeconómico, é assumida a descida de notches no rating de todos os títulos de dívida.

Custo amortizado

	31-12-2022				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI(*)	Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Exposição Bruta	-	-	1.059	162	1,220
<i>Not Impaired</i>	-	-	-	-	-
<i>Impaired</i>	-	-	1.059	162	1,220
Imparidade	-	-	1.059	11	1,070
Valor Líquido	-	-	-	150	150

	31-12-2021				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI(*)	Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Exposição Bruta	-	-	1.054	162	1,216
<i>Not Impaired</i>	-	-	-	-	-
<i>Impaired</i>	-	-	1.054	162	1,216
Imparidade	-	-	1.054	3	1,057
Valor Líquido	-	-	-	159	159

(*) *Purchased or originated credit-impairment ("POCI") de ativos financeiros*

(valores expressos em milhares de Euros)

No que respeita à qualidade do crédito, no quadro abaixo são apresentados os principais rácios para o Bison Bank, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31-12-2022	31-12-2021
Qualidade do Crédito		
Imparidade do Crédito / Crédito a Clientes	87,7%	86,9%
Crédito Reestruturado / Crédito a Clientes	84,4%	84,7%
NPL > 90 Dias / Crédito Clientes	86,76%	86,70%

No que concerne ao risco de concentração de crédito, para além do cumprimento do limite regulatório em termos de Grandes Riscos (em 31 de dezembro de 2022, o Banco cumpria o limite para as grandes exposições previsto no artigo 395.º do Regulamento (CE) n.º 575/2013 - CRR) o Banco define objetivos específicos para o controle de risco de concentração de crédito, que estão espelhados na política de gestão de limites, designadamente na carteira bancária (*Treasury Book*) e nas contrapartes de *Money Market*, e materializados em métricas incluídas no RAS.

Adicionalmente são acompanhados regularmente outras métricas relativas a vários tipos de concentração de crédito designadamente exposições a entidades *single-name*, exposição por sectores de atividade, exposições por país (risco-país) e exposições a Instituições de crédito.

Relativamente à concentração *single-name*, o acompanhamento é efetuado com base no conceito de "Grupo económico" e "Grupo de clientes" conjuntos de entidades/contrapartes relacionadas entre si que representam uma única entidade na perspetiva de risco de crédito, tal como definido na artº 4 da CRR.

Concentração de risco de crédito por setor de atividade:

Em 31 de dezembro de 2022, ao nível Individual:

	31-12-2022					
	Exposição Líquida de Balanço		Colaterais		Exposição Efetiva ¹	
Serviços	21.173	12%	0	0	21.173	12%
Construção	0	0%	0	0	0	0%
Indústria	21.081	12%	0	0	21.081	12%
Sector Público	11.924	7%	0	0	11.924	7%
Outros Sectores	26.279	14%	224	100%	26.055	15%
Vendas a Retalho	2.733	2%	0	0%	2.733	2%
Instituições Financeiras e Seguradoras	98.152	54%	0	0%	98.152	54%
Particulares	0	0%	0	0%	0	0%
Total	181.343	100%	224	100%	181.117	100%

Notas: (valores expressos em milhares de Euros)
 (1) Exposição Efetiva: Respeita à Exposição Líquida de Balanço deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não estão assim se considerando avales / fianças e outros colaterais de fraco valor. Não inclui a rubrica "Outros Ativos". Inclui Instrumentos de Capital.

O item "Outros setores" é maioritariamente (99.4%) composto pelas rubricas de títulos.

Em 31 de dezembro de 2021:

	31-12-2021					
	Exposição Líquida de Balanço		Colaterais		Exposição Efetiva ¹	
Serviços	4.387	3%	0	0	4.387	3%
Construção	0	0%	0	0	0	0%
Indústria	10.451	6%	0	0	10.451	6%
Sector Público	8.381	5%	0	0	8.381	5%
Outros Sectores	22.879	13%	225	100%	22.654	14%
Vendas a Retalho	2.265	1%	0	0%	2.265	1%
Instituições Financeiras e Seguradoras	123.658	72%	0	0%	123.658	72%
Particulares	0	0%	0	0%	0	0%
Total	172.022	100%	225	100%	171.797	100%

Notas: (valores expressos em milhares de Euros)
 (1) Exposição Efetiva: Respeita à Exposição Líquida de Balanço deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não estão assim se considerando avales / fianças e outros colaterais de fraco valor. Não inclui a rubrica "Outros Ativos". Inclui Instrumentos de Capital.

Concentração de risco de crédito por região geográfica:

Em 31 de dezembro de 2022, ao nível Individual:

	31-12-2022					
	Exposição Líquida de Balanço		Colaterais		Exposição Efetiva ¹	
Portugal Continental	122.686	68%	224	100%	122.461	68%
União Europeia	39.557	22%	0	0%	39.557	22%
América Latina	0	0%	0	0%	0	0%
América do Norte	10.971	6%	0	0%	10.971	6%
Resto do Mundo	8.128	4%	0	0%	8.128	4%
Resto da Europa	0	0%	0	0%	0	0%
Total	181.343	100%	224	100%	181.117	100%

Notas: (valores expressos em milhares de Euros)
 (1) Exposição Efetiva: Respeita à Exposição Líquida de Balanço deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não estão assim se considerando avales / fianças e outros colaterais de fraco valor. Não inclui a rubrica "Outros Ativos". Inclui Instrumentos de Capital.

Em 31 de dezembro de 2021:

	31-12-2021					
	Exposição Líquida de Balanço		Colaterais		Exposição Efetiva ¹	
Portugal Continental	145.419	85%	225	100%	145.194	85%
União Europeia	14.266	8%	0	0%	14.266	8%
América Latina	0	0%	0	0%	0	0%
América do Norte	2.623	2%	0	0%	2.623	2%
Resto do Mundo	9.715	6%	0	0%	9.715	6%
Resto da Europa	0	0%	0	0%	0	0%
Total	172.022	100%	225	100%	171.797	100%

Notas: (valores expressos em milhares de Euros)
 (1) Exposição Efetiva: Respeita à Exposição Líquida de Balanço deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não estão assim se considerando avales / fianças e outros colaterais de fraco valor. Não inclui a rubrica "Outros Ativos". Inclui Instrumentos de Capital.

Os quadros seguintes apresentam a repartição de todos os ativos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais *Moody's*, *Fitch* e *S&P*. A métrica de atribuição do rating seguiu a metodologia standard

do acordo de Basileia, escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciadas para o mesmo ativo. As posições em crédito ou títulos que não possuam rating externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como "Not Rated".

Entre as exposições sem rating externo, no montante total de 112,5 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022 (121.1 milhões em dezembro 2021) a principal componente é referente a “Disponibilidades e Aplicações em ICs” que ascendia a cerca de 58.9 milhões de euros a essa data (91.7 milhões em 2021), composta essencialmente por valores depositados junto do Banco de Portugal.

Decomposição dos ativos financeiros por qualidade do crédito, por rubrica de balanço, a 31 de dezembro de 2022, ao nível Individual:

	31-12-2022				
	High Grade	Standard Grade	Sub-Standard Grade	Not Rated	Total
Disponibilidades e Aplicações em ICs	3.087	2.389	7.526	58.927	71.929
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	0	0	168	0	168
Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	0	0	0	10.733	10.733
Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda	10.745	27.915	16.963	42.739	98.362
Crédito a Clientes	0	0	0	150	150
Total	13.831	30.304	24.658	112.549	181.343
Em %	7,6%	16,7%	13,6%	62,1%	100%

Notas:
Exposição líquida de balanço.
Não inclui a rubrica “Outros Ativos”. Inclui Instrumentos de Capital

(valores expressos em milhares de Euros)

A 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:

	31-12-2021				
	High Grade	Standard Grade	Sub-Standard Grade	Not Rated	Total
Disponibilidades e Aplicações em ICs	2.002	0	14.349	91.689	108.039
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	824	848	722	0	2.394
Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	0	0	0	11.692	11.692
Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda	8.107	14.452	9.606	17.573	49.737
Crédito a Clientes	0	0	0	159	159
Total	10.934	15.299	24.676	121.113	172,022
Em %	6,4%	8,9%	14,3%	70,4%	100%

Notas:
Exposição líquida de balanço.
Não inclui a rubrica “Outros Ativos”. Inclui Instrumentos de Capital

(valores expressos em milhares de Euros)

Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Tendo em conta as áreas de negócios em que opera, os principais riscos de mercado a que o Bison Bank se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

No Bison Bank, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação (“Ativos Financeiros detidos para negociação”), bem como instrumentos de capital — designadamente fundos — contabilizados em “Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados”.

No decorrer de 2022 o Banco não disponha de carteira de *trading* ativa (carteira composta essencialmente por um título de dívida pública no valor de 168 milhares de euros), pelo que não se afigurou necessária a monitorização do risco via cálculo diário de VaR da carteira.

	Valor da Carteira		
	Total	Pos. Longas	Pos. Curtas
31-12-2021	2.392	2.394	(2)
31-12-2022	168	168	-

(valores expressos em milhares de Euros)

Para suportar a atividade de colocação de títulos de dívida, em mercado primário, nomeadamente dívida de emitentes chineses, e para fazer face a eventuais

tomadas firmes que daí possam ocorrer, o Banco criou em 2019 uma carteira específica para essa finalidade, no entanto até 31 de dezembro 2022 a carteira não foi utilizada.

O Banco tem uma política de redução do risco de mercado, baseada em várias medidas de mitigação deste risco de forma a reduzir o potencial de impacto negativo do mesmo na perspetiva de risco residual, em particular a definição de limites de exposição agregada e de período de detenção.

A carteira de títulos do Banco detida para efeitos de gestão de liquidez (carteira bancária de títulos de dívida) está exposta a risco de taxa de juro e risco de spread (crédito), i.e., decréscimo potencial no valor de mercado devido a alterações percecionadas na qualidade de crédito dos emitentes dos títulos detidos em carteira. A posição da carteira é gerida de forma independente pela Direção de Tesouraria (DTE), de acordo com os limites definidos e a monitorização é efetuada em base regular pela DRR.

O Banco utiliza a metodologia *Value-at-Risk* (VaR) como principal indicador de risco de mercado, estimando as perdas potenciais sob condições adversas de mercado. O sistema escolhido para o efeito, a Bloomberg, permite analisar o risco das carteiras desagregado por vários fatores explicativos, e mensurar a correlação entre os ativos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. Compete à DRR a monitorização dos limites definidos pelo CA relativamente ao VaR das carteiras, bem como o respetivo cálculo, utilizando-se o modelo histórico.

Para o cálculo desta métrica de risco o Banco utilizado o software especializado da Bloomberg, tendo sido calculado o VaR segundo o modelo histórico, para um horizonte de 10 dias e a 1 dia, com intervalo de confiança de 99%, com base num período de observação de 2 anos, em linha com as boas práticas internacionais.

Risco Cambial

O Risco Cambial (FX) representa as flutuações em valor que os ativos expressos em moeda estrangeira podem sofrer como resultado de alterações nas taxas de câmbio.

Estão definidos limites para restringir posições abertas *overnight*, i.e., o valor nominal líquido dos ativos e passivos em cada moeda estrangeira. Estão definidos máximos de exposição por moeda bem como limite global de exposição. A DTE é responsável por desenhar e implementar políticas financeiras e por gerir os riscos estruturais no Balanço, tais como o risco cambial.

No quadro seguinte apresenta-se a posição cambial, por divisa, a 31 de dezembro de 2022:

A 31 de dezembro de 2021, era a seguinte:

Moeda	31-12-2022		Moeda	31-12-2021	
	Posições Longas	Posições Curtas		Posições Longas	Posições Curtas
USD	721	0	USD	1.631	0
GBP	11	0	GBP	12	0
CHF	8	0	CHF	8	0
BRL	0	0	BRL	0	0
SEK	4	0	SEK	4	0
NOK	2	0	NOK	2	0
AUD	0	0	AUD	0	0
JPY	0	0	JPY	0	0
HKD	0	0	HKD	0	0
CNY	372	0	CNY	133	0
Outras	0	0	Outras	0	0
CAD	1	0	CAD	0	0
PLN	0	0	PLN	0	0
Total	1,118	0	Total	1,790	0

Notas: Posições Líquidas.

(valores expressos em milhares de Euros)

Notas: Posições Líquidas.

(valores expressos em milhares de Euros)

Em 31 de dezembro de 2022, a maior exposição correspondia à divisa USD com posições longas de cerca de 721 milhares de Euros (64.5% do total), seguindo-se CNY (33.2% do total), com 372 milhares de Euros, sendo as restantes moedas insignificantes.

De referir que o risco cambial existente vem sobretudo das posições em moeda estrangeira que resultam da atividade corrente.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de perdas financeiras, no resultado ou capital, decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro, considerando a estrutura do Balanço da Instituição. Este tipo de risco é avaliado de forma sistemática e a longo-prazo. A avaliação trata as exposições da carteira bancária em função dos períodos de refixação, em linha com as melhores práticas de mercado e seguindo as recomendações de Basileia e do BdP (Instrução n.º 3/2020 – IRRBB).

O risco de taxa de juro da carteira bancária é medido usando várias técnicas de mensuração que tornam possível analisar o posicionamento do Banco e a situação de risco e analisando os impactos acumulados da taxa de juro dos instrumentos sensíveis no resultado líquido e na margem financeira, incluindo:

i. Static gap: apresenta a distribuição contractual dos prazos de vencimento e das diferenças de reavaliação de taxa de juro para os itens de Balanço e/ou extrapatrimoniais aplicáveis, agregados numa data específica, para valores globais e monetários (EUR e USD). A análise de gap é baseada na comparação dos valores de ativos e passivos que são reavaliados ou vencem no mesmo período;

ii. Valor económico do balanço: é calculado como a soma do justo valor líquido dos ativos e passivos sensíveis à taxa de juro no Balanço, do justo valor dos itens extrapatrimoniais, e dos valores líquidos de ativos e passivos não sensíveis à taxa de juro;

iii. Sensibilidade do valor económico: o valor económico dos itens de balanço e extrapatrimoniais é calculado a partir de um choque paralelo na curva das taxas de juro. A métrica relativa ao risco de taxa de juro sujeita a limite mencionado no RAS é baseada no cálculo do impacto na situação líquida, medido em percentagem dos fundos próprios, da variação de 200 pontos base das curvas de rendimento em EUR e USD, considerando as bandas temporais de acordo com a Instrução n.º 3/2020.

A DTE é responsável por implementar políticas financeiras e pela gestão dos riscos estruturais no balanço, como o risco de taxa de juro. A cobertura do risco de taxa de juro é assegurada através da contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro. O Banco não tem contabilidade de cobertura, pelo que os instrumentos contratados apenas permitem uma gestão de risco de taxa de juro, sem matchi perfeito entre os ativos e passivos.

A desagregação dos ativos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte, ao nível Individual:

31-12-2022	Prazos Residuais								Total Sensível	Total
	Não Sensível	Até 3 Meses	3-6 Meses	6-12 Meses	1-3 Anos	3-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos		
Ativos										
Mercado Monetário / Liquidez	4.402	64.707	0	2.821	0	0	0	0	67.527	71.929
Reverse Repos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito	150	0	0	0	0	0	0	0	0	150
Títulos Dívidas & Derivados MtM	0	35.135	15.721	3.368	20.428	15.075	8.804	0	98.530	98.530
Ações & Fundos	10.733	0	0	0	0	0	0	0	0	10.733
Ativos em Locação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos	7.371	0	0	0	0	0	0	0	0	7.371
Total Ativo	22.656	99.842	15.721	6.188	20.428	15.075	8.804	0	166.057	188.713
Passivos										
Mercado monetário / Vostro	1.312	0	0	0	0	0	0	0	0	1.312
Depósitos a prazo	57	12.858	8.648	3.044	2.342	0	0	0	26.892	26.949
Depósitos DO	113.309	0	0	0	0	0	0	0	0	113.309
Títulos (short) & Derivados MtM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos em Locação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Passivos	7.170	0	0	0	0	0	0	0	0	7.170
Capitais Próprios	39.973	0	0	0	0	0	0	0	0	39.973
Total Passivo + Capital Próprio	161.821	12.858	8.648	3.044	2.342	0	0	0	26.892	188.713
GAP	(139.165)	86.984	7.073	3.144	18.085	15.075	8.804	0	139.165	0
GAP Acumulado	-	86.98	94.057	97.202	115.287	130.362	139.165	139.165	-	-

Notas: Exposição líquida de balanço

(valores expressos em milhares de Euros)

A 31 de dezembro de 2022, 87.5% do ativo e 14.2% do passivo e capital próprio do Bison Bank era sensível a risco de taxa juro, sendo afetado por oscilações das taxas de juro, por escalões de refixação, o que traduz uma alteração significativa face a 2021 (a 31 de dezembro de 2021, 31% do ativo e 7% do passivo e capital próprio era sensível a risco de taxa juro), decorrente do montante aplicado junto do Banco de Portugal, bem como do incremento da carteira de investimentos.

A 31 de dezembro de 2021, era a seguinte:

31-12-2021	Prazos Residuais								Total Sensível	Total
	Não Sensível	Até 3 Mês	3-6 Meses	6-12 Meses	1-3 Anos	3-5 Anos	5 - 10 Anos	>10 Anos		
Ativos										
Mercado Monetário / Liquidez	102.744	3.795	0	1.500	0	0	0	0	5.295	108.039
Crédito	159	0	0	0	0	0	0	0	0	159
Títulos Dívidas & Derivados MtM	0	9.591	7.082	4.491	11.004	9.794	10.170	0	52.131	52.131
Ações & Fundos	11.692	0	0	0	0	0	0	0	0	11.692
Ativos em Locação	874	0	0	0	0	0	0	0	0	874
Outros Ativos	10.070	0	0	0	0	0	0	0	0	10.070
Total Ativo	125.539	13.386	7.082	5.991	11.004	9.794	10.170	0	57.426	182.966
Passivos										
Mercado Monetário / Vostro	1.146	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146
Depósitos a Prazo	15	7.446	2.450	992	140	0	0	0	11.028	11.043
Depósitos DO	112.779	0	0	0	0	0	0	0	0	112.779
Títulos (short) & Derivados MtM	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Passivos em Locação	725	0	0	0	0	0	0	0	0	725
Outros Passivos	6.614	0	0	0	0	0	0	0	0	6.614
Capitais Próprios	50.657	0	0	0	0	0	0	0	0	50.657
Total Passivo + Capital Próprio	171.936	7.448	2.450	992	140	0	0	0	11.030	182.966
GAP	(46.397)	5.938	4.632	4.999	10.864	9.794	10.170	0	46.397	0
GAP Acumulado	-	5.938	10.570	15.569	26.433	36.227	46.397	46.397	-	-

Nota: Valores líquidos de imparidade.

(valores expressos em milhares de Euros)

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária, tendo por base os mapas de reporte à entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 pontos base na taxa de juro, e respetivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco.

Banda Temporal	Ativos	Passivos	Extrapatrimoniais		Posição
	(+)	(-)	(+)	(-)	(+/-)
Overnight	57.390	327	0	0	57.063
>1D <=1M	13.673	8.501	0	0	5.172
>1M <=3M	24.450	4.050	0	0	20.400
>3M <=6M	16.411	8.699	0	0	7.712
>6M <=9M	4.073	1.506	0	0	2.567
>9M <=12M	1.868	1.567	0	0	301
>12M <=1,5A	6.011	1.095	0	0	4.916
>1,5A <=2A	7.051	1.287	0	0	5.764
>2A <=3A	4.560	0	0	0	4.560
>3A <=4A	11.965	0	0	0	11.965
>4A <=5A	4.701	0	0	0	4.701
>5A <=6A	5.128	0	0	0	5.128
>6A <=7A	19	0	0	0	19
>7A <=8A	2.019	0	0	0	2.019
>8A <=9A	3.009	0	0	0	3.009
>9A <=10A	0	0	0	0	0
>10A <=15A	0	0	0	0	0
>15A <=20A	0	0	0	0	0
>20A	0	0	0	0	0
	162.328	27.032	0	0	
	Situação Líquida:		Posição Ponderada		-2.711

(valores expressos em milhares de Euros)

Banda Temporal	Ativos	Passivos	Extrapatrimoniais		Posição	Margem de Juros
	(+)	(-)	(+)	(-)	(+/-)	Posição Ponderada
Overnight	57.390	327	0	0	57.063	1.130
>1D <=1M	13.673	8.501	0	0	5.172	96
>1M <=2M	17.076	2.062	0	0	15.014	261
>2M <=3M	7.374	1.988	0	0	5.385	87
>3M <=4M	7.191	313	0	0	6.878	98
>4M <=5M	605	455	0	0	150	2
>5M <=6M	8.615	7.931	0	0	683	6
>6M <=7M	3.941	264	0	0	3.677	34
>7M <=8M	95	80	0	0	15	0
>8M <=9M	36	1.162	0	0	(-1.126)	-6
>9M <=10M	123	1.515	0	0	(-1.392)	-5
>10M <=11M	230	32	0	0	198	1
>11M <=12M	1.515	20	0	0	1.495	1
	117.864	24.650	0	0		1.705

(valores expressos em milhares de Euros)

A sensibilidade da margem financeira, medida mais centrada no curto prazo, e do valor económico são medidas que se complementam e que permitem uma visão global do risco estrutural de taxa de juro.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes, a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, ao nível Individual:

		31-12-2022	31-12-2021
EUR	Impacto na Situação Líquida	(2.531)	(2.533)
	Fundos Próprios	40.581	50.124
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-6%	-5%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 Meses	1.597	147
	Margem Financeira	1.359	486
	Impacto na Margem Financeira Anual, em %	117%	30%
USD	Impacto na Situação Líquida	(177)	(179)
	Fundos Próprios	43.284	56.770
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	0%	0%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 Meses	96	29
	Margem Financeira	1.450	550
	Impacto na Margem Financeira Anual, em %	7%	5%
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	(2.711)	(2.715)
	Fundos Próprios	40.581	50.124
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-7%	-5%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 Meses	1.704	192
	Margem Financeira	1.359	486
	Impacto na Margem Financeira Anual, em %	125%	39%

(valores expressos em milhares de Euros)

O risco de taxa de juro é monitorizado e controlado continuamente, e algumas medidas de mitigação estão implementadas para reduzir o potencial impacto negativo, incluindo contratar futuros de taxa de juro de com os limites definidos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos decorrentes da incapacidade de a Instituição dispor de imediato de fundos líquidos para fazer face às suas obrigações financeiras de forma atempada e se estes são asseguradas em condições razoáveis. No Banco, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps.

A gestão de liquidez e de financiamento, em conjunto com a gestão de capital, é um pilar crucial para assegurar a robustez e resiliência do Bison Bank. Assim, o Banco definiu como um dos princípios gerais do RAS que pretende continuar a assegurar uma posição de liquidez sólida, estável e segura, capaz de suportar eventos adversos e manter uma capacidade de financiamento estável e adequados níveis de reserva de liquidez que permitam ter uma estrutura de balanço adaptável às circunstâncias existentes.

A gestão da liquidez está sob responsabilidade da DTE, que deverá assegurar uma posição de liquidez estável e robusta através do controlo de eventuais défices de liquidez e da detenção de ativos líquidos, assegurar o cumprimento dos indicadores, limites e tolerâncias específicos aprovados pelo CA e monitorizar/antecipar possíveis alterações que possam afetar as premissas básicas da Política de Gestão de Liquidez aprovadas.

A DRR atua como um órgão conjunto e supervisor do risco de liquidez contribuindo para a definição da estratégia e implementação de políticas e procedimentos para a gestão do risco de liquidez, dentro de um quadro de cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, enquanto assegura a consistência entre a Política de Gestão de Liquidez e os exercícios de gestão de risco do Banco, tais como o FCP (Plano

de Financiamento e Capital), Plano de Recuperação, ICAAP (Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno) e ILAAP (Processo de Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna), assim como monitorizar e avaliar a eficácia dos controlos associados.

No âmbito da gestão de liquidez e seu controlo, estão definidas várias medidas de mitigação para reduzir o impacto potencial do risco de liquidez, incluindo a definição de tolerâncias e limites de acordo com o RAS, medidas de contingência de liquidez, plano de recuperação e outros requisitos regulamentares. Para este fim, o Banco estabelece diversas métricas internas que são definidas na Política de Gestão de Liquidez, tais como:

1. Reservas mínimas de liquidez que estabeleçam um rácio mínimo com base no volume de depósitos calculados com base na média mensal;
2. Cumprimento dos limites estabelecidos para o LCR (regulamentar e interno) — cujo objetivo passa por promover a liquidez a curto-prazo, assegurando a detenção de ativos líquidos não onerados e de alta qualidade para suportar um período de stress de 30 dias;
3. Cumprimento dos limites estabelecidos para o NSFR (regulamentar e interno) — que promove a sustentabilidade da estrutura financeira da Instituição num horizonte temporal maior, considerando uma cobertura de liquidez de médio a longo prazo.

Adicionalmente às métricas já referidas, outras métricas que resultam de pressupostos e requisitos internos são consideradas no âmbito da Política de Gestão de Liquidez, em linha com os limites de apetite estabelecidos no RAS, nomeadamente no que respeita a liquidez primária e liquidez estrutural.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentava uma posição de liquidez robusta, que se traduzem nos elevados rácios de Liquidez, LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*).

No final de 2022, a liquidez disponível era maioritariamente investida em uma carteira de investimentos, no Banco de Portugal (cedências de liquidez) bem como em OICs.

O quadro seguinte apresenta o detalhe da composição dos ativos líquidos de acordo com os critérios estabelecidos para a determinação dos ativos líquidos de alta qualidade utilizados para o cálculo do rácio LCR:

	Individual				
	31-12-2022		31-12-2021		Δ
	Valor de Mercado	Valor Elegível	Valor de Mercado	Valor Elegível	
Ativos Nível 1	69.304	69.304	98.393	98.393	(29.089)
Ativos Nível 2A	1.604	1.364	0	0	1.364
Ativos Nível 2B	7.034	3.517	15.488	7.744	(4.227)
Total de Ativos Líquidos de Alta Qualidade (HQLA)¹	77.942	74.185	113.881	106.137	(31.952)

(1) HQLA (*High Quality Liquid Assets*) de acordo com os critérios e cálculos do rácio LCR.
Nota: Informação não auditada. Informação prudencial.

(valores expressos em milhares de Euros)

O Banco manteve ao longo do ano uma estrutura de liquidez robusta, encerrando o ano com rácios de liquidez, o LCR e o NSFR, substancialmente acima dos mínimos regulamentares.

	31-12-2022	31-12-2021
LCR	140,9%	152,5%
<i>Liquidity buffer</i>	74.185	106.137
<i>Net liquidity outflow</i>	52.667	69.609
NSFR	137,8%	175,5%

Nota: Informação não auditada. Informação prudencial.

(valores expressos em milhares de Euros)

Em complemento aos rácios regulamentares e internos, o Banco executa periodicamente a avaliação interna e prospetiva de liquidez, designadamente a elaboração do exercício de ILAAP.

Em complemento aos rácios regulamentares e internos, o Banco executa periodicamente a avaliação interna e prospetiva de liquidez, designadamente a elaboração do exercício de ILAAP.

A desagregação dos ativos e passivos financeiros por prazo residual de maturidade a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte, ao nível Individual:

	31-12-2022	Prazos Residuais							Total TX Juro	Total
	Não Sensível	Até 3 Mês	3-6 Meses	6-12 Meses	1-3 Anos	3-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos		
Ativos										
Mercado Monetário / Liquidez	4.402	64.707	0	2.821	0	0	0	0	67.527	71.929
Crédito	150	0	0	0	0	0	0	0	0	150
Títulos de Dívidas	0	19.725	13.304	3.368	34.332	18.998	8.804	0	98.530	98.530
Ações & Fundos de Investimento	10.733	0	0	0	0	0	0	0	0	10.733
Ativos em Locação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos	7.371	0	0	0	0	0	0	0	0	7.371
Total Ativo	22.656	84.432	13.304	6.188	34.332	18.998	8.804	0	166.057	188.713
Passivos										
Mercado Monetário / Vostro	1.312	0	0	0	0	0	0	0	0	1.312
Depósitos a Prazo	57	12.858	8.648	3.044	2.342	0	0	0	26.892	26.949
Depósitos DO	113.309	0	0	0	0	0	0	0	0	113.309
Títulos (short) & Derivados MtM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos em Locação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Passivos	7.170	0	0	0	0	0	0	0	0	7.170
Capitais Próprios	39.973	0	0	0	0	0	0	0	0	39.973
Total Passivo + Capital Próprio	161.821	12.858	8.648	3.044	2.342	0	0	0	26.892	188.713
GAP	(-139,165)	71.574	4.656	3.144	31.990	18.998	8.804	0	139.165	0
GAP Acumulado	-	71.574	76.230	79.374	111.364	130.362	139.165	139.165	0	0

Nota: Valores líquidos de Imparidade.

(valores expressos em milhares de Euros)

A diferença de liquidez mais significativa regista-se no intervalo “Até 3 meses” fruto dos montantes aplicados no Banco de Portugal. Do lado do Passivo, o Banco atua preventivamente através de sua área de *Client Management*, promovendo com os seus clientes a renovação de depósitos a prazo.

A 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:

31-12-2021	Prazos Residuais								Total TX Juros	Total
	Não Sensível	Até 3 Mês	3-6 Meses	6-12 Meses	1-3 Anos	3-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos		
Ativos										
Mercado Monetário / Liquidez	102.744	3.795	0	1.500	0	0	0	0	5.295	108.039
Crédito	159	0	0	0	0	0	0	0	0	159
Títulos Dívidas	0	6.594	7.177	5.283	12.514	10.394	10.170	0	52.131	52.131
Ações & Fundos de Investimento	11.692	0	0	0	0	0	0	0	0	11.692
Ativos em Locação	0	0	0	0	148	725	0	0	874	874
Outros Ativo	10.070	0	0	0	0	0	0	0	0	10.070
Total Ativo	124.666	10.389	7.177	6.783	12.662	11.119	10.170	0	58.300	182.966
Passivos										
Mercado Monetário / Vostro	1.146	0	0	0	0	0	0	0	0	1.146
Depósitos a Prazo	15	7.446	2.450	992	140	0	0	0	11.028	11.043
Depósitos DO	112.779	0	0	0	0	0	0	0	0	112.779
Títulos (short) & Derivados MtM	0	2	0	0	0	0	0	0	2	2
Passivos em Locação	0	0	0	0	154	571	0	0	725	725
Outros Passivos	6.614	0	0	0	0	0	0	0	0	6.614
Capitais Próprios	50.657	0	0	0	0	0	0	0	0	50.657
Total Passivo + Capital Próprio	171.211	7.448	2.450	992	294	571	0	0	11.755	182.966
GAP	(-46.545)	2.941	4.727	5.791	12.368	10.548	10.170	0	46.545	0
GAP Acumulado	-	2.941	7.668	13.459	25.827	36.375	46.545	46.545	0	0

Nota: Valores líquidos de Imparidade.

(valores expressos em milhares de Euros)

Oneração de ativos

Ativos	31-12-2022			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta a informação	803	803	185.901	
Disponibilidade e aplic. Em ic's	500	500	71.579	
Instrumentos de capital próprio			10.733	10.733
Títulos de dívida	303	303	98.227	98.227
Outros ativos			5.363	
Colateral recebido	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos		Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis	
Colaterais recebidos pela instituição que presta a informação		-		-
Instrumentos de capital próprio		-		-
Título de dívida		-		-
Outro colateral recebido		-		-
Títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS		-		-
Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados		Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas	
Quantia Escriturada dos Passivos Financeiros Selecionados		-		-

Nota: Informação não auditada. Informação prudencial.

(valores expressos em milhares de Euros)

31-12-2021				
Ativos	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta a informação	528	528	181.615	
Disponibilidade e aplic. Em ic's	300	300	107.898	
Instrumentos de capital próprio			11.692	11.692
Títulos de dívida	228	228	51.903	51.903
Outros ativos			10.121	
Colateral recebido	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis		
Colaterais recebidos pela instituição que presta a informação	-	-		
Instrumentos de capital próprio	-	-		
Título de dívida	-	-		
Outro colateral recebido	-	-		
Títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS	-	-		
Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas		
Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	-	2.201		

Nota: Informação não auditada. Informação prudencial. (valores expressos em milhares de Euros)

Os ativos onerados do Banco dizem respeito a exigências regulamentares/prudenciais, nomeadamente o crédito intra-diário, o sistema de indemnização aos investidores e o fundo de garantia de depósitos. O total de ativos onerados representa apenas 0,4% do total de ativo.

Riscos não financeiros

Os riscos não financeiros estão associados essencialmente a falhas de ordem diversas, designadamente de natureza operativa (risco operacional), inadequação dos sistemas de informação e tecnologia (risco de tecnologia de informação, risco de cibersegurança), erros de conduta, não conformidade com os normativos (risco de compliance), definição ou implementação inadequada de decisões estratégica (risco de estratégia), perceção negativa de imagem pública (risco reputacional), que possam surgir no desenvolvimento da sua atividade.

A medição dos riscos não financeiros assenta essencialmente no exercício de autoavaliação dos riscos (Processo de Autoavaliação de Riscos e Controlos ou por *Risk Control Self Assessment* — RCSA — na terminologia inglesa) através do qual as várias unidades/direções do Banco avaliam os riscos a que estão expostos no desenvolvimento das suas atividades.

Consciente da sua importância, o Banco definiu no seu RAS, um conjunto *KPI* cuja evolução é acompanhada regularmente e divulgada ao CA, nomeadamente no relatório mensal “*Finance & Risk Report*”.

Em relação ao risco operacional, o Banco manteve seu Plano de Contingência para continuidade de negócio, garantindo assim a segurança dos colaboradores e clientes, mantendo a capacidade operacional do Banco. O Banco manteve o recurso ao teletrabalho em regime parcial, com impacto ao nível da infraestrutura e medidas acrescidas na área de segurança de sistemas.

No decorrer do ano, foram efetuadas formações na área de riscos não-financeiros, sendo de destacar as formações específicas de Cybersecurity, Blockchain Foundation Training e Prevenção de Branqueamento de Capitais.

27.2. Risco de Capital

O risco de capital é o risco de faltar capital suficiente, de forma quantitativa ou qualitativa, para cumprir com os seus objetivos de negócio e requisitos regulamentares. O Bison Bank definiu como um dos seus princípios gerais do RAS que tem como objetivo manter um nível de capital acima dos requisitos regulamentares, tanto em cenários normais quanto adversos. Tendo isto em consideração, o Banco tem definido objetivos para o rácio de capital total (Pilar I) e para o rácio de capital económico total (Pilar 2), para os cenários Base e Adverso, a ser mantidos em base permanente.

O controlo do risco de Capital é parte da estrutura de monitorização de risco do Banco, que envolve um conjunto de exercícios, tais como o exercício anual de orçamentação, o plano de financiamento e capital, adequação de capital, plano de resolução, bem como monitorização, reporte e divulgação dos dados de capital.

O Banco mantém níveis de capital adequados e robustos, quer em termos de capital regulamentar quer para capital económico e possui internamente mecanismos de gestão e de controlo que lhe permitem manter uma sólida estrutura de capital.

Os requisitos mínimos de fundos próprios (“requisitos do Pilar 1”), conforme previsto no Artigo 92.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho (“CRR”), incluem um rácio de fundos próprios principais de nível 1 (“CET 1”) de 4,5%, um rácio de fundos próprios de nível 1 (“Tier 1”) de 6% e um rácio de fundos próprios totais (“Total capital”) de 8%. Adicionalmente e de acordo com o previsto no Aviso n.º 6/2016 do Banco de Portugal foi estabelecida uma reserva de conservação de fundos próprios de 2,5%.

A partir de julho de 2021, o Bison Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico determinado no âmbito do Processo anual de Supervisão (SREP- *Supervisory Review and Evaluation Process*) conduzido pelo Banco de Portugal.

No decorrer do ano, o Banco cumpriu os rácios de capital aos quais de encontra sujeito.

Em 31 dezembro de 2022, o capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) calculado de acordo com as regras CRD IV / CRR aplicáveis totalizava 40.58 milhões de Euros, o que correspondia a um rácio CET 1 de 36.2%. O decréscimo do rácio face a 2021, resultou quer da degradação dos Fundos Próprios, afetados pelo prejuízo registado no ano e “outro rendimento integral acumulado,” quer do incremento do Total de Ativos Ponderados pelo Risco.

O Bison Bank não divulga rácios de fundos próprios calculados numa base diferente da prevista no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR) e não existe diferenças entre base contabilística e base prudencial para apuramento dos respetivos rácios.

A dezembro de 2022, o rácio de alavancagem determinados na regulamentação CRR/CRD, situava-se em 21.2% bastante acima o mínimo regulamentar de 3%.

27.2.1. Fundos Próprios e Rácios de Capital e de alavancagem

Rácios Prudenciais a 31 de dezembro 2022 e 2021, ao nível Individual:

	31-12-2022	31-12-2021
De acordo com as regras CRD IV / CRR phasing in		
<i>Common Equity Tier 1 capital</i>	39.546	50.124
Fundos Próprios Totais	39.546	50.124
Ativos ponderados pelo risco (RWAs)	109.251	76.207
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i>	36,2%	65,8%
Rácio Total	36,2%	65,8%
Rácio de <i>Leverage</i>	20,7%	27,5%
De acordo com as regras CRD IV / CRR fully implemented		
<i>Common Equity Tier 1 Capital</i>	39.546	50.124
Fundos Próprios Totais	39.546	50.124
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWAs)	109.251	76.207
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i>	36,2%	65,8%
Rácio Total	36,2%	65,8%
Rácio de <i>Leverage</i>	20,7%	27,5%

Notas: (1) Informação Não Auditada. Informação prudencial.

(2) O Banco não adotou a possibilidade de faseamento do impacto de implementação da IFRS9 sobre os fundos próprios de acordo com o disposto no artigo 473º-A da CRR 2.5 (redução da ponderação dos créditos a PME e infraestruturas) não teve impactos no rácio. Não se encontra a aplicar o filtro prudencial transitório previsto no artigo nº468, para ganhos e perdas não realizadas de exposições de dívida soberana valorizadas ao justo valor através de outro rendimento integral (JVOCI), excluindo os ativos financeiros em imparidade de crédito;

(3) O rácio de *leverage* é calculado e entre o *capital Tier 1* e o valor dos ativos do balanço e elementos extrapatrimoniais, não sendo sujeitos a coeficientes de ponderação como ocorre no cálculo dos ativos ponderados pelo risco.

Fonte: COREP

(valores expressos em milhares de Euros)

Detalhe contabilístico dos Fundos Próprios a 31 de dezembro de 2022 e 2021, ao nível Individual:

	31-12-2022	31-12-2021
Fundos Próprios		
Capital Social	195.198	195.198
Reservas e Resultados Transitados	(144.462)	(133.844)
Reservas e Líquidos do Exercício	(6.538)	(10.618)
Reservas Reavaliação de Títulos	(4.225)	(79)
Deduções	0	0
Ativos Intangíveis	(318)	(470)
Outras deduções: avaliação prudente regulamento 2016/101 de 26/10/2025	(109)	(64)
Fundos próprios totais e <i>Common Tier 1</i>	39.546	50.124

Nota: Informação não auditada. Informação prudencial.

Fonte: COREP_OF

(valores expressos em milhares de Euros)

Desagregação de Fundos Próprios a 31 de dezembro de 2022 e 2021, ao nível Individual

	31-12-2022	31-12-2021
Fundos Próprios	39.546	50.124
Fundos Próprios de Nível 1	39.546	50.124
Fundos Próprios Principais de Nível 1	39.546	50.124
Instrumentos de Capital Realizados FPP1	195.198	195.198
Instrumentos de capital realizados 1	195.198	195.198
(-) Instrumentos de capital realizados 1	-	-
Resultados Retidos	(151.000)	(144.462)
Resultados retidos nos exercícios anteriores	(144.462)	(133.844)
Resultados do exercício elegíveis	(6.538)	(10.618)
Outros rendimentos integral acumulado	(4.225)	(79)
Outras Reservas	-	-
Interesse minoritário reconhecido nos FPP1	-	-
Ajustamentos transitórios devidos a interesses minoritários adicionais	-	-
(-) Ajustamentos de valor adicionais	(109)	(64)
(-) Outros ativos intangíveis	(318)	(470)
(-) Ativos por imposto diferidos que dependem da rentabilidade futura e não decorrem de diferenças temporárias líquidos dos passivos por impostos associados	-	-
(-) Ativos de fundos de pensões de benefício definido	-	-
(-) Excesso de dedução de elementos dos fpa1 relativamente aos fpa1	-	-
(-) Montante acima do limite de 15%	-	-
Outros ajustamentos transitórios dos FPP1	-	-
Fundos próprios adicionais de nível 1	-	-
Instrumentos emitidos por subsidiárias reconhecidos como FPA1	-	-
Ajustamentos transitórios devidos ao reconhecimento adicional nos FPA1 de instrumentos emitidos por subsidiárias	-	-
Fundos Próprios de Nível 2	-	-
Instrumentos de capital e empréstimos subordinados elegíveis como FP2	-	-
Instrumentos de capital e empréstimos subordinados realizados	-	-
Instrumentos emitidos por subsidiárias reconhecidas como FP2	-	-
Ajustamentos transitórios devidos ao reconhecimento adicional nos FP2 de instrumentos emitidos por subsidiárias	-	-
(-) Instrumentos de FP2 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo	-	-
Outros ajustamentos transitórios do FP2	-	-

Nota: Informação não auditada. Informação prudencial.
Fonte: COREP_OF

(valores expressos em milhares de Euros)

Avaliação e Adequação do Capital Interno

Em cumprimento com os requisitos prudenciais atualmente em vigor, o Banco realiza um exercício de autoavaliação da adequação do capital interno (ICAAP) previsto no Pilar 2 de Basileia III e na Instrução n.º 3/2019, do Banco de Portugal. O ICAAP é uma peça fundamental da gestão do risco do Bison Bank, uma vez que permite uma avaliação direta e determinação dos níveis de capital internos subjacentes ao perfil de risco da Instituição, no desenvolvimento da sua estratégia de negócio (atual e projetada).

O objetivo do exercício de ICAAP é contribuir para a continuidade do Banco da perspectiva de capital (*going concern*), assegurando que tem capital suficiente para enfrentar os seus riscos, absorver as perdas e continuar, mesmo durante um período adverso prolongado — para definir os níveis de capital requeridos para capturar as perdas inesperadas, considerando um determinado intervalo de confiança e horizonte temporal. Através deste exercício fica garantido que os riscos a que as instituições estão expostas (riscos de Pilar I e Pilar II) são avaliados de forma apropriada e que o capital interno da Instituição está de acordo com o perfil de risco estabelecido no RAS do Banco.

O Banco assume uma perspetiva conservadora relativamente aos requisitos de capital económico, definido os mesmos com o máximo entre requisitos de capital regulamentares e internos, por categoria de risco.

Para quantificar os riscos, o Banco desenvolve várias metodologias de apuramento de requisitos de capital interno que estimam a perda máxima potencial num período de um ano. Os riscos são quantificados em termos de impacto ao nível de requisitos, ou em resultados de acordo com um conjunto de metodologias desenvolvidas.

Como resultado deste processo, o Banco fica provido de uma visão global da evolução dos seus fundos próprios e dos requisitos internos de Pilar II. É, também, avaliada a sua resiliência nos cenários Base e Adverso, cumprindo, desta forma, um dos principais propósitos deste processo.

O ICAAP é da responsabilidade do CA, no entanto esta delega a obrigação de realização deste processo na DRR. Assim compete à DRR a responsabilidade de elaborar e coordenar o reporte ICAAP. O Banco definiu internamente uma estrutura organizacional de suporte ao processo de ICAAP com os seguintes elementos:

- DRR;
- Comité ALCO & *Risk Management* — coordenado pela DRR;
- Direção de Pessoas e Contabilidade (DPC);
- Direção de Auditoria (DAI);
- Comissão Executiva (CE).

O objetivo principal do processo de ICAAP passa por determinar os requisitos de capital para todos os riscos aos quais a instituição está, ou possa vir a estar, sujeita no desenvolvimento da sua atividade. São, assim, considerados os riscos de Pilar I (Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco Operacional) e, adicionalmente, o Risco de concentração, Risco de Taxa de Juro, Risco Reputacional, Risco de *Compliance*, Risco de Estratégia, etc.

Compete à DRR a gestão de riscos, que engloba entre outros, o cálculo e acompanhamento permanente do consumo de capital da instituição, nomeadamente: a) definir os níveis de risco que o Bison Bank está disposto a assumir; identificar, quantificar e monitorizar os diversos riscos assumidos; b) calcular o consumo de capital dos diferentes riscos a que o Banco está exposto em Pilar I; c) assegurar o desenvolvimento e reporte regulamentar do exercício de ICAAP.

O Comité de ALCO & *Risk Management*, coordenado pela DRR, é responsável pelo acompanhamento dos níveis globais de risco. Em matéria de ICAAP destacam-se a responsabilidade de apresentar e analisar a posição atual e prospetiva de capital e de propor medidas de mitigação, quando necessário.

Plano de Recuperação

Adicionalmente, como parte integrante do processo de gestão de capital o Banco atualiza anualmente o Plano de Recuperação, para o seu negócio e atividades, através do qual são definidos um conjunto alargado de diversos indicadores-chave, que são monitorizados em permanência (numa base mensal), permitindo uma ação tempestiva sempre que os desvios excedem determinados patamares (definidos no Plano), sendo reportados de acordo com o *governance* definido. Estão definidas responsabilidades e medidas específicas a tomar, designadamente na ocorrência de situações de contingência de capital e/ou liquidez, visando antecipar a ocorrência de eventuais crises.

O Plano de Recuperação estabelece assim um protocolo de decisão relativamente à gestão de crises, identificando ações e estratégias predefinidas para responder a eventos adversos.

Reservas Prudenciais de Fundos Próprios

Conforme deliberação do BdP, a percentagem de reserva contracíclica aplicável às exposições de crédito ao setor privado não financeiro português, que vigoraram em 2022, foi de 0% do montante total das posições em risco. Assim, a reserva contracíclica específica do Bison Bank é de 0% uma vez que as posições em risco de crédito relevantes estão situadas em território nacional.

Limite aos Grandes Riscos

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco cumpria o limite para as grandes exposições previsto no artigo 395.º do Regulamento (CE) n.º 575/2013, de 26 de junho de 2013 (CRR).

28. Justo valor da carteira de títulos e de outros instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo e líquido, quando atuam contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado ativo, por falta de liquidez e ausência de transações regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de acordo com a hierarquia prevista na norma IFRS 13.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

Consolidado/Individual	Técnicas de Avaliação			
	Valor de Mercado ou Cotação			
31-12-2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Ativos				
Ativos financeiros detidos para negociação	168	-	-	168
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	2.275	8.458	10.733
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	41.307	57.054	-	98.362
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-

Consolidado/Individual	Técnicas de Avaliação			
	Valor de Mercado ou Cotação			
31-12-2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Ativos				
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	2.394	-	-	2.394
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	1.037	10.655	11.692
Ativos Financeiros Pelo Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral	39.274	10.463	-	49.737
Passivos				
Passivos Financeiros Detidos Para Negociação	-	2	-	2

Na construção do quadro acima indicado foram utilizados os níveis de justo valor, conforme a hierarquia do justo valor (ver Nota 2.8).

Não existem alterações, em relação a 2022, aos critérios valorimétricos relativos a ativos financeiros que estão classificados como técnica de avaliação análise de mercado. Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos

futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso específico das unidades de participação de fundos de investimentos detidas pelo Banco, estas são classificadas no nível 3 da hierarquia de justo valor e valorizadas com base no NAV (“*Net Asset Value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Maturidade	EUR			USD		
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2020
1 Dia	1,885%	- 0,505%	- 0,523%	4,318%	0,070%	n.a.
7 Dias	1,872%	- 0,490%	- 0,578%	4,400%	0,080%	0,096%
1 Mês	1,884%	- 0,491%	- 0,554%	4,392%	0,084%	0,144%
2 Meses	n.a.	- 0,490%	- 0,550%	n.a.	0,087%	0,190%
3 Meses	2,132%	- 0,488%	- 0,525%	4,767%	0,118%	0,238%
6 Meses	2,693%	- 0,484%	- 0,526%	5,139%	0,223%	0,164%
1 Ano	3,291%	- 0,455%	- 0,521%	5,482%	0,425%	0,208%
2 Anos	3,395%	- 0,319%	- 0,521%	4,446%	0,764%	0,198%
3 Anos	3,311%	-0,199%	- 0,506%	4,069%	0,973%	0,241%
4 Anos	3,258%	-0,138%	- 0,485%	3,862%	1,069%	0,325%
5 Anos	3,239%	-0,087%	- 0,459%	3,746%	1,128%	0,430%
6 Anos	3,218%	-0,042%	- 0,427%	3,673%	n.a.	0,545%
7 Anos	3,202%	0,004%	- 0,389%	3,624%	1,223%	0,655%
8 Anos	3,197%	0,056%	- 0,349%	3,588%	n.a.	0,755%
9 Anos	3,198%	0,117%	- 0,306%	3,567%	n.a.	0,846%
10 Anos	3,203%	0,176%	- 0,261%	3,558%	1,319%	0,925%
20 Anos	2,931%	0,480%	- 0,006%	3,551%	1,481%	1,317%
30 Anos	2,533%	0,450%	- 0,023%	3,209%	1,453%	1,402%

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

31-12-2022	Individual	
	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	71.929	71.929
Ativos financeiros pelo custo amortizado	150	150
Outros Ativos	6.249	6.249
Depósitos	(141.570)	(141.570)
Outros Passivos	(4.949)	(4.949)
31-12-2021	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	108.039	108.039
Ativos financeiros pelo custo amortizado	159	159
Outros Ativos	10.254	10.254
Depósitos	(124.968)	(124.968)
Outros Passivos	(5.002)	(5.002)

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização.

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido determinado com esse objetivo. Os valores apresentados representam fundamentalmente disponibilidades com liquidez elevado e de maturidades residuais reduzidas, não diferindo substancialmente dos valores registados em balanço.

As técnicas de valorização utilizadas pelo Banco procuram ter por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos cashflows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas.

Para os créditos sem incumprimento de taxa variável e muito curto prazo, foi considerado que o valor de balanço corresponde à melhor aproximação de justo valor.

29. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas

As transações com partes relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a transações de terceiros e são conduzidas em condições normais de mercado. Essas transações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Os números apresentados seguidamente seguem os seguintes critérios:

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as transações ocorridas nos exercícios findos naquelas datas, referentes ao Pessoal-Chave da Gestão, referem-se a todos os “Membros do Conselho de Administração e Supervisão” abaixo divulgados, em funções ou não em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
	Elementos Chaves de Gestão		Acionistas	
Juros / Prémio Garantia	-	-	-	10
Despesas de Pessoal	1.068	1.155	-	-

As partes relacionadas são as seguintes:

Elementos chave de gestão e do conselho Fiscal

- André Filipe Ventura Rendeiro
- António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques
- Bian Fang
- Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas
Iniciou funções em 1 de setembro de 2022
- Ernesto Jorge de Macedo Lopes Ferreira
Cessou funções em 6 de julho de 2022
- Evert Derks Drok
Cessou funções em 31 de dezembro de 2021
- Francisco Alexandre Valente de Oliveira
Cessou funções em 31 de dezembro de 2021
- Issuf Ahmad
- Li Jun Yang
Cessou funções em 31 de dezembro de 2021
- Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira
Iniciou funções em 7 de julho de 2022
- Wang Ting

Entidades do Banco após 26 de agosto de 2020

- Bison Capital Holding Company Limited
- Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited

Entidades do Banco após 15 de julho de 2022

- Bison Capital Holding Company Limited
- Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited
- Bison Digital Assets

30. Eventos após a Data de Balanço

O ano de 2022 foi um ano de forte volatilidade, marcado essencialmente pelo afastamento das consequências da pandemia e o enfrentar do impacto económico da manutenção da guerra na Ucrânia, gerando uma escalada nos preços das matérias-primas e provocando turbulência no lado da oferta nos mercados de energia.

A dimensão do impacto dependerá de desenvolvimentos futuros, que não se podem prever com fiabilidade, incluindo a evolução do conflito, a eficácia das ações tomadas para o mitigar e o impacto nas economias dos países afetados, o alcance das políticas sociais e económicas e o apoio que estão a ser implementados.

Atendendo à estrutura de balanço do Bison Bank, e com o seu ativo constituído essencialmente por uma carteira de obrigações *investment grade* e de elevada liquidez e por liquidez junto de instituições financeiras de primeira linha, não se antecipam ou verificaram impactos relevantes para o Banco a nível individual

e consolidado, resultantes da permanência, e eventuais incertezas a associados à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, no que refere a este indicador.

Dando cumprimento aos requisitos previstos na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o Banco apresentou um pedido de autorização de renúncia ao regime especial de impostos por ativos diferidos (REIAD) junto do Banco de Portugal no passado dia 14 de novembro de 2022 (o qual veio a ser oportunamente deferido) e, subsequentemente, no dia 29 de dezembro de 2022, apresentou uma comunicação, dirigida ao Ministro das Finanças, na qual formalizou o processo de renúncia ao regime especial, assegurando a cessação da aplicação do mesmo com referência ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2023.

Não foram verificados outros eventos que requeiram ajustamentos e/ou divulgações nestas demonstrações financeiras.

Relatório sobre o Governo da Sociedade

O presente relatório faz parte integrante do Relatório do Conselho de Administração, referente ao exercício 2022, do Bison Bank, S.A. (doravante abreviadamente designado por “Bison Bank”, “Banco” ou “Sociedade”) e visa divulgar a estrutura e as práticas de governo societário adotadas pelo Bison Bank.

A presente informação relativa ao Governo da Sociedade foi elaborada de acordo com as disposições seguintes:

- Alínea b) do n.º 2 do Artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”).
- Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre governação interna e sobre política de remunerações (EBA/GL/2021/05 e EBA/GL/2021/04, ambas de 2 de julho de 2021).
- Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, conforme sucessivamente alterado até à data.
- Aviso n.º 03/2020 do Banco de Portugal, de 1 de julho de 2020, que regula a cultura organizacional, governo interno, sistema de controlo interno e políticas e práticas remuneratórias das instituições de crédito e sociedades financeiras (nomeadamente o artigo 47.º).
- Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 (“CRR 2”), conforme sucessivamente alterado até à data (designadamente o artigo 450.º).
- Diretiva 2013/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 (“CRD 5”), conforme sucessivamente alterada até à data.

I. Estrutura e Práticas de Governo Societário

I.1. Estrutura de Governo

A estrutura de governo adotada pela Sociedade sofreu alterações no ano de 2022, previamente autorizadas pelo Banco de Portugal no final de 2021 e implementadas em 7 julho de 2022.

A estrutura de governo passou do anterior Modelo Latino (Reforçado), nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 278.º do CSC, compreendendo uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração (com poderes delegados numa Comissão Executiva), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, para o Modelo Anglo-Saxónico, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 278.º do CSC, compreendendo uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração (com poderes delegados numa Comissão Executiva), no qual se integra uma Comissão de Auditoria, composta por membros não executivos do Conselho de Administração, e um Revisor Oficial de Contas.

De acordo com o artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, a Sociedade dispõe ainda de um Secretário da Sociedade e respetivo Suplente.

Com este novo modelo de governo, pretende-se reforçar uma gestão eficaz e prudente da Sociedade e uma supervisão holística de todos os riscos aplicáveis, garantindo também uma maior eficiência e coesão na gestão, fruto da presença do órgão de fiscalização no interior do Conselho de Administração.

I.2. Assembleia Geral, Composição e Regras Aplicáveis

I.2.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral e indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e por um ou dois Secretários, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade,

Os membros da Mesa da Assembleia Geral abaixo indicados foram eleitos em Assembleia Geral de 7 de julho de 2022, para o mandato quadrienal 2022-2025:

Presidente: Paulo Herberto da Costa Ramos Martins
Secretário: Afonso Maria Pita Negrão Cardoso de Menezes

I.2.2. Requisitos a observar para efeitos de participação na Assembleia Geral e para o exercício do direito de voto

De acordo com o disposto no Artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e aí discutir e votar os acionistas que, segundo a Lei e os Estatutos, tiverem direito a, pelo menos, um voto, sendo que a cada 100 (cem) ações corresponde 1 (um) voto.

A participação e o exercício do direito de voto dos acionistas em Assembleia Geral, dependem da confirmação do registo em seu nome de ações que confirmam direito a, pelo menos, um voto, até 6 (seis) dias antes da data marcada para a respetiva reunião.

Os acionistas devem manter as ações de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

Não são consideradas para efeito de participação na Assembleia Geral as transmissões de ações da Sociedade efetuadas nos 5 (cinco) dias que precedem a reunião de cada Assembleia, em primeira convocação.

I.2.3. Indicação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem, por referência a 31 de dezembro de 2022, acionistas titulares de direitos especiais.

Sem prejuízo do acima exposto, importa referir que a adesão do Banco ao regime especial aplicável aos ativos fiscais diferidos, aprovado no anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, implicou a constituição de reservas especiais no valor dos créditos fiscais apurados pelo ao abrigo do regime e a constituição de direitos de conversão atribuídos livremente ao Estado português.

Estes direitos de conversão são valores nominativos e escriturais que conferem o direito de requerer ao Banco que aumente o capital social através de incorporação da referida reserva especial e, conseqüentemente, que emita e entregue gratuitamente ações ordinárias representativas do seu capital social, na percentagem do direito exercido.

Neste contexto, o Banco, de forma concertada com o acionista único, tem mantido contactos regulares com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”), tendo em vista adquirir a esta entidade, em nome próprio, os direitos de conversão já constituídos ao abrigo do REAID, bem como os que vierem a ser constituídos por referência ao exercício de 2022 (último exercício de aplicação do regime), não sendo portanto expectável que o Estado venha, por via do exercício de tais direitos de conversão, a realizar qualquer aumento de capital no Banco.

I.2.4. Indicação de outras regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto em Assembleia Geral, incluindo o exercício do direito de voto por correspondência

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do CSC, existindo uma identidade entre o regime

estatutário (previsto nos Artigos 10.º e seguintes dos Estatutos da Sociedade) e o regime legal (previsto, v.g. nos Artigos 383.º e 386.º do CSC). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

O n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade estabelece que a Sociedade poderá emitir quaisquer categorias de ações, nomeadamente ações preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efetuada pelo valor nominal acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante deliberação do órgão competente.

Não existem regras estatutárias que limitem a contagem dos direitos de voto.

O n.º 5 do artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade prevê e regula a possibilidade de os acionistas poderem exercer o seu direito de voto por correspondência.

I.2.5. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

I.2.6. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, não existem restrições em matéria de direito de voto.

I.2.7. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente no CSC e no RGICSF, o qual, em certas circunstâncias, prevê a prévia autorização do Banco de Portugal.

I.2.8. Participações Qualificadas no capital da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2022, as ações do Bison Bank, num total de 39.039.674 ações, com valor nominal

de 5 euros cada, representativas de 100% do capital social da Sociedade, no valor total de 195.198.370,00 Euros, eram detidas pelo acionista único, Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited.

Na data do presente Relatório, a Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited continua a ser o único acionista do Bison Bank.

I.3. Conselho de Administração

I.3.1 Definição, composição e designação

A administração da Sociedade está confiada a um Conselho de Administração, composto por um mínimo de seis e um máximo de quinze membros, eleitos pela Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade e número 1 do Artigo 391.º do CSC.

I.3.2. Identificação dos membros do Conselho de Administração e indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos

No seguimento da alteração do modelo de governo da Sociedade, o acionista único nomeou o Conselho de Administração para o mandato de 2022 a 2025 por deliberação tomada em 7 de julho de 2022. Até àquela deliberação os membros do Conselho de Administração nomeados para o mandato de 2018 a 2021, que se encontravam em funções à data de 1 de janeiro de 2022, mantiveram-se em funções.

Todos os membros do Conselho de Administração nomeados para o mandato de 2022 a 2025 que exerceram funções durante o ano de 2022 continuam, à data do presente Relatório, em exercício de funções.

Descreve-se abaixo a composição do Conselho de Administração do Bison Bank que exerceu funções durante o ano de 2022, com indicação da data de início de funções de cada um dos respetivos membros em cada um dos seus mandatos:

- Bian Fang, que também usa Fang Bian — Nomeado pelo acionista único em 26 de abril de 2019 como

membro do Conselho de Administração, para o mandato de 2018 a 2021, tendo iniciado funções nessa data. Em 3 de maio de 2019 foi nomeado pelo Conselho de Administração como Presidente da Comissão Executiva. Em 7 de julho de 2022 foi reconduzido pelo acionista único como membro do Conselho de Administração da Sociedade, para o mandato de 2022 a 2025. Em 11 de julho de 2022, foi nomeado pelo Conselho de Administração como seu presidente.

- António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques — Nomeado pelo acionista único em 5 de dezembro de 2018 como membro do Conselho de Administração para o mandato de 2018 a 2021, tendo iniciado funções nessa data. Em 31 de março de 2021 foi nomeado pelo Conselho de Administração como Vice-Presidente da Comissão Executiva. Em 7 de julho de 2022 foi reconduzido pelo acionista único como membro do Conselho de Administração da Sociedade para o mandato de 2022 a 2025. Em 11 de julho de 2022, foi nomeado pelo Conselho de Administração como Presidente da Comissão Executiva.
- André Filipe Ventura Rendeiro — Nomeado pelo acionista único em 30 de outubro de 2018, como membro do Conselho de Administração para o mandato de 2018 a 2021, tendo iniciado funções a 19 de novembro de 2018. Em 7 de julho de 2022 foi reconduzido pelo acionista único como membro do Conselho de Administração da Sociedade para o mandato de 2022 a 2025.
- Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas — nomeado pelo acionista único em 7 de julho de 2022, como membro do Conselho de Administração para o mandato de 2022 a 2025, tendo iniciado funções em 1 de setembro de 2022.
- Issuf Ahmad – nomeado pelo acionista único em 7 de julho de 2022, como membro do Conselho de Administração (e presidente da Comissão de

Auditoria) para o mandato de 2022 a 2025, tendo iniciado funções em 7 de julho de 2022.

- Wang Ting — nomeada pelo acionista único em 7 de julho de 2022, como membro do Conselho de Administração (e membro da Comissão de Auditoria) para o mandato de 2022 a 2025, tendo iniciado funções em 7 de julho de 2022.
- Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira — nomeado pelo acionista único em 7 de julho de 2022, como membro do Conselho de Administração (e membro da Comissão de Auditoria) para o mandato de 2022 a 2025, tendo iniciado funções em 7 de julho de 2022.

I.3.3. Poderes e competências do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

As competências do Conselho de Administração estão previstas no Artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de assegurar a gestão dos negócios sociais, cabendo-lhe exclusivos e plenos poderes de representação da Sociedade, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar sobre qualquer assunto da Sociedade, que não seja, por força da Lei ou dos Estatutos da Sociedade, da competência exclusiva de outro órgão.

Não está estatutariamente contemplada a possibilidade de aumento de capital da Sociedade por deliberação do Conselho de Administração (nomeadamente nos termos previstos no Artigo 456.º do CSC).

O Conselho de Administração dispõe de um Regulamento no qual são estabelecidos os princípios orientadores que sustentam a atuação deste órgão, as suas competências, as regras básicas que regem a maneira como se organiza e opera e os padrões de conduta esperados dos seus membros.

O Regulamento do Conselho de Administração complementa as disposições legais e estatutárias pertinentes e está disponível para consulta no website da Sociedade.

I.3.4. Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com as regras estatutárias, o Conselho de Administração é formado por um número mínimo de seis e máximo de quinze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos que venham a ser eleitos (Artigo 18.º, n.ºs 1 e 2 do Estatutos da Sociedade).

Ainda de acordo com as regras estatutárias (Artigo 19.º, número 1), na primeira reunião de cada mandato, o Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o seu Presidente.

A seleção e avaliação dos membros a serem propostos para integrarem o órgão de administração encontra-se regulada pela “Política de Seleção e de Avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos titulares de funções essenciais do Bison Bank S.A.”

O Banco não dispõe, de uma forma autonomizada, de uma política de recrutamento dos membros do órgão de administração e de uma política de diversificação em relação à sua seleção, embora tais matérias estejam genericamente abrangidas pela aludida Política de Seleção e de Avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos titulares de funções essenciais. Efetivamente, na dita Política de Seleção e de Avaliação é feita referência aos critérios individuais e coletivos de avaliação da aptidão dos membros dos órgãos sociais, bem como ao facto de, na seleção e na avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, ser ativamente

promovida a diversidade de personalidades, qualificações, habilitações e competências técnicas e sectoriais necessárias para o exercício das funções dos dirigentes do Banco, bem como a diversidade de género, idade e origem geográfica.

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do Artigo 393.º do CSC. Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

I.3.5. Indicação de outras sociedades em que os membros do órgão de administração exerçam cargos sociais

Bian Fang (Presidente do Conselho de Administração) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vice-Presidente (Membro não executivo) do órgão de administração do Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A..

António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques (Presidente da Comissão Executiva) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Presidente do Conselho de Administração (Membro executivo) da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

André Filipe Ventura Rendeiro (Vogal executivo) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vogal do Conselho de Administração (Membro executivo) da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas (Vogal executivo) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vogal do Conselho de Administração (Membro executivo) da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

Issuf Ahmad (Vogal não executivo e presidente da Comissão de Auditoria) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Presidente do Conselho Fiscal da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

Wang Ting (Vogal não executivo e membro da Comissão de Auditoria) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vogal do Conselho Fiscal da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira (Vogal não executivo e membro da Comissão de Auditoria) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vogal do Conselho Fiscal da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

I.3.6. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas

Em 2022 foram, no total realizadas 45 reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, tendo sido lavradas atas de cada uma dessas reuniões. A assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, relativamente às reuniões realizadas, foi a seguinte:

32 reuniões realizadas até à nomeação dos membros do Conselho de Administração para o período de 2022 a 2025, entre 1 de janeiro e 6 de julho de 2022:

Membro	Nº Presenças	Representação
Bian Fang (Vogal)	32	-
António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques (Vogal)	32	-
André Filipe Ventura Rendeiro (Vogal)	32	-

13 reuniões realizadas desde a nomeação dos membros do Conselho de Administração para o período de 2022 a 2025, a partir de 7 de julho de 2022, inclusive:

Membro	Nº Presenças	Representação
Bian Fang (Presidente)	13	-
António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)	13	-
André Filipe Ventura Rendeiro (Vogal)	13	-
Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas (Vogal)	8*	-
Issuf Ahmad (Vogal Não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria)	13	-
Wang Ting (Vogal Não Executivo)	13	-
Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira (Vogal Não Executivo)	13	-

* Tendo iniciado funções a 1 de setembro de 2022, compareceu a todas as reuniões do Conselho de Administração realizadas desde essa data.

I.4. Comissão Executiva e Comitês

I.4.1. Comissão Executiva

A gestão corrente da Sociedade encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 1 do Artigo 22.º dos Estatutos da Sociedade e do n.º 3 do Artigo 407.º do CSC.

A Comissão Executiva do Bison Bank para o mandato 2022 a 2025 foi constituída por deliberação do Conselho de Administração em 11 de julho de 2022, não obstante a primeira reunião apenas ter tido lugar a 5 de setembro de 2022, após a entrada em funções de Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas.

Por deliberação do Conselho de Administração tomada a 7 de janeiro de 2022, foi decidido que, em resultado da cessação de funções de Yang Lijun, Evert Derks Drok e Francisco Alexandre Valente de Oliveira, com efeitos a 31 de dezembro de 2021, as reuniões de gestão deveriam ocorrer no quadro do Conselho de Administração, e não no quadro da Comissão Executiva que havia sido constituída em maio de 2019, o que se verificou entre 1 janeiro de 2022 e 2 de setembro de 2022.

I.4.1.1. Composição e regras aplicáveis à Comissão Executiva

Em 11 de julho de 2022, aquando da constituição da Comissão Executiva, foi deliberado pelo Conselho de Administração que a mesma seria composta por 3 membros, os membros executivos do Conselho de Administração, todos eles em funções à data do presente Relatório, conforme abaixo indicado:

- António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques (nomeado Presidente da Comissão Executiva).
- André Filipe Ventura Rendeiro (membro executivo).
- Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas (membro executivo) — iniciou funções em 1 de setembro de 2022.

Não há disposições específicas nos Estatutos referentes à nomeação ou substituição de membros do Conselho Executiva.

O Regulamento da Comissão Executiva, no qual se estabelece o modo de atuação e de funcionamento deste órgão, encontra-se disponível para consulta no website da Sociedade.

I.4.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro da Comissão Executiva às reuniões realizadas

Em 2022 foram realizadas 12 reuniões da Comissão Executiva, tendo sido lavradas atas de cada uma dessas reuniões. A assiduidade de cada membro da Comissão Executiva, relativamente às reuniões realizadas, foi a seguinte:

Membro	Nº Presenças	Representação
António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques (Presidente da Comissão Executiva)	12	-
André Filipe Ventura Rendeiro	12	-
Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas	12	-

I.4.2. Comitês existentes e Reuniões realizadas

a. Comitês de Governação

Considerando as orientações da EBA sobre governo interno, o propósito de alinhamento com as melhores práticas de governação e o objetivo de reforço da estrutura organizacional e de governo da Sociedade, o Banco optou no final de 2018 por dispor dos seguintes Comitês de Governação:

- Comité de Nomeação e Remuneração
- Comité de Risco e Compliance

Com a alteração da estrutura de governo ocorrida em 7 julho de 2022, e por deliberação do Conselho de Administração de 11 de julho de 2022, o Banco passou a ter, apenas, o Comité de Nomeação e Remuneração.

Os Comitês de Governação são comitês especializados de supervisão, constituídos por membros não executivos do conselho de administração e por membros do órgão de fiscalização, com objetivos e modo de funcionamento devidamente regulados nos respetivos regulamentos.

i. Comité de Nomeação e Remuneração

O Comité de Nomeação e Remuneração tem como missão aconselhar e apoiar o Conselho de Administração e a Assembleia Geral quanto a matérias de nomeações, avaliações e remunerações dos (i) membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, (ii) da Direção de Topo (iii) dos responsáveis pela assunção de riscos e pelas funções de controlo do Banco e, bem assim, (iv) de outros colaboradores detentores de funções essenciais ou cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração dos antecedentes (nomeadamente referido em (i)), tal como definido pelo Conselho de Administração.

O Comité de Nomeação e Remuneração tem igualmente a tarefa de rever e monitorizar políticas internas relativas: (i) à Remuneração dos membros do órgão de administração e de fiscalização; (ii) à Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e dos Titulares de Funções Essenciais do Banco e de garantir a sua completa eficácia; (iii) Prevenção, Comunicação e Resolução de Conflitos de Interesses, incluindo transações com partes relacionadas do Banco.

Estas políticas encontram-se disponíveis para consulta no website do Banco.

Em 11 de julho de 2022, o Conselho de Administração nomeou os seguintes membros para o Comité de Nomeação e Remuneração:

- Issuf Ahmad (Presidente)
- Fang Bian
- Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira

O Comité reúne com a periodicidade que os seus membros vierem a considerar necessária, e, no mínimo, uma vez por trimestre.

Entre 1 janeiro de 2022 e 7 de julho de 2022, por deliberação do Conselho de Administração tomada a 7 de janeiro de 2022, foi decidido que, em resultado da cessação de funções de Yang Lijun e Evert Derks Drok,

membros do Comité de Nomeação e Remuneração, as matérias alocadas a este Comité, cujo funcionamento seria suspenso, seriam, provisoriamente, asseguradas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração.

Neste enquadramento, em 2022 foram realizadas 2 reuniões do Comité de Nomeação e Remuneração e foram lavradas atas de cada uma dessas reuniões.

O Regulamento do Comité de Nomeação e Remuneração encontra-se disponível para consulta no website do Banco.

ii. Comité de Risco e Compliance

A missão do Comité de Risco e Compliance era a de assessorar e apoiar, no exercício de sua função de supervisão, o Conselho de Administração nos processos decisórios relacionados com a gestão de riscos, compliance e controlo interno.

O seu principal objetivo era o de contribuir para a conceção e implementação no Banco de uma estratégia adequada de gestão de risco, sistemas eficazes de gestão de risco e compliance e controlo interno, reportando regularmente as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração no exercício da sua função de supervisão.

Entre 1 janeiro de 2022 e 7 de julho de 2022, por deliberação do Conselho de Administração tomada a 7 de janeiro de 2022, foi decidido que, em resultado da cessação de funções de Evert Derks Drok, presidente do Comité de Risco e Compliance, as matérias alocadas a este Comité, cujo funcionamento seria suspenso, seriam, provisoriamente, asseguradas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do suporte dos comités funcionais da Sociedade.

Com a alteração da estrutura de governo ocorrida em 7 julho de 2022, e por deliberação do Conselho de Administração de 11 de julho de 2022, o Comité de Risco e Compliance foi extinto.

Assim, em 2022 não foram realizadas quaisquer reuniões do Comité de Risco e Compliance.

b. Comités Funcionais

O Banco, conforme estabelecido nos seus procedimentos internos, dispõe de comités funcionais que têm objetivos específicos de suporte ao órgão de gestão e estão sujeitos a regras operativas diferentes, conforme definido no respetivo normativo interno.

Ao abrigo da estrutura de governo em vigor até 6 de julho de 2022, o Banco dispunha de 7 comités funcionais que abaixo se identificam.

- Comité de *Asset and Liability e Risk Management*
- Comité consultivo, com periodicidade mínima trimestral, orientado essencialmente para temas relativos à gestão da liquidez e gestão dos riscos do Banco.
- Comité de Planeamento e Controlo: Comité consultivo, com periodicidade mínima bimensal, orientado essencialmente para acompanhamento da informação financeira mensal e execução do orçamento do Banco.
- Comité de *Compliance*: Comité consultivo, com periodicidade mínima trimestral, orientado essencialmente para acompanhamento da atividade de Compliance e controlo interno do Banco.
- Comité da Função de Banco Depositário: Comité consultivo, com periodicidade mínima trimestral, orientado essencialmente para acompanhamento da atividade inerente à função de banco depositário desenvolvida pelo Banco.
- Comité Comercial: Comité consultivo, com periodicidade mínima mensal, orientado essencialmente para acompanhamento da atividade comercial desenvolvida pelo Banco.
- Comité de *Wealth Management*: Comité deliberativo, com periodicidade mínima mensal, orientado essencialmente para acompanhamento dos mercados e da atividade desenvolvida,

incluindo no que respeita ao desempenho das carteiras (de gestão discricionária e de consultoria para o investimento) aprovação das políticas de investimento, objetivos e estratégias definidos para as contas dos clientes, e da lista de ativos elegíveis para investimento.

- Comité de Projetos e Qualidade: Comité consultivo orientado, com periodicidade mínima bimensal, essencialmente para acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelo Banco.

Com a alteração da estrutura de governo ocorrida em 7 julho de 2022, e por deliberação do Conselho de Administração de 11 de julho de 2022, o Banco passou a ter 4 comités funcionais que abaixo se indicam:

- Comité de *Asset and Liability (ALCO) e Risk Management* (manteve-se) – Comité consultivo, com periodicidade mínima trimestral, orientado essencialmente para temas relativos à gestão da liquidez e gestão dos riscos do Banco.
- Comité de *Business Development*: Comité consultivo, com periodicidade mínima mensal, orientado essencialmente para acompanhamento da atividade comercial do Banco.
- Comité de Planeamento e Controlo Financeiro: Comité consultivo, com periodicidade mínima mensal, orientado essencialmente para acompanhamento da informação financeira mensal e anual e a execução do orçamento do Banco.
- Comité de Controlo Interno e Cumprimento: Comité consultivo, com periodicidade mínima trimestral, orientado essencialmente para acompanhamento da atividade das áreas de Compliance e controlo interno do Banco.

Em 2022 foram realizadas as seguintes reuniões:

Comités	N.º de Reuniões
Comité de <i>Asset and Liability and Risk Management</i>	3
Comité de Planeamento e Controlo*	6
Comité de Planeamento e Controlo Financeiro	6
Comité de <i>Compliance</i> *	2
Comité de Controlo Interno e Cumprimento	1
Comité de Função de Banco Depositário*	1
Comité Comercial*	0
Comité de <i>Wealth Management</i> *	6
Comité de <i>Business Development</i> *	3
Comité de Projetos e Qualidade*	0

* Comités Funcionais encerrados em ou antes de 6 de julho de 2022, com o objeto dos mesmos atribuídos a novos Comités.

I.5. Órgão de fiscalização da Sociedade

Com a alteração da estrutura de governo ocorrida em julho de 2022, durante o ano de 2022 coexistiram dois órgãos de fiscalização: o Conselho Fiscal, no âmbito do Modelo Latino (Reforçado), desde 1 de janeiro a 6 de julho de 2022 e a Comissão de Auditoria, de acordo com o Modelo Anglo-Saxónico, de 7 de julho a 31 de dezembro de 2022.

I.5.1. Conselho Fiscal

I.5.1.1. Definição, composição e designação

A fiscalização da Sociedade, entre 1 de janeiro e 6 de julho de 2022, esteve confiada a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral, conforme previsto nos Artigos 23.º e 24.º dos Estatutos da Sociedade, na sua versão em vigor até 6 de julho de 2022, e no n.º 1 do Artigo 415.º do CSC.

I.5.1.2. Identificação dos membros do Conselho Fiscal e data de início e termo dos respetivos mandatos

Os membros do Conselho Fiscal abaixo indicados foram nomeados por deliberação do acionista único de 21 de agosto de 2018, para o período de 2018 a 2021, à luz dos relatórios de avaliação individual e coletiva disponibilizados pela Sociedade e após autorização previamente concedida pelo Banco de Portugal, tendo os membros efetivos exercido funções de 21 de agosto de 2018 até 6 de julho de 2022:

- Issuf Ahmad (Presidente)
- Ernesto Jorge de Macedo Lopes Ferreira (Vogal)
- Wang Ting (Vogal)
- Bu Fan (Suplente)

I.5.1.3. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, de cada membro do Conselho Fiscal

Durante o ano de 2022 tiveram lugar 14 reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade. Relativamente a cada uma das referidas reuniões, foi elaborada a respetiva ata.

A assiduidade de cada membro do Conselho Fiscal, relativamente às reuniões realizadas, foi a seguinte:

Conselho Fiscal: Total de 14 reuniões realizadas em 2022

Membro	Presenças	Representação
Issuf Ahmad	14	-
Ernesto Jorge de Macedo Lopes Ferreira	14	-
Wang Ting	14	-

I.5.2. Comissão de Auditoria

A fiscalização da Sociedade está, atualmente e desde a alteração do modelo de governação a 7 de julho de 2022, confiada a uma Comissão de Auditoria, composta pelo mínimo de três membros efetivos um dos quais o seu Presidente, eleitos em Assembleia Geral de entre os membros não executivos do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade e no Artigo 423.º-B do CSC.

I.5.2.1. Identificação dos membros da Comissão de Auditoria e data de início e termo dos respetivos mandatos

Os membros da Comissão de Auditoria abaixo indicados foram nomeados por deliberação do acionista único de 7 de julho de 2022, para o período de 2022 a 2025, à luz dos relatórios de avaliação individual e coletiva disponibilizados pela Sociedade e após autorização previamente concedida pelo Banco de Portugal:

- Issuf Ahmad (Presidente)
- Wang Ting (Vogal)
- Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira (Vogal)

Os membros acima mencionados assumiram funções em 7 de julho de 2022.

I.5.2.2. Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros da Comissão de Auditoria

Nos termos do Artigo 23.º, n.º 1, dos Estatutos, a Comissão de Auditoria deve ser constituída por um mínimo de três membros, com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto e os seus membros devem ter formação e experiência adequadas para o sector em que a Sociedade opera.

A maioria de seus membros, incluindo seu presidente, deve ser considerada independente.

O requisito de independência destina-se a evitar o risco de os membros do órgão de fiscalização serem sujeitos à influência indevida de outras pessoas ou entidades, assegurando assim que os referidos membros possam desempenhar as suas funções com imparcialidade.

O Presidente da Comissão de Auditoria é nomeado pela Assembleia Geral ou indicado pelos próprios membros da Comissão de Auditoria (artigo 423.º-C do CSC).

Os Estatutos não especificam os meios para substituir os membros da Comissão de Auditoria, pelo que tal substituição ocorrerá nos termos do disposto no artigo 393.º, ex vi artigo 423.º-H, do CSC.

A Comissão de Auditoria dispõe de um Regulamento que estabelece os princípios orientadores deste órgão e as regras básicas que regem a forma como se organiza e opera. Este Regulamento da Comissão de Auditoria está disponível para consulta no website do Bison Bank.

I.5.2.3. Referência ao facto de a Comissão de Auditoria avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de propor à assembleia-geral a sua nomeação e eventual destituição com justa causa

A Comissão de Auditoria avalia anualmente o auditor externo e é também à Comissão de Auditoria que compete selecionar e recomendar a nomeação do auditor externo do Banco, ou seja, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e, eventualmente, a sua destituição em Assembleia Geral.

O Banco dispõe de uma política de seleção e designação de revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas, e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos aos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas, tendo a última revisão desta Política sido aprovada em Assembleia Geral de 8 de março 2021.

I.5.2.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria incluírem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detetados, e serem objeto de divulgação no sítio da Internet da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas

Os Relatórios Anuais da Comissão de Auditoria incluem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detetados (se existentes) e são objeto de divulgação no website da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

I.5.2.5. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, de cada membro da Comissão de Auditoria

Durante o ano de 2022 tiveram lugar 22 reuniões da Comissão de Auditoria da Sociedade. Relativamente a cada uma das referidas reuniões, foi elaborada a respetiva ata.

A assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria, relativamente às reuniões realizadas, foi a seguinte:

Comissão de Auditoria: Total de 22 reuniões realizadas em 2022

Membro	Presenças	Representação
Issuf Ahmad	22	-
Wang Ting	22	-
Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira	22	-

I.5.3. Funções que os membros do Órgão de Fiscalização exercem em outras sociedades

Issuf Ahmad (Presidente do Conselho Fiscal até 6 de julho de 2022; Presidente da Comissão de Auditoria desde 7 de julho de 2022) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Presidente do Conselho Fiscal da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

Ernesto Jorge de Macedo Lopes Ferreira (Vogal do Conselho Fiscal, terminou funções em 6 de julho de 2022) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, exercia funções em órgãos sociais de outras sociedades, para além do Bison Bank, como segue:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Banif Imobiliária, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da WIL - Projetos Turísticos, SA.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Profile - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.;
- Secretário da Assembleia Geral da Oitante, S.A.;
- Membro do Conselho Fiscal do Banco Português de Gestão S.A.

Wang Ting (Vogal do Conselho Fiscal até 6 de julho de 2022; Vogal da Comissão de Auditoria desde 7 de julho de 2022) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vogal do Conselho Fiscal da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira (Vogal da Comissão de Auditoria desde 7 de julho de 2022) — Com referência a 31 de dezembro de 2022, para além do cargo desempenhado no Bison Bank, desempenhava mais 1 cargo societário:

- Vogal do Conselho Fiscal da Bison Digital Assets, S.A. (entidade detida a 100% pelo Bison Bank).

I.6. Revisor Oficial de Contas da Sociedade

A Sociedade dispõe de uma sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos do n.º 1 do Artigo 446.º do CSC, entidade designada pela Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade e com o n.º 1 do Artigo 446.º do CSC.

À data do presente Relatório, o Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a sociedade Pricewaterhouse Coopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e registada na CMVM sob o número 20161485.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade, supra identificado, foi eleito em reunião de Assembleia Geral de 26 de setembro de 2022, para o período de 2022-2023, por recomendação da Comissão de Auditoria, nos termos do n.º 1 do Artigo 446.º do CSC e em conformidade com o n.º 1 do Artigo 24.º dos Estatutos.

I.7. Secretário da Sociedade

I.7.1 Identificação e indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos

Conforme disposto no Artigo 25º dos seus Estatutos, e por referência ao ano de 2022, a Sociedade dispõe de um Secretário da Sociedade e de um Suplente, a seguir identificados:

- Secretário da Sociedade: Afonso Maria Pita Negrão Cardoso de Menezes — Nomeado por deliberação do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2018, para o mandato quadrienal de 2018-2021. Em 11 de julho de 2022 foi reconduzido por deliberação do Conselho de Administração para o mandato quadrienal 2022-2025.
- Secretário da Sociedade Suplente: Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço — Nomeada por deliberação do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2018, para o mandato quadrienal de 2018-2021, tendo exercido funções até 10 de julho de 2022.
- Secretário da Sociedade Suplente: Ricardo Mateus Mimoso — Nomeado por deliberação do Conselho de Administração de 11 de julho de 2022, para o mandato quadrienal 2022-2025.

I.7.2. Enquadramento, Indicação de regras de designação e competências

O Secretário da Sociedade é um órgão estatutário de apoio ao Conselho de Administração, demais órgãos sociais e acionistas. O Secretário da Sociedade e respetivo Suplente são designados por deliberação do Conselho de Administração por um período de mandato coincidente com o seu, podendo tal mandato ser renovado por uma ou mais vezes.

Competem-lhe em geral os deveres decorrentes do artigo Artigo 446.º-B do CSC e em especial Secretariar as reuniões dos órgãos sociais, designadamente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, lavrar as respetivas atas e assiná-las conjuntamente com os membros respetivos.

O Regulamento do Secretário da Sociedade está disponível para consulta no website do Bison Bank.

I.8. Controlo Interno

I.8.1 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira

O órgão de administração do Banco estabelece e mantém um sistema de controlo interno, traduzido num conjunto de estratégias, políticas, processos, sistemas e procedimentos com o objetivo de garantir a sustentabilidade do Banco no médio e longo prazo e o exercício prudente da sua atividade, através:

- Do cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, com base na realização eficiente das operações, na utilização eficiente dos recursos do Banco e na salvaguarda dos seus ativos;
- Da adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que o Banco está ou pode vir a estar exposto;
- Da existência de informação financeira e não financeira completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- Da adoção de procedimentos contabilísticos sólidos;
- Do cumprimento da legislação, da regulamentação e das orientações aplicáveis à atividade do Banco, emitidas pelas autoridades competentes, do cumprimento dos normativos internos, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos e das regras de conduta e de relacionamento com clientes.

O sistema de controlo interno abrange de forma transversal toda a estrutura do Bison Bank, incluindo as responsabilidades e as funções do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização, todos os seus segmentos de atividade, unidades de estrutura, nomeadamente as funções de controlo interno.

No Bison Bank, o Conselho de Administração estabeleceu o sistema de controlo interno segundo orientações da EBA sobre governo interno (EBA/

GL/2021/05), que tem por base o modelo das três linhas de defesa, assegurando repartição de distintas responsabilidades em matéria de governo e gestão dos riscos pelas diferentes funções que integram cada uma das linhas, em detalhe:

- Primeira linha: unidades geradoras de negócio e áreas conexas, que geram risco para o Banco e que são as primeiras responsáveis pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos em que incorrem;
- Segunda linha: as funções de suporte e de controlo que incluem, nomeadamente, as funções de gestão de riscos (Direção de Risco Global e *Reporting*) e de conformidade (Direção de Compliance), as quais interagem com as funções da primeira linha com vista à adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos inerentes à atividade desenvolvida pelas funções da primeira linha;
- Terceira linha: a função de auditoria interna (Direção de Auditoria Interna), que realiza análises independentes e orientadas para o risco.

Para atingir, de forma eficaz, os objetivos definidos, o Conselho de Administração do Banco estabeleceu o seu sistema de controlo interno assente nos seguintes princípios de organização:

- **Adequado ambiente de controlo** que inclui funções de controlo interno permanentes e efetivas, com um estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional destinadas a verificar, nas respetivas áreas de competência, se as estratégias, políticas, processos, sistemas e procedimentos estabelecidos são adequados, devidamente atualizados, corretamente aplicados e efetivamente cumpridos.
- O Conselho de Administração assegura a adoção de medidas que permitam valorizar os **comportamentos alinhados com a cultura organizacional** assente em elevados padrões de exigência ética e a promoção de um ambiente de controlo que valorize adequadamente o controlo interno da Sociedade. A este respeito

o Conselho de Administração assegura a existência de procedimentos internos por forma a que sejam realizadas e promovidas avaliações periódicas e independentes relativamente à conduta e valores do Banco, as quais incidem também sobre a conduta e valores do próprio órgão de administração e dos seus comités.

- **Sólido sistema de gestão de riscos**, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos para o Banco, que assegure o seu cumprimento efetivo e que permita a tomada das ações necessárias para responder adequada e tempestivamente a desvios não pretendidos ou esperados.
- **Eficiente sistema de informação e comunicação** que assegure a recolha, tratamento, arquivo e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de forma a permitir o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e o controlo da atividade e dos riscos aos quais o Banco está ou pode vir a estar exposto.
- **Efetivo processo de monitorização**, que assegure a adequação e eficácia do sistema de controlo interno ao longo do tempo e que garanta, nomeadamente, a identificação e a correção tempestiva de eventuais deficiências.

— Produção e tratamento de informação e fluxos de informação

O Conselho de Administração do Banco assegura que o Banco dispõe de processos adequados de obtenção, produção e tratamento de informação que permitem apoiar a tomada de decisões da administração e demais membros da direção de topo e o exercício das funções do órgão de fiscalização. Para assegurar que a informação disponível compreende as características descritas, o Banco dispõe de vários mecanismos, de entre os quais destacamos os seguintes:

- Existência de sistemas informáticos que assegurem o registo, contabilização e arquivo de forma sistematizada de todas as operações realizadas ao longo do ciclo de vida dos produtos;
- Políticas e regras para gestão da base de dados, backups de informação e controlo de acesso à informação em termos de sistemas de informação e em termos de acesso às instalações do Banco;
- Políticas e processos para gestão da qualidade da informação, existindo processos de reconciliação de informação e limites mínimos de tolerância para os desvios;
- Políticas em caso de eventos com efeitos disruptivos no negócio, como sejam, os planos de continuidade de negócio e os planos de recuperação;
- Atuação transversal e contínua das Funções de Controlo Interno (Direção de Risco Global e *Reporting*, Direção de Compliance e Direção de Auditoria Interna), no âmbito das suas competências nos demais processos do Banco, por forma a assegurar a adequabilidade da informação produzida;
- Formalização dos procedimentos, sistemas e controlos do Sistema de Controlo Interno do Banco em normas e políticas internas, em apresentações suporte aos principais comités envolvidos na gestão de riscos, em relatórios das funções de controlo e no próprio relatório de controlo interno;
- Atualização permanente do Sistema de Controlo Interno do Banco, sendo que todos os documentos publicados evidenciam a respetiva data de publicação;
- Aprovação de todas as políticas e normativos das Funções de Controlo Interno pelo Conselho de Administração após parecer prévio do Órgão de Fiscalização.

Cumprindo o disposto no artigo ponto 7 do artigo 29.º e ponto 4 do artigo 30.º do Aviso n.º 3/2020, por forma a assegurar a adequação dos processos de obtenção,

produção e tratamento de informação implementados no Banco e a conformidade dos fluxos de informação instituídos, o Conselho de Administração assegura a formalização de procedimentos internos que consagrem a realização de avaliações periódicas independentes a realizar por entidade externa ao Banco.

I.8.1.1. Deficiências de Controlo Interno

O processo de monitorização e acompanhamento das deficiências de controlo interno, para além do objetivo contínuo de ter o menor número possível de deficiências à luz da atividade desenvolvida pelo Banco a cada momento, tem vindo a focar-se na resolução célere de deficiências com classificação de risco mais elevado e na execução dos planos de ação para encerramento de deficiências dentro dos prazos estabelecidos, verificando-se em simultâneo a consolidação do papel central das Funções de Controlo Interno na gestão do mesmo. Para tal, o Conselho de Administração assegura que as Funções de Controlo Interno são dotadas de autonomia e independência, liberdade e poderes necessários ao correto desempenho das suas funções, nomeadamente o acesso a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências.

Para este efeito, verifica-se que estas funções:

- Encontram-se estabelecidas em unidades de estrutura distintas das unidades que desenvolvem atividades que têm por dever monitorizar e controlar;
- Organicamente apresentam unidades de estrutura autónomas e independentes entre si;

- Os responsáveis pelas funções de controlo interno pertencem à direção de topo do Banco e não desempenham outras funções no Banco, exercendo as suas funções de forma independente. Estes responsáveis não são subordinados ao membro executivo do Conselho de Administração que seja responsável pela gestão das atividades que cada função de controlo interno monitoriza e controla;
- Dispõem de regulamentos próprios e planos de atividade aprovados pelo Conselho de Administração, depois de obtido o parecer prévio do Órgão de Fiscalização;
- Dispõem de acesso direto ao Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização e aos comités de apoio àqueles órgãos;
- Desempenham de forma independente as suas responsabilidades, não se encontrando os resultados das avaliações por si desenvolvidas condicionados ou limitados;
- Dispõem de recursos humanos, materiais e técnicos adequados para o desempenho eficaz das suas responsabilidades;
- Dispõem de sistemas de informação adequados com acesso a informações internas e externas necessárias para cumprir as suas responsabilidades;
- Dispõem de acesso total, livre e incondicionado a todas as funções, atividades e informações do Banco.

I.8.1.2. Documentos Publicados em 2022

Revisão Documental 2022



Os 57 documentos identificados no quadro supra foram publicados (novos e revisões), durante o ano de 2022, no Sistema de Gestão Documental (DONE). A publicação da maioria destes documentos resulta não só da conclusão do projeto de revisão massiva do portefólio do Normativo do Banco, bem como do procedimento implementado de revisão anual, com base na criticidade dos respetivos documentos.

Considerando a relevância documental com respeito a termos de governação, o Banco assegurou durante o período de 2022 a elaboração e revisão dos seguintes documentos:

- Regulamento da Comissão Executiva
- Regulamento do Conselho de Administração

- Regulamento da Comissão de Auditoria
- Regulamento do Comité de Nomeação e Remuneração
- Termos de Referência dos Comités Funcionais
- Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização
- Política de Seleção e de Avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos titulares de funções essenciais
- Política de prevenção e gestão de conflito de interesses
- Política de Partes Relacionadas

I.8.2. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da Sociedade.

O Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas que resultem num ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da atividade.

Os órgãos de gestão mantêm um acompanhamento regular e periódico sobre a evolução e mitigação das deficiências identificadas ao nível do Sistema de Controlo Interno da Sociedade acompanhando e dinamizando reuniões regulares promovidas com as Direções da Sociedade para a identificação, monitorização, quantificação e gestão dos riscos, que lhes permitem tomar as medidas corretivas necessárias ao adequado funcionamento da Sociedade. Neste sentido, o Conselho de Administração do Banco assegura a implementação de um processo de monitorização, conforme descrito no artigo 31.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, em particular:

- Atuação contínua pelas Direções de Risco *Global e Reporting* e *Compliance*, através de ações e avaliações de controlo no âmbito das suas competências, conforme detalhados nos Regulamentos de Função e Estrutura Orgânica e Funcional das Direções. Esta atuação encontra-se devidamente aprovada nos respetivos planos de atividade de cada Direção, devidamente apresentados e aprovados em Conselho de Administração, após parecer prévio do Órgão de Fiscalização;
- Comunicação permanente das avaliações e reporte imediato de incumprimentos identificados aos limites de tolerância ao risco definidos pelas Funções de Controlo ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização;

- Execução de avaliações autónomas, específicas, periódicas ou extraordinárias, asseguradas pela Direção de Auditoria Interna enquadradas dentro de um Plano Plurianual de Auditoria devidamente apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Órgão de Fiscalização;
- Existência do Comité de Controlo Interno e *Compliance*, no sentido de apoiar o Órgão de Gestão no exercício da sua função de supervisão em processos de decisão relacionados com a gestão de risco, compliance e controlo interno;
- Existência do Comité de Nomeação e Remuneração, por forma a aconselhar e apoiar o Conselho de Administração quanto a matérias de nomeações, avaliações e remunerações;

Cumprindo o disposto no artigo 55.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, o Conselho de Administração e a Órgão de Fiscalização, asseguraram a emissão dos respetivos relatórios de avaliação anual, garantindo a avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e os seus sistemas de governo e controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias e as demais matérias tratadas no presente Aviso, tendo concluído pela sua adequação e eficácia assente numa gestão sã e prudente.

I.8.3. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização em matéria de governação interna

Os órgãos de administração e de fiscalização são globalmente responsáveis por assegurar a existência de um quadro de governação adequado para a estrutura, atividades e os riscos da Sociedade, avaliando regularmente a eficiência e a eficácia, a nível individual e coletivo, das suas atividades e das suas práticas e procedimentos de governação, bem como do funcionamento dos Comités.

O quadro de governação interna e a sua execução são revistos periodicamente, pelo menos uma vez por ano, conferindo-se especial atenção a eventuais alterações dos fatores internos e externos que afetem o Banco. Este acompanhamento resultou em várias alterações nas estruturas administrativas e operacionais que compõem a macroestrutura do Banco, resultando na estrutura que se apresenta infra:



I.8.4. Titulares de Funções Essenciais

Nos termos do artigo 33.º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, as instituições de crédito são obrigadas a identificar as funções cujos titulares, não sendo membros dos órgãos de administração ou fiscalização, estejam envolvidos em funções que resultam na influência significativa sobre a gestão da instituição de crédito.

As funções referidas no ponto anterior incluem, no mínimo, os responsáveis pelo *Compliance*, pela auditoria interna e pela gestão de riscos da instituição de crédito.

No Bison Bank, essas funções são as seguintes:

I.8.4.1. Função de *Compliance*

A Direção de *Compliance* (“DCO”) é uma estrutura de alto nível na hierarquia organizacional do Bison Bank.

O Banco conta com uma Função de *Compliance* que se caracteriza por ser uma função independente, permanente e consultiva que assume como missão promover o cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, operacionais, éticos e de conduta que, a cada momento, são aplicáveis às instituições de crédito, bem como aos seus órgãos sociais, diretores e colaboradores, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e pelo normativo legal a que se encontra sujeita.

Esta função é exercida pela Direção de *Compliance*, a qual é uma unidade orgânica autónoma, que reporta hierarquicamente à Comissão Executiva através do seu administrador de pelouro.

Adicionalmente, mantém uma linha de comunicação permanente com o Órgão de Fiscalização e com o Comité de Controlo Interno e Cumprimento, nomeadamente através de reuniões bimestrais com o objetivo de se assegurar uma adequada difusão de informação e discussão de temas relevantes no exercício da atividade da Função de *Compliance*.

O diretor da DCO é responsável pela função de controlo de *compliance*, coordenando os procedimentos internos de:

- prevenção, deteção e reporte de crimes financeiros;
- coordenação do sistema de controlo interno do Banco;
- gestão de Conflito de Interesses e Partes Relacionadas;
- cumprimento do Código de Conduta;
- análise de nova legislação e regulamentação, avaliação dos seus impactos e promoção do seu cumprimento;
- análise de situações e indícios de violação ou risco de incumprimento de obrigações legais;
- gestão e tratamento de Reclamações;
- cumprimento do regulamento geral de proteção de dados.
- prevenção e deteção operações de abuso de mercado e de utilização de informação privilegiada;
- responsável pelo cumprimento normativo.

De modo a atingir os seus objetivos a DCO opera de forma independente do Conselho de Administração e das outras Unidades Orgânicas, não podendo ser-lhe vedado o acesso a informação relevante para o adequado desempenho das suas atribuições.

A Função de *Compliance* é uma função de governação responsável por:

- Promover uma cultura baseada na ética: o papel do *Compliance* é ajudar a administração a promover uma cultura corporativa baseada na ética;
- Fornecer soluções de *compliance*: o *Compliance* é responsável por aportar conhecimento para a gestão e manutenção de políticas, orientação prática, treino, controlos e processos relacionados com os riscos de *compliance*;
- Proporcionar segurança: o papel do *Compliance*, como parte da segunda linha de defesa, engloba

a avaliação de impacto dos desenvolvimentos legais, bem como a garantia de que os riscos de *compliance* dentro do âmbito da função são adequadamente identificados, avaliados e geridos.

O ecossistema baseado no *Compliance Risk Universe* define uma visão clara do âmbito da função de *compliance* e aumenta a robustez do sistema de controlo interno.

Identificação do Responsável e Percurso Profissional

Nome: João Pedro Gaspar Quintas de Carvalho Oliveira

Cargo: *Head of Compliance / Money Laundering Report Officer* / Responsável pelo Cumprimento Normativo

Formação e Percurso Profissional: Licenciado em Engenharia pelo Instituto Superior Técnico e com Pós-Graduação em Gestão para Executivos pela Universidade Católica Portuguesa. Em termos de experiência profissional, trabalha há mais de 17 anos em matérias de *Compliance* e Controlo Interno no sector financeiro e é o Diretor de *Compliance* desde 20 de agosto de 2019.

I.8.4.2. Função de Gestão de Riscos

A Direção de Risco Global e Reporting (“DRR”) é responsável pela função de gestão de riscos. A sua principal função é desenvolver e implementar um sistema integrado de monitorização de riscos adequado à natureza dos riscos que a Instituição enfrenta, garantindo que a assunção de riscos permaneça dentro dos intervalos de tolerância ao risco previamente estabelecidos. As principais atribuições da função são as seguintes:

- Apoiar o Conselho de Administração (CA) na elaboração de políticas de risco / estratégia de risco do Banco, assegurando a sua coerência e alinhamento com os seus objetivos estratégicos e de negócio, designadamente:
 - (i) Desenvolver a Declaração de Appetite ao Risco (*Risk Appetite Statement* – RAS), de forma prudente, em articulação com o membro CA responsável, e com responsáveis de outras direções funcionais e de negócio;

(ii) Propor, participar na definição/implementação de políticas de gestão de riscos, designadamente a Política de Gestão de Riscos, e respetivos normativos, em estreita articulação com os restantes Órgãos envolvidos (de gestão ou de negócio), e assegurando um mapeamento dos vários riscos.

- Desenvolver práticas que permitam a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos e subjacentes à atividade do Banco;
- Analisar e aconselhar os órgãos de administração e de fiscalização, na tomada de decisões que envolvam a assunção de riscos considerados relevantes e operações com perfil de risco elevado;
- Participar no processo de aprovação de novos produtos e serviços, emitindo opiniões visando assegurar que os riscos associados sejam considerados de forma adequada (maior detalhe na norma de *Sign off* de produtos e serviços);
- Analisar previamente as operações com partes relacionadas e em matéria de conflito de interesses, identificando e avaliando adequadamente os riscos inerentes, reais ou potenciais, para o Banco;
- Monitorizar o perfil de risco do Banco, verificando se este se mantém alinhado com o perfil de risco definido na Declaração de Appetite e com os diversos limites definidos nas demais políticas possibilitando um reforço do conhecimento e a gestão da exposição global de risco, através de elaboração de relatórios periódicos e tempestivos com informação clara e abrangente;
- Reportar tempestivamente aos órgãos de gestão e de fiscalização a ocorrência de incumprimentos real face às políticas de gestão de riscos aprovadas, bem como qualquer situação de incumprimento potencial, reportando às áreas em causa, e recomendando eventuais medidas de mitigação que poderão passar por acionamento de medias previamente estabelecidas;
- Elaborar exercícios de risco (designadamente de Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital

Interno — ICAAP e Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna - ILAAP), e colaborar na elaboração dos vários exercícios de gestão de riscos do Banco (Plano de Financiamento e de Capital, Plano de Recuperação e Plano de Resolução), visando avaliar os níveis de capital e liquidez do Banco sob diferentes cenários para suportar o planeamento e gestão adequada do capital e liquidez;

- Garantir que os riscos sejam geridos de acordo com o RAS definido e aprovado pelo CA e promover, em particular com a Direção de *Compliance*, uma forte cultura de risco em todo o Banco;
- Participar na implementação das medidas de controlo interno que garantem o cumprimento dos requisitos e recomendações das entidades de supervisão, no que se refere à gestão e reporte de risco;
- Desenvolver numa base regular o Processo de Autoavaliação de Riscos e Controlos para avaliar o risco a que o Banco está exposto no desenvolvimento da sua atividade;
- Elaborar e submeter os Reportes Regulamentares da sua responsabilidade (designadamente no âmbito do *Common Reporting — COREP*);
- Gestão de Risco Operacional.

Em termos funcionais, a gestão e monitorização de risco do Bison Bank é da responsabilidade da DRR, um órgão que reporta ao Conselho de Administração através do Administrador com o respetivo pelouro (CRO), mantendo também uma linha reporte ao Órgão de Fiscalização. A Direção trabalha independentemente das áreas funcionais que estão sujeitas à sua avaliação e tem toda a autonomia hierárquica e funcional indispensáveis para o desempenho das suas funções.

Identificação do Responsável e Percurso Profissional:

Nome: Julieta Rodrigues de Sousa Vital Maximino

Cargo: Diretora da Direção de Risco *Global e Reporting / Head of Risk*

Formação e Percurso Profissional: licenciada em Gestão (Pré-Bolonha) pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 1995, com especialização em economia e finanças. Exerce funções de responsável de Risco (Head of Risk) desde março de 2017. Entre Abril de 2016 e Março 2017 exerceu funções de responsável pela Direção de Risco da Oitante, S.A. Entre 2012 e 2015, exerceu funções na Direção Global de Risco do ex-grupo Banif, SA especificamente, no Gabinete de Gestão Estratégica de Risco. Entre 2004 e 2010 exerceu funções no Banco, como Senior Equity Analyst. Entre 2002 e 2003 desempenhou funções na Direção de Factoring do Millennium bcp, como técnica da Direção Comercial. Iniciou a sua atividade profissional em 1995, na Título – Sociedade Corretora, S.A (Grupo Finibanco) como analista do departamento de Equity Research, onde desempenhou funções até 2000.

1.8.4.3. Função de Auditoria Interna

A Direção de Auditoria Interna (“DAI”), responsável pela função de auditoria, constitui-se como um dos órgãos de controlo interno do Banco e tem como missão apoiar o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Órgão de Fiscalização, na prossecução dos seus objetivos, através duma atividade independente de avaliação e acompanhamento da gestão dos riscos, dos controlos e do governo interno, com uma abordagem sistemática e disciplinada contribuindo para acrescentar valor e melhorar a gestão do Banco.

As principais atribuições da função são as seguintes:

- Executar, com carácter sistemático e de acordo com o plano aprovado, ações de auditoria com o objetivo de avaliar o desenho e a efetividade dos processos de gestão de riscos, designadamente, se: (i) os objetivos organizacionais suportam e se encontram alinhados com a missão do Banco; (ii) os riscos mais relevantes e significativos estão adequadamente identificados e são corretamente avaliados; (iii) são selecionadas e implementadas respostas adequadas aos riscos identificados, que alinhem (ou procurem alinhar) o perfil de risco do Banco com o respetivo *risk appetite*, definido pela Gestão de Topo; e (iv) a informação

relevante sobre risco é adequadamente capturada e compilada e é comunicada de forma fiável e tempestiva através da organização, de forma a permitir uma resposta adequada e atempada por parte da Gestão de Topo;

- Avaliar o grau de confiança, integridade e fiabilidade da informação financeira, operacional, de risco e sistemas de informação;
- Avaliar o grau de cumprimento das normas em vigor, nomeadamente aquelas que têm maior impacto na organização.

O Plano Anual de Auditoria estabelece as diretrizes gerais para desenvolvimento dos trabalhos da Direção. O plano é elaborado anualmente, sendo revisto semestralmente ou quando necessário. O horizonte temporal do plano é de 3 anos, e o mesmo leva em consideração:

- O status dos negócios e os respetivos riscos associados (levando-se em consideração os riscos potenciais de cada área de acordo com uma avaliação de risco interna);
- O universo auditável e os recursos disponíveis para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Todo o *framework* regulamentar (incluindo orientações) e os padrões profissionais nacionais e internacionais de auditoria interna;
- A evolução e a avaliação dos resultados dos trabalhos de auditoria de anos anteriores; e
- Acompanhamento da implementação das medidas de mitigação. propostas

Forma, Fluxos e Periodicidade do Reporte Hierárquico da Direção de Auditoria Interna:

- A Direção de Auditoria Interna remete para o conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização, os relatórios produzidos relativos às ações de auditoria efetuadas (ou quaisquer outras informações consideradas relevantes);

- A Direção de Auditoria Interna tem um reporte meramente administrativo ao Presidente da Comissão Executiva e um reporte funcional aos membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização;
- Todas as situações de risco relevantes identificadas nos trabalhos de auditoria, quer já concluídos, quer ainda em curso, que pelo seu carácter e/ou risco potencial ou real, requeiram especial atenção são comunicadas ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização;
- Com uma periodicidade trimestral, a Direção de Auditoria Interna remete ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização do Banco, um relatório da atividade desenvolvida, bem como as principais deficiências de controlo interno identificadas pela função que ainda se encontram por implementar.

Identificação do Responsável e Percurso Profissional

Nome: Mário Alexandre Bagarrão Baptista

Cargo: Diretor de Auditoria Interna / Head of Audit

Formação e Percurso Profissional: Licenciado em Ciências Contabilísticas pela Universidade Luzwell (São Paulo- Brasil), MBA em Finanças Corporativas pela Universidade de São Paulo (2004) e Executive MBA pelo AESE/IESE (2007-2009). Iniciou o seu percurso profissional em auditoria externa no Brasil em 1991 permanecendo até 2005 como Senior Manager (BDO e Nexia International). Em Portugal, em 2005 ingressou no Grupo Pestana com assistente da Administração exercendo funções de controlo dos investimentos em África. Em Maio de 2006, ingressou no Banco com a missão de liderar as funções de auditoria interna, permanecendo até 2012. De 2013 até 2015 juntou-se à Profile – SGFIM SA (anteriormente “Banif Gestão de Activos – SGFIM SA”) como Financial Controller dos fundos de investimento imobiliários. Em Julho de 2015, transitou para a Banif Imobiliária, S.A., exercendo as funções na área de controlo sobre as carteiras de ativos imobiliários. Em Março de 2017, retorna ao Banco para exercer as funções

de responsável pela Direção de *Compliance* até agosto de 2018, quando retomou as funções de Diretor de Auditoria Interna.

I.9. Política de Conflito de Interesses aplicável ao Banco e aos órgãos de gestão e de fiscalização

Em 2022 o banco procedeu à regular revisão da Política de Conflito de Interesses de modo a contemplar os novos requisitos sobre a matéria, nomeadamente no que respeita à temática de partes relacionadas, considerando que a atual política contempla de igual modo, matérias de intermediação financeira, bem como operações com partes relacionadas.

Continua, deste modo, salvaguardado o interesse da Sociedade em situações de potencial conflito de interesses face aos interesses de pessoas ou entidades com possibilidade de influenciar, direta ou indiretamente, a sua gestão ou de beneficiar de atos concretos dessa gestão e determinar que as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de informação ao mercado evidenciem os impactos que a existência de transações com partes relacionadas produzam sobre a posição financeira e os resultados da Sociedade.

O Banco mantém, assim, em vigor as regras aplicáveis i) à identificação, tratamento e reporte interno de transações com partes relacionadas e ii) à atuação exigível das Pessoas Relevantes do Banco que se possam encontrar em situação de conflito de interesses.

A Política de Prevenção e Gestão Conflitos de Interesses do Banco acima referida visa essencialmente:

- Definir regras e procedimentos para identificar, prevenir, gerir e/ou divulgar Conflitos de Interesses;
- Garantir o cumprimento de regras legais e regulamentares em vigor no que respeita à prevenção e gestão de Conflitos de Interesses;
- Reforçar o grau de conhecimento e sensibilizar as Pessoas Relevantes e os Colaboradores para temas de Conflitos de Interesses; e
- Promover o tratamento justo e em conformidade com os critérios legais e regulamentares das situações de Conflitos de Interesses que se venham a verificar

A Política de Prevenção e Gestão Conflitos de Interesses do Banco está disponível para consulta no *website* do banco.

I.10. Plano da Continuidade de Negócio

O Bison Bank implementa e mantém um processo de gestão de continuidade de negócio para maximizar sua capacidade de fornecer serviços de forma contínua e para limitar as perdas em caso de interrupção severa da atividade.

Nesse âmbito, o Banco estabeleceu uma função específica de continuidade de negócios independente, estando nomeados: i) Coordenador do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) (1 colaborador da Direção de Tecnologia e Operações), ii) Responsável pela Segurança (1 colaborador da Direção de Pessoas e Contabilidade) e iii) Delegado de Segurança (1 colaborador da Direção de Pessoas e Contabilidade — ligado às instalações — *Facilities*)

O Bison Bank utiliza dois centros de recuperação de desastres (dedicados à recuperação do sistema central e à recuperação dos sistemas distribuídos), empregando tecnologias de replicação de dados de última geração.

O Bison Bank leva a cabo exercícios regulares de simulação de desastre, com ativação do procedimento de recuperação de desastres e dos centros alternativos referidos, tendo o mais recente exercício decorrido em 15 de outubro de 2022, com participação alargada das Direções do Banco. Todas as melhorias em resultado de pontos identificados nos relatórios de testes efetuados no âmbito deste exercício foram devida e atempadamente implementadas.

I.11. Ações de Formação

O Bison Bank mantém a sua iniciativa estratégica de desenvolvimento profissional dos seus recursos humanos, tendo em conta a formação obrigatória e também a possibilidade de uma oferta formativa atrativa e alinhada com as melhores práticas do mercado.

O número total de horas de formação em 2022 foi de 1.821 h, cujos cursos abordaram uma série de temas diferenciados, promovidos por entidades externas ou através de formação interna, como por exemplo:

Formações obrigatórias:

- Diretiva de Mercados e Instrumentos Financeiros (DMIF II ou MIFID II)

- Itinerário inicial e de atualização para perfis de prestação de informação e consultoria de investimento
- Prevenção do Branqueamento e do Financiamento ao Terrorismo — Formação inicial e de atualização
- Detecção de adulteração de documentos e de roubo de identidade através de vídeo conferência
- Código de Conduta, Conflito de interesses, Partes relacionadas e *whistleblowing*
- Segurança Informática e Pagamentos SWIFT
- *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA)
- Responsabilidades legais e estatutárias inerentes ao exercício das funções do Conselho de Administração e Comissão de Auditoria
- Mecanismos de Controlo e Código de Conduta
- Formação sobre cripto ativos, fiscalidade, contabilidade e regulação de mercado
- Formação inicial sobre *Blockchain Foundation*
- Contabilidade Certificada: consolidação de contas e método de equivalência patrimonial, Tributação do património — IMI, IMT e Imposto do Selo e Encerramento de Contas
- Basileia IV - CRR/CRD V
- IFRS9
- Programa de Liderança para Quadros Superiores

II. Remunerações

II.1. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da Sociedade, nomeadamente no que respeita à Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e de fiscalização

Nos termos do n.º 1 do Artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, a remuneração dos membros dos órgãos sociais, com exceção dos honorários do Revisor Oficial de Contas, é fixada pela Assembleia Geral, com base nas propostas e recomendações apresentadas pelo Comité de Nomeação e Remuneração, constituído nos termos do Artigo 115.º-H do RGICSF.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco é objeto de revisão anual pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, com base nas recomendações do referido Comité de Nomeação e Remuneração.

Mais se refira que, mediante proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral pode deliberar a distribuição de lucros aos colaboradores da Sociedade, em conformidade com o Artigo 26.º, número 4 dos Estatutos.

De destacar que, durante o ano de 2022, a única deliberação em Assembleia Geral sobre matéria de remunerações teve lugar na Assembleia Geral realizada em 1 de abril de 2022, na qual o acionista único aprovou a versão revista e atualizada da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, conforme proposto pelo Conselho Fiscal, dada a impossibilidade de o Comité de Nomeação e Remuneração reunir regularmente durante o ano de 2022. Esta revisão foi realizada nos termos dos Artigos 115.º-C, n.º 4, e 115.º-D do RGICSF.

A Política em questão foi publicada no website da Sociedade e pode ser encontrada na área “Governo da Sociedade”, em “Regulamentos e Políticas”.

II.2. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, conceder o direito a pensões de reforma e sobrevivência ou a pensões complementares de reforma e de sobrevivência, estabelecendo para o efeito o correspondente sistema ou delegando os seus poderes numa Comissão de Nomeações e Remunerações, conforme previsto no Artigo 26.º, n.º 6, dos Estatutos da Sociedade. Tal não ocorreu no exercício de 2022.

II.3. Informações em cumprimento do disposto no artigo 450º do Regulamento (UE) nº 575/2013 - Remuneração dos colaboradores referidos no Artigo 115-C nº. 2 a) b) c) d) e e) do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras:

Consideram-se abrangidos os membros do órgão de administração e de fiscalização, os responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura da Sociedade, incluindo Colaboradores que exercem uma atividade profissional com impacto no perfil de risco do Banco, os que integrando o quadro diretivo do Banco, desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco, e colaboradores cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os anteriores,

a. Processo de tomada de decisão utilizado na definição da política de remuneração, bem como o número de reuniões realizadas pelo órgão principal

que controla a remuneração durante o exercício, incluindo, se aplicável, informações sobre o comité de remuneração e a identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração

No processo de decisão utilizado na definição das políticas de remuneração (i) dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e (ii) dos Colaboradores do Banco, que inclui o pessoal cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco do Banco, não foram utilizados serviços de quaisquer peritos, consultores ou entidades externas, tendo sido tomada em consideração a prática seguida pelo Banco e as práticas seguidas no sector financeiro e por outros bancos portugueses que operam no mercadonacional e internacional.

De acordo com o artigo 44.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 03/2020 e n.º 6 do artigo 115.º-C do RGICSF, as referidas Políticas de Remuneração são objeto de uma avaliação interna, centralizada e independente, com uma periodicidade mínima anual, a realizar pelo Comité de Nomeação e Remuneração.

No que respeita à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco, a mesma é definida tendo presente as regras aplicáveis neste domínio às instituições de crédito, visando a criação de incentivos que assegurem uma assunção de riscos compatível com a estratégia, objetivos, valores e interesses de longo prazo, a tolerância e a cultura de risco do Banco, incluindo medidas destinadas a evitar conflitos de interesses, bem como assegurar uma gestão de riscos sã, prudente e efetiva, não incentivando a assunção de riscos em níveis superiores ao nível de risco tolerado pelo Banco.

A referida Política de Remuneração é materializada tendo em consideração a atividade, o apetite ao risco, a estrutura e a dimensão do Banco, bem como as práticas do mercado, assentando a sua definição em critérios objetivos, transparentes, coerentes e compatíveis com a hierarquia de responsabilidades e competências dos remunerados, assegurando ainda a aplicação dos

princípios e normas previstos na Política de Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses do Banco.

Compete ao Comité de Nomeação e Remuneração formular juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração e sobre os incentivos criados para efeitos da gestão de riscos, de capital e de liquidez, sendo responsável pela elaboração, monitorização e revisão periódica anual da Política de Remuneração e sua submissão à aprovação da Assembleia Geral.

A informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração dos membros do órgão de administração e de fiscalização encontra-se acima referida em II.1.

No que respeita à Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco, a mesma é elaborada pela Direção de Pessoas e Contabilidade e aprovada pelo Conselho de Administração, o qual revê periodicamente os princípios gerais da referida Política, sendo responsável pelo controlo da sua implementação.

Esta Política tem por base a remuneração praticada no sector para funções similares, o sistema de objetivos e incentivos, avaliação de desempenho anual, elementos de progressão na carreira e conduta dos colaboradores reportada pelas hierarquias ou por registos formais.

b. Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objetivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração e dos colaboradores com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos. Relação entre a remuneração do pessoal e o respetivo desempenho

No que respeita à Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco, a mesma tem como principais objetivos permitir ao Banco atrair, motivar e fidelizar profissionais de alto nível e que apresentem um elevado potencial, alinhar os interesses dos membros dos órgãos sociais

com os interesses da Sociedade, dos acionistas e demais *stakeholders*, estimular e recompensar os contributos individuais relevantes e a boa performance coletiva, promover uma gestão de riscos sã e prudente e não incentivar a assunção de riscos superiores ao nível de risco tolerado pelo Banco, designadamente em conformidade com a Declaração de Apetite ao Risco.

De acordo com a referida Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco, o processo de avaliação de desempenho dos membros executivos do órgão de administração deverá ser assegurado pelo Comité de Nomeação e Remuneração e processar-se-á num quadro plurianual, baseando-se no desempenho de longo prazo mensurável através de indicadores simples e objetivos relacionados com o crescimento sustentado do Banco, o valor acrescentado para os stakeholders, os riscos do negócio (atuais e futuros), a solvabilidade, o custo de capital, a liquidez e a eficiência. Nestes termos, a aferição do desempenho utilizada para calcular a componente variável da remuneração deve prever ajustamentos considerando os vários tipos de riscos, atuais e futuros, bem como o custo dos fundos próprios e da liquidez necessários à instituição.

Na Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco são considerados, entre outros, os seguintes princípios orientadores:

- Consistência e alinhamento com a gestão e controlo dos riscos do Banco, por forma a evitar a exposição excessiva aos mesmos e, bem assim, a potenciais situações de conflitos de interesses;
- Coerência com os objetivos, valores e interesses do Banco e dos seus Colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados, visando contribuir para a equidade interna e externa;

- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;

No que respeita aos colaboradores do Banco, o órgão competente para a avaliação dos responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura da Sociedade é o próprio órgão de administração, na pessoa dos responsáveis dos respetivos pelouros. No que se refere aos colaboradores não integrados no grupo anterior, a sua avaliação é realizada nos termos do processo normal de avaliação de desempenho em vigor na Sociedade, pelas respetivas hierarquias.

A componente variável da remuneração visa compensar o desempenho por alcançar os objetivos delineados pelo Banco e encontra-se sustentada no sistema de avaliação de desempenho. Este processo é baseado em objetivos claros e em critérios quantitativos e qualitativos aplicados proporcionalmente à função de cada colaborador.

c. Características estruturais mais importantes do sistema de remuneração, nomeadamente informações sobre os critérios utilizados na avaliação do desempenho e no ajustamento ao risco, a política de diferimento e os critérios de aquisição de direitos

Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração:

De acordo com a Política de Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização do Banco, a definição do valor total da componente variável da remuneração deve efetuar-se nos termos da lei através da combinação da avaliação do desempenho do administrador executivo, que deve considerar critérios de natureza financeira e não financeira, quantitativos e qualitativos e do desempenho da unidade de estrutura daquele com os resultados globais da instituição

que expressem o crescimento sustentado do Banco e o valor acrescentado para os *stakeholders*.

Em caso de atribuição, a componente variável da remuneração será paga uma vez por ano, sem prejuízo de eventual diferimento do pagamento de parte do valor da mesma.

A componente variável da remuneração visa reconhecer e recompensar o contributo dos membros executivos do órgão de administração, bem como a sua performance enquanto coletivo, para a prossecução de objetivos qualitativos e quantitativos pré-determinados (e definidos anualmente pela Assembleia Geral, com base nas propostas e recomendações do Comité de Nomeação e Remuneração), em linha com a estratégia global da Sociedade e do grupo de sociedades em que se insere, bem como com o desempenho sustentável e adaptado ao risco da instituição.

O Banco deve assegurar que a componente variável a atribuir não limita a sua capacidade para reforçar a sua base de fundos próprios e que na sua concessão são tidos em consideração todos os tipos de riscos, atuais e futuros.

Nos termos legais, não poderá ser concedida remuneração variável garantida, exceto quando esteja em causa a designação de um novo membro, sendo que, em qualquer caso, tal remuneração variável garantida só poderá ser aplicável ao primeiro ano de exercício de funções e só será devida se se verificar a existência de uma base de capital sólida e forte no Banco.

De acordo com a Política de Remunerações dos Colaboradores do Banco, a atribuição de uma componente variável de remuneração a um colaborador decorre sempre de uma eventual e discricionária decisão do Conselho de Administração e assenta num processo de avaliação de desempenho individual com critérios objetivos pré-definidos. Tal não confere ou constitui qualquer direito adquirido, cabendo ao Conselho de Administração a decisão de atribuição de remuneração variável e a determinação do montante alocado ao processo.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento:

De acordo com a Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banco considera-se relevante que, como princípio, seja estabelecido um alinhamento entre a componente variável e o desempenho de longo prazo da Sociedade, nos termos legalmente previstos. Nesta medida, aplicar-se-á um mecanismo de diferimento de pelo menos 40% da componente variável da remuneração (ou 60% quando a componente variável da remuneração seja de valor particularmente elevado), conforme previsto no artigo 115.º-E do RGICSF, por um período mínimo de 4 a 5 anos sobre a data estabelecida para o pagamento da parte não diferida da componente variável da remuneração, e que deverá estar devidamente alinhado com o ciclo económico, a natureza do negócio da Sociedade, seus riscos e atividade desenvolvida pelo membro executivo em causa. A componente variável da remuneração sujeita a diferimento deve ser atribuída numa base proporcional ao longo do período de diferimento.

De acordo com a Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco, 60% da componente variável da remuneração atribuída será paga no ano civil em curso e 40% diferida por 2 anos, a ser paga nos exercícios seguintes em duas partes iguais.

Modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição ao longo do período de diferimento:

A Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banco estabelece que, antes da realização do pagamento da parte diferida ou da aquisição do direito a instrumentos de pagamento diferido, deve ser efetuada uma reavaliação do desempenho e, se necessário, um ajustamento pelo risco ex ante, ou seja, um ajustamento da remuneração a possíveis acontecimentos adversos no futuro, para alinhar a remuneração variável com os riscos adicionais identificados ou materializados após a atribuição,

A Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco estipula que a remuneração variável deve ser paga por meio de um modelo alinhado ao sistema de avaliação de desempenho e baseado em objetivos claros e em critérios quantitativos e qualitativos aplicados proporcionalmente à função de cada colaborador. De acordo com a referida Política, o pagamento do valor correspondente à componente variável da remuneração terá em conta restrições associadas aos resultados e *budget* do Banco e fica sujeito às seguintes condições:

- Condição de manutenção/permanência no Banco;
- Não aplicação de mecanismos de redução (“*malus*”) e reversão (“*clawback*”);
- Outras condições que se entendam adequadas.

d. Importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração, assim como os limites máximos para cada componente; Rácios entre remunerações fixas e variáveis

De acordo com a Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banco,

a componente fixa da remuneração deverá constituir uma proporção suficientemente elevada da remuneração global dos membros executivos do órgão de administração, permitindo assim uma adequada flexibilidade na fixação da componente variável, no estrito cumprimento do disposto no artigo 115.º-F do RGICSF. A componente fixa da remuneração nunca poderá ultrapassar € 250.000,00.

A componente variável da remuneração não será estipulada contratualmente e deverá constituir, como regra geral, a parte menor da remuneração global podendo alcançar, no máximo, 100% da componente fixa da remuneração, salvo se diversamente aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Comité de Nomeação e Remuneração de acordo com o artigo 115.º-F do RGICSF.

A política dos Colaboradores do Banco estabelece o conceito de remuneração global, composta por uma remuneração fixa e outra variável.

A remuneração fixa constitui a parte significativa da remuneração global dos colaboradores. A remuneração variável visa remunerar o desempenho e o cumprimento de objetivos específicos por cada colaborador. As remunerações fixas e variáveis representam, respetivamente, >75% e <25% da remuneração global.

A definição do montante anual da remuneração variável, efetuada no início de cada ano pelo Conselho de Administração oscilará em função do grau de cumprimento dos objetivos individuais e coletivos da unidade em que o colaborador se integra de acordo com o sistema de objetivos e modelo de avaliação de desempenho aprovado, os resultados globais da Sociedade e as perspetivas de evolução futura.

A remuneração variável é calculada com base em critérios pré-determinados, não havendo qualquer incentivo à assunção excessiva de riscos por parte dos mesmos. A sua atribuição depende de decisão discricionária do órgão de gestão do Banco, sendo assegurado que a remuneração fixa continue a constituir a parte mais relevante da remuneração global.

Para os Colaboradores que exerçam funções de controlo, a componente variável da remuneração tem em conta os objetivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando diretamente dependente do desempenho das áreas de negócio.

e. Informações sobre os critérios de desempenho nos quais se baseiam os direitos a ações, opções ou as componentes variáveis da remuneração.

Dada a inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2022, o Banco não teve, nem planeou ter, qualquer plano de distribuição de ações para os membros do órgão de administração ou colaboradores do Banco em 2022.

Na Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banco, é referido que a componente variável da remuneração poderá compreender uma parcela em equity (planos

de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações) ou outros instrumentos financeiros equivalentes. Contudo, atenta a realidade do mercado de capitais português, e ponderado o modelo de organização do Banco, bem como a respetiva situação atual, a política de remuneração dos membros executivos do órgão de administração foi a de não contemplar o pagamento de parte da componente variável da remuneração em equity ou outros instrumentos financeiros equivalentes, nomeadamente sob a forma de sistema de opções sobre as ações representativas do capital da Sociedade.

A Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco não prevê a atribuição de remuneração variável em ações ou opções. A Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco estipula que a componente variável da remuneração será paga em dinheiro, tendo o Banco autonomia para decidir alocar parte deste valor (máximo 50%) em outros benefícios para os colaboradores e integrados no regime fiscal permitido pelas entidades reguladoras.

f. Principais parâmetros e fundamentos dos sistemas de componentes variáveis e de outros benefícios não pecuniários

Tendo designadamente em consideração a prática seguida nas demais instituições de crédito de dimensão equivalente, são atribuídos aos membros executivos do órgão de administração e aos colaboradores do Banco benefícios respeitantes a sistemas de saúde próprios do sector bancário e à utilização de equipamentos de comunicações, informáticos e outros associados ao desempenho das respetivas funções.

Os diretores e os membros dos órgãos de administração beneficiam da atribuição de viatura automóvel para uso pessoal.

Os membros executivos dos órgãos de administração beneficiam também do regime de pensões aplicável à generalidade dos colaboradores da Sociedade em iguais circunstâncias.

No que respeita aos colaboradores do Banco, além do prémio de desempenho, cujos termos de atribuição foram oportunamente descritos em pontos anteriores, existem benefícios prestados aos colaboradores da Sociedade, previstos na Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco que são os seguintes:

- i. Serviços de Assistência Médica (Seguro de Saúde);
- ii. Seguro de acidentes de trabalho, nos termos da lei;
- iii. Fundo de Pensões, nos termos definidos no Contrato Constitutivo.

Conforme referido acima, a Política de Remuneração dos Colaboradores do Banco prevê ainda que o Banco possa alocar parte do valor da componente variável da remuneração (máximo 50%) em outros benefícios para os colaboradores e integrados no regime fiscal permitido pelas entidades reguladoras.

Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral:

Três dos Administradores do Banco estão ou estiveram abrangidos por Fundos de Pensões complementares à Segurança Social (António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques, André Filipe Ventura Rendeiro e Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas). Estes administradores são participantes do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões do Banco e gerido pela Real Vida Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. Este Fundo é complementar à Segurança Social. Sendo as suas participações no Fundo idênticas às dos restantes empregados participantes do Fundo, este assunto não foi sujeito à apreciação da Assembleia Geral.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores:

Em 2022, o valor de benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração foi de € 22.574, referente a remuneração em espécie por utilização de viatura para uso pessoal e suporte com habitação.

Existência de mecanismos que impeçam a utilização pelos membros do órgão de administração de seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração:

Não estão definidos mecanismos com vista ao propósito descrito. Contudo, na Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, é referido que os membros da Comissão Executiva não celebraram nem devem celebrar contratos de cobertura de risco (hedging) ou de transferência de risco relativamente a qualquer componente diferida ou não diferida que possam minimizar os efeitos resultantes do alinhamento pelo risco inerente ao sistema de remuneração estabelecido, nem devem recorrer ao pagamento da componente variável da remuneração por intermédio de entidades instrumentais ou outros métodos com efeito equivalente.

Remuneração dos Administradores Não Executivos e Membros do Órgão de Fiscalização:

Referência à inclusão de alguma componente variável:

A remuneração paga aos Administradores não executivos e aos membros do Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal, até 6 de julho de 2022, e Comissão de Auditoria, a partir de 7 de julho de 2022) não incluiu nenhuma componente variável (entendida como uma componente dependente do desempenho da Sociedade).

De acordo com a Política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização do Banco, a remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração e dos membros do Órgão de Fiscalização não pode incluir nenhuma componente de natureza variável ou cujo valor dependa ou esteja relacionado, por qualquer forma, com o desempenho da Sociedade.

II.4. Divulgação de Informação quantitativa, em cumprimento do disposto no Artigo 450º do Regulamento (UE) nº 575/2013

i. **Montantes da remuneração atribuída durante o exercício financeiro, divididos entre remunerações fixas, incluindo uma descrição das componentes fixas, e remunerações variáveis, e o número de beneficiários;**

a. Montante anual das remunerações ilíquidas auferidas, em 2022, pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade:

Até 06-07-2022, inclusive			
Conselho de Administração		Remuneração Total	
Nome	RF (1)	RE (2)	RV (3)
António Henriques	93.326	1.379	0
André Rendeiro	93.325	1.432	0
Fang Bian	116.448	11.577	0
Sub-Total	303.099	14.388	0
Conselho Fiscal			
Nome	RF (1)	RE (2)	RV (3)
Issuf Ahmad	34.683	0	0
Ernesto Ferreira (4)	24.881	0	0
Wang Ting	23.123	0	0
Sub-Total	82.687	0	0
Total	385.786	14.388	0

(1) Remuneração Fixa incluindo Subsídio de Refeição.

(2) Remuneração em Espécie (Viatura e Habitação).

(3) Remuneração Variável incluindo Bónus ou Incentivos.

(4) Cessação de mandato a 06/07/2022

b. Montante anual agregado das remunerações ilíquidas auferidas pelos colaboradores, discriminadas por área de atividade

A partir 07-07-2022			
Conselho de Administração			
Nome	RF (1)	RE (2)	RV (3)
António Henriques	110.334	1.293	0
André Rendeiro	88.457	1.343	0
Eduardo Moradas (5)	67.336	559	
Sub-Total	266.127	3.195	0
Membros Não Executivos			
Fang Bian	59.286	10.875	0
Comissão de Auditoria			
Issuf Ahmad	48.617	0	0
Wang Ting	32.817	0	0
Luis Gonçalves Folhadela (6)	32.698	0	0
Sub-Total	173.418	10.875	0
Total	439.545	14.070	0

(5) Início de Mandato a 01/09/2022
(6) Início de Mandato a 07/07/2022

Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo em 2022

Não existe remuneração paga por outras sociedades a membros dos órgãos de gestão ou de fiscalização em 2022.

Outros Colaboradores	Total
Remuneração Total de 2022	2.190.407€

(Montante em Euros)

Nota: O número total de beneficiários em 2022 que auferiram remuneração fixa é de 49, correspondente ao n.º total de colaboradores de estrutura do Banco, nesse ano, excluindo órgãos sociais e licenças de longa duração não remuneradas. No que respeita ao valor supra, o mesmo inclui rendimentos de trabalho dependente sujeitos a tributação.

Referente a Outros Colaboradores

Valores Globais Anuais	Remunerações Fixas*	Remunerações Variáveis	Beneficiários
Funções de Controlo (<i>Compliance</i>)	273.288 €	0.00	5
Funções de Controlo (Gestão de Risco)	171.136 €	0.00	3
Funções de Controlo (Auditoria)	138.847 €	0.00	2
Áreas de Negócio	931.451 €	0.00	25
Áreas de Suporte	675.685 €	0.00	14

*Remuneração Fixa líquida incluindo o Subsídio de Refeição e Retribuição em Espécie (Viatura) quando aplicável

(Montante em Euros)

c. Dados quantitativos agregados sobre as remunerações ilíquidas, discriminados pela direção de topo e pelos membros do pessoal cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco das instituições, excluindo órgãos sociais

Referente a Outros Colaboradores

Valores Globais Anuais	Remunerações Fixas*	Remunerações Variáveis	Beneficiários
Áreas de Controlo (1)	244.047 €	0.00	3
Áreas de Negócio (2)	191.370 €	0.00	2
Áreas de Suporte (3)	330.469 €	0.00	4

*Remuneração Fixa líquida incluindo o Subsídio de Refeição, Retribuição em Espécie (Viatura)

(Montante em Euros)

(1) Inclui Direções de topo dos departamentos de *Compliance*, Auditoria e Risco
(2) Inclui Direções de topo dos departamentos de *Business Development* e Tesouraria
(3) Inclui Direções de topo e outros membros responsáveis dos departamentos de Pessoas e Contabilidade, Tecnologia e Operações e Legal e *Governance*.

ii. Indivíduos com remuneração igual ou superior a 1 milhão de EUR por exercício financeiro

Não existem no Banco indivíduos com remuneração igual ou superior a 1 milhão de EUR por exercício financeiro.

iii. Montantes e formas de remuneração variável atribuída, divididos entre remuneração pecuniária, ações, instrumentos indexados a ações e outras formas de remuneração, separando a parte paga antecipadamente e a parte diferida

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável atribuída.

iv. Montante da remuneração diferida atribuída em relação a períodos anteriores de desempenho, divididos entre o montante a adquirir durante o exercício financeiro e o montante a adquirir em anos subsequentes

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável diferida.

v. Montantes da remuneração diferida a adquirir durante o exercício financeiro, pagos durante o exercício financeiro e objeto de reduções resultantes de ajustamentos em função do desempenho

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável diferida.

vi. Prémios no âmbito das remunerações variáveis garantidas durante o exercício financeiro e número de beneficiários desses prémios

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável garantida.

vii. Indemnizações por cessação de funções atribuídas em períodos anteriores, que tenham sido pagas durante o exercício financeiro

Não se verificaram indemnizações por cessação de funções atribuídas em períodos anteriores,

que tenham sido pagas durante o exercício financeiro de 2022.

viii. Montantes das indemnizações por cessação de funções atribuídas durante o exercício financeiro, divididos entre os que são pagos antecipadamente e os diferidos, o número de beneficiários desses pagamentos e o montante mais elevado pago a um só beneficiário

Durante o exercício de 2022 foi efetuado o pagamento do valor total de € 527.812 a 14 colaboradores referente a compensações por despedimento coletivo. O montante mais elevado pago a um só beneficiário foi de € 97.489. Não foram pagas nem são devidas a membros dos órgãos sociais ou colaboradores quaisquer indemnizações decorrentes da cessação das suas funções durante o exercício.

ix. Número de novas contratações efetuadas

Houve 14 novas contratações em 2022, número que inclui contratos sem termo, a termo certo e contratos de estágio.

x. Número de Colaboradores

A tabela abaixo apresenta o número total de empregados do Bison Bank, em 31 de dezembro de 2022, por departamento:

Departamento	Número
Pessoas e Contabilidade	6
Legal e Governance	2
Business Development	15
Compliance	5
Auditoria Interna	2
Tecnologia e Operações	6
Tesouraria	2
Customer Service e Support	9
Riscos	3

Número total de colaboradores em 31/12/2022: 51 (inclui licenças de longa duração não remuneradas).

xi. Informações sobre a forma como a instituição beneficia da derrogação estabelecida no artigo 94.º, n.º 3, da Diretiva 2013/36/UE.

O Banco não beneficia da derrogação estabelecida no artigo 94.º, n.º 3, da Diretiva 2013/36/EU.

II.5. Remunerações do Revisor Oficial de Contas

Em relação à estrutura de fiscalização da Sociedade, os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentam o seguinte detalhe, por tipo de serviço prestado:

	31-12-2022	31-12-2021
Revisão Legal das Contas	79	76
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	42	34
Consultoria	16	-
	137	110

Nota: Valores não incluem o IVA

(valores expressos em milhares de Euros)

Na rubrica “Outros serviços de garantia de fiabilidade” estão incluídos os honorários relacionados com a revisão do sistema de controlo interno do Banco, incluindo o subjacente à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, com a revisão dos procedimentos e medidas relativas à salvaguarda dos bens de clientes e com a certificação no âmbito do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Outras Informações

Informação sobre as ações e obrigações previstas no Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2022, incluindo o movimento de ações e obrigações realizado durante o respetivo exercício.

Conselho de Administração

Bian Fang (Presidente)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

António Manuel Gouveia Ribeiro Henriques (Vogal Executivo e Presidente da Comissão Executiva)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

André Filipe Ventura Rendeiro (Vogal Executivo)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Eduardo Nuno de Sousa Feijóo Moradas (Vogal Executivo)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Órgão de Fiscalização

Issuf Ahmad (Presidente da Comissão de Auditoria)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Wang Ting (Vogal da Comissão de Auditoria)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Luís Miguel Gonçalves Folhadela de Oliveira (Vogal da Comissão de Auditoria)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Ernesto Jorge de Macedo Lopes Ferreira (Vogal do Conselho Fiscal entre 1 de janeiro e 6 de junho de 2022)

À data de 31 de dezembro de 2022 não era titular, diretamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banco (incluindo ações e/ou instrumentos financeiros com estes relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Relação de Acionistas

Relação de Acionistas com referência a 31 de dezembro de 2022:

Acionista	%
Bison Capital Financial Holdings (Hong Kong) Limited,	100%

Informação sobre ações próprias nos termos do Artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais

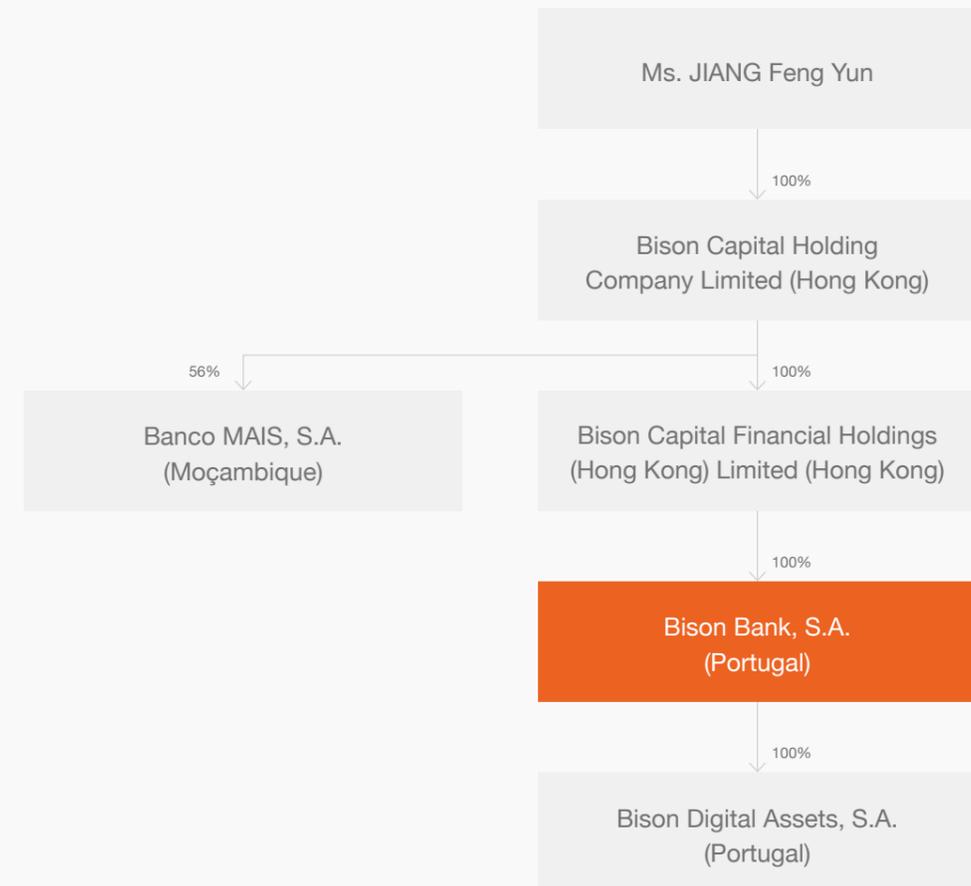
Nos termos do n.º 2 do Artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não se verificou, durante o exercício, qualquer movimento de ações próprias, não detendo a Sociedade ações próprias em 31 de dezembro de 2022.

Informação sobre as ações e obrigações de sociedades do perímetro Bison Holding Group transacionadas e/ou detidas durante o exercício de 2022, por sociedades do mesmo perímetro.

Seguidamente informa-se sobre as ações e obrigações de sociedades do perímetro Bison Holding Group transacionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo.

	31-12-2021	Movimentos Ocorridos no Período			31-12-2022
	Quantidade	Operação	Data	Quantidade	Quantidade
Bison Capital Financial Holdings S.A.					
Ações Bison Bank S.A.	39.039.674	-	-	-	39.039.674

Diagrama de Participações do Bison Bank, S.A.



Certificação Legal das Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Bison Bank, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 188.713 milhares de euros e um total de capital próprio de 39.973 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.538 milhares de euros), a demonstração de resultados, a demonstração do resultado e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Bison Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria****Justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo – nível 3 da hierarquia de justo valor**

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, apresentadas nas notas anexas 2.4, 2.7, 2.8, 7, 21, 27 e 28 das demonstrações financeiras do Banco

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras do Banco e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de balanço desses instrumentos ascendem a 10.733 milhares de euros apresentados na categoria de "Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados", compostos na sua totalidade por instrumentos de capital próprio.

Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, e quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, a determinação do justo valor é feita com recurso a modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa ou a preços indicativos fornecidos por contrapartes, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e *inputs* a utilizar.

De entre os ativos em balanço em 31 de dezembro de 2022, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, destaca-se o investimento no Fundo Discovery Portugal Real Estate Fund ("Fundo Discovery"), cujo justo valor em balanço aquela data ascende a 8.458 milhares de euros, determinado com base na análise efetuada pelo Banco à proposta de aquisição não vinculativa apresentada por um potencial investidor.

Neste contexto, alterações nos pressupostos e nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão, aliado ao facto de se tratar de proposta de aquisição não vinculativa, bem como os possíveis impactos do atual contexto macroeconómico adverso e da evolução do mercado imobiliário, podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo,

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Banco subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor.

Para uma amostra representativa de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, os nossos procedimentos incluíram igualmente (i) o entendimento das metodologias e dos principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação do justo valor; (ii) a avaliação se as metodologias utilizadas pelo Banco são razoáveis nas circunstâncias; (iii) a comparação dos preços indicativos fornecidos por contrapartes externas com os utilizados pelo Banco na contabilização do justo valor desses instrumentos financeiros; e (iv) a revisão analítica sobre o justo valor desses instrumentos financeiros, comparando-o com o período homólogo e com a última informação financeira e respetivos relatórios de auditoria, sempre que disponíveis.

No caso específico do Fundo Discovery, os nossos procedimentos incluíram ainda a obtenção das análises realizadas pela área de banca de investimento do *Business Development Department*, pelo *Global Risk and Reporting Department* e pelo *People and Accounting Department* apresentadas em reunião da Comissão Executiva do Banco.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.


Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco.

Perdas por imparidade de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade registadas para os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas notas anexas 2.4, 2.7, 2.8, 8, 16, 27 e 28 das demonstrações financeiras do Banco

A significativa expressão dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco, no que respeita à identificação de instrumentos de dívida com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("*default*"), incluindo o correspondente montante de perdas esperadas de crédito, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor bruto dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral ascende a 98.967 milhares de euros e as respetivas perdas de crédito esperadas reconhecidas a essa data ascendem a 605 milhares de euros.

A mensuração das perdas de crédito esperadas dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como o respetivo aumento significativo do risco de crédito ou em situação de incumprimento ("*default*"), são apurados pelo Banco maioritariamente com recurso a informação disponibilizada por fornecedores externos como agências de *rating* e/ou informação de mercado proveniente de *data providers*.

Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias ou na informação disponibilizada por fornecedores externos utilizados pelo Banco, na análise e quantificação das perdas de crédito esperadas dos instrumentos de dívida, podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidade apurado em cada momento.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como os controlos chave do Banco subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas de crédito esperadas.

No que respeita aos modelos utilizados pelo Banco, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar se os pressupostos considerados pelo órgão de gestão respondem aos requisitos da IFRS 9, nomeadamente: (i) o entendimento das metodologias e dos principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das perdas por imparidade; (ii) a avaliação se as metodologias utilizadas pelo Banco são razoáveis nas circunstâncias; (iii) a análise da definição de *default* e dos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; (iv) a análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizados pelo Banco no cálculo dos parâmetros de risco; e (v) o recálculo das perdas esperadas de crédito.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como as respetivas perdas por imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:





- a) Fomos nomeados auditores do Bison Bank, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2014 para o exercício findo em 31 de dezembro desse ano, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu através da deliberação por escrito do acionista único de 26 de setembro de 2022 e para o mandato compreendido entre 2022 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 5 de abril de 2023; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

5 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma, ROC n.º 1853
Registado na CMVM com o n.º 20180003

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Bison Bank, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 188.486 milhares de euros e um total de capital próprio de 39.715 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.797 milhares de euros), a demonstração consolidada de resultados, a demonstração consolidada do resultado e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Bison Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo – nível 3 da hierarquia de justo valor

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, apresentadas nas notas anexas 2.4, 2.7, 2.8, 7, 21, 27 e 28 das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de balanço desses instrumentos ascendem a 10.733 milhares de euros apresentados na categoria de "Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados", compostos na sua totalidade por instrumentos de capital próprio.

Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, e quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, a determinação do justo valor é feita com recurso a modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa ou a preços indicativos fornecidos por contrapartes, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e *inputs* a utilizar.

De entre os ativos em balanço em 31 de dezembro de 2022, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, destaca-se o investimento no Fundo Discovery Portugal Real Estate Fund ("Fundo Discovery"), cujo justo valor em balanço aquela data ascende a 8.458 milhares de euros, determinado com base na análise efetuada pelo Grupo à proposta de aquisição não vinculativa apresentada por um potencial investidor.

Neste contexto, alterações nos pressupostos e nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão, aliado ao facto de se tratar de proposta de aquisição não vinculativa, bem como os possíveis impactos do atual contexto macroeconómico adverso e da evolução do mercado imobiliário, podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor.

Para uma amostra representativa de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, os nossos procedimentos incluíram igualmente (i) o entendimento das metodologias e dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo para a determinação do justo valor; (ii) a avaliação se as metodologias utilizadas pelo Grupo são razoáveis nas circunstâncias; (iii) a comparação dos preços indicativos fornecidos por contrapartes externas com os utilizados pelo Grupo na contabilização do justo valor desses instrumentos financeiros; e (iv) a revisão analítica sobre o justo valor desses instrumentos financeiros, comparando-o com o período homólogo e com a última informação financeira e respetivos relatórios de auditoria, sempre que disponíveis.

No caso específico do Fundo Discovery, os nossos procedimentos incluíram ainda a obtenção das análises realizadas pela área de banca de investimento do *Business Development Department*, pelo *Global Risk and Reporting Department* e pelo *People and Accounting Department* apresentadas em reunião da Comissão Executiva do Banco.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.



Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Perdas por imparidade de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade registadas para os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas notas anexas 2.4, 2.7, 2.8, 8, 16, 27 e 28 das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

A significativa expressão dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de instrumentos de dívida com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("default"), incluindo o correspondente montante de perdas esperadas de crédito, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor bruto dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral ascende a 98.967 milhares de euros e as respetivas perdas de crédito esperadas reconhecidas a essa data ascendem a 605 milhares de euros.

A mensuração das perdas de crédito esperadas dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como o respetivo aumento significativo do risco de crédito ou em situação de incumprimento ("default"), são apurados pelo Grupo maioritariamente com recurso a informação disponibilizada por fornecedores externos como agências de *rating* e/ou informação de mercado proveniente de *data providers*.

Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias ou na informação disponibilizada por fornecedores externos utilizados pelo Grupo, na análise e quantificação das perdas de crédito esperadas dos instrumentos de dívida, podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidade apurado em cada momento.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como os controlos chave do Grupo subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas de crédito esperadas.

No que respeita aos modelos utilizados pelo Grupo, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar se os pressupostos considerados pelo órgão de gestão respondem aos requisitos da IFRS 9, nomeadamente: (i) o entendimento das metodologias e dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo para a determinação das perdas por imparidade; (ii) a avaliação se as metodologias utilizadas pelo Grupo são razoáveis nas circunstâncias; (iii) a análise da definição de *default* e dos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; (iv) a análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizados pelo Grupo no cálculo dos parâmetros de risco; e (v) o recálculo das perdas esperadas de crédito.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como as respetivas perdas por imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras



consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Bison Bank, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2014 para o exercício findo em 31 de dezembro desse ano, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu através da deliberação por escrito do acionista único de 26 de setembro de 2022 e para o mandato compreendido entre 2022 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 5 de abril de 2023; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

5 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma, ROC n.º 1853
Registado na CMVM com o n.º 20180003

Avaliação da Comissão de Auditoria sobre adequação e eficácia da Cultura Organizacional, Sistemas de Governo e Controlo Interno

13

Avaliação da Comissão de Auditoria do Bison Bank, S.A. sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno.

Introdução

O presente documento é apresentado para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal (“Aviso”) e insere-se no processo anual de autoavaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional do Bison Bank, S.A. (‘Banco’) e dos seus sistemas de governo e controlo interno nos termos do disposto no Aviso.

A Comissão de Auditoria (“CAud”) iniciou funções em julho de 2022, na sequência da mudança da estrutura de administração e de fiscalização do Banco por deliberação de 7 de julho de 2022. Até esta data as funções de fiscalização eram exercidas pelo Conselho Fiscal (“CF”).

Resumo do Relatório de Autoavaliação

Apresentamos nos pontos seguintes um resumo do relatório de autoavaliação previsto no artigo 55.º do Aviso, o qual contém a avaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno, com referência ao período decorrido entre 1 de dezembro de 2021 e 30 de novembro de 2022 (“período de referência”):

- A CAud e o CF fizeram, nos respetivos períodos de exercício de funções, o acompanhamento da gestão, das operações e da evolução dos negócios do Banco ao longo do período de referência, no decurso das suas reuniões, através da participação nas reuniões do Conselho de Administração (“CA”), do acesso a documentação produzida por este Órgão e pelos Comités em que este delegou competências, do acesso à informação de gestão e prudencial sobre a atividade e resultados do Banco e de outra documentação relevante e dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.
- A CAud analisou e discutiu o trabalho desenvolvido pelas Funções de Controlo (Risco, Compliance e Auditoria Interna), nos termos das responsabilidades que lhe são atribuídas pelos estatutos do Banco e do Aviso, nomeadamente:
 - Acompanhou o trabalho da Função de Gestão de Riscos, tendo analisado os aspetos relacionados com o sistema de controlo interno e de gestão de riscos do Banco, em especial, e como parte do acompanhamento da função, os relatórios semestrais da atividade desenvolvida, assim como, o respetivo plano de atividades, e outros temas com possível impacto no sistema de controlo interno do Banco;
- Analisou e discutiu o trabalho desenvolvido pela Função de Compliance, incluindo a obtenção de informação adequada sobre as deficiências detetadas no sistema de controlo interno e de gestão de riscos do Banco, sobre a avaliação e graduação dos respetivos riscos, as medidas adotadas para a sua resolução e o respetivo estado de implementação;
- Acompanhou e supervisionou o planeamento de atividades e o trabalho desenvolvido pela Função de Auditoria Interna, diligenciando a salvaguarda da sua independência e eficácia, sendo informado sobre os relatórios emitidos pela função e zelado pelo cumprimento das recomendações.
- No período de referência, a CAud e o CF analisaram os relatórios de evolução das ações de mitigação das deficiências e de implementação de recomendações identificadas, e apreciou as deficiências identificadas pelas funções de controlo interno do Banco (*Compliance*, *Gestão de Riscos* e *Auditoria Interna*), no período de referência, bem como a sua graduação e planos de ação definidos para a respetiva resolução, incluindo os prazos definidos para a concretização desses planos.
- A CAud concluiu pela adequada classificação das deficiências identificadas com o nível de F3 – Elevada (não foi detetada pelo Banco nenhuma deficiência com classificação F4 – Severa) e que os seus impactos não são passíveis de prejudicar a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno do Banco, considerando que:
 - as deficiências identificadas dispõem de medidas, prazos e responsáveis pela sua implementação;
 - o seguimento das deficiências em aberto está assente num processo de monitorização contínuo pelo CA, com periodicidade trimestral, para se garantir a correção tempestiva das situações identificadas de acordo com a política de governo interno do Banco;
 - existe uma metodologia de classificação de deficiências; e
 - é feita a validação da adequada utilização dos critérios e classificação das deficiências pela Função de Auditoria Interna.
- A CAud procedeu igualmente ao acompanhamento contínuo da legislação e demais regulamentação nacional e comunitária relativa ao sistema e mecanismos de controlo interno, bem como a todo o processo de preparação do relatório de autoavaliação do Banco, e que incluiu:
 - Análise e avaliação do modelo de graduação de riscos definido nos termos do disposto no Aviso;
 - Análise dos planos de ação determinados para resolução dos gaps identificados e respetiva priorização, ações propostas e *timings* associados; e
 - Processo de graduação das recomendações em aberto de períodos anteriores, bem como das recomendações identificadas no período de referência.
- Em resultado do trabalho desenvolvido pelas funções de controlo interno do Banco, pelo Revisor Oficial de Contas e do processo de supervisão, foi identificado um conjunto de deficiências expresso no relatório de autoavaliação do Banco, preparado nos termos do Artigo 55.º do Aviso e do Artigo 2.º da Instrução n.º 18/2020 do Banco de Portugal (“Instrução”), o qual prevê também as medidas e prazos para a respetiva correção, igualmente acompanhados pela CAud, não havendo nenhuma deficiência classificada com grau de risco F4 – Severa e, das deficiências identificadas, apenas 1 tem classificação F3 – Elevada, sendo as restantes de classificação F2 – Moderada e F1 – Reduzida.
- A CAud considera que, não obstante as deficiências identificadas, os mecanismos de controlo alternativos ou as iniciativas em curso garantem uma adequada mitigação dos riscos decorrentes de tais deficiências.

Principais Conclusões

- Com base nas atividades desenvolvidas e nas evidências obtidas a CAud avaliou, no âmbito das responsabilidades atribuídas por lei aos órgãos de fiscalização e ponderando os impactos atuais e potenciais das deficiências que se mantêm em aberto, a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno.
- Com base na avaliação referida na alínea anterior, e com exceção dos aspetos mencionados relativamente às "Deficiências", e da necessidade de desenvolver um conjunto adicional de procedimentos para adoção na plenitude do disposto no Aviso, concluímos, por unanimidade, pela positiva sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno, em todos os aspetos materialmente relevantes, nos termos dos requisitos definidos no Aviso.
- Com exceção dos aspetos mencionados com respeito a "Deficiências", concluímos, por unanimidade, pela positiva sobre o estado de concretização das medidas definidas no período de referência para corrigir as deficiências detetadas, incluindo as deficiências do sistema de controlo interno e do sistema de contabilidade do Banco reportadas pelo revisor oficial de contas ou no âmbito de outras atividades por este realizadas, ou identificadas por outras entidades externas, incluindo autoridades de supervisão.
- Concluímos sobre a qualidade do desempenho e adequada independência das funções de controlo interno do Banco, o qual conta com funções de controlo interno permanentes e efetivas, com um estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional destinadas a verificar, nas respetivas áreas de competência, se as estratégias, políticas, processos, sistemas e procedimentos estabelecidos são adequados, devidamente atualizados, corretamente aplicados e efetivamente cumpridos.
- As funções de controlo interno dispõem de acesso direto à CAud e ao CA e aos respetivos comités de apoio, estando assim assegurada a possibilidade de transmissão direta e de imediato quaisquer informações aos referidos órgãos sem a intervenção prévia de terceiros e, por outro lado, que estes as possam solicitar diretamente às funções de controlo interno.
- Adicionalmente, concluímos ainda por unanimidade e pela positiva sobre:
 - i. A fiabilidade, no período de referência, dos processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, incluindo os efetuados pelo Banco ao abrigo do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, da Comissão, de 16 de abril de 2014;
 - ii. A fiabilidade dos processos de preparação de informação divulgada ao público pelo Banco ao abrigo da legislação e regulamentação aplicável, incluindo a informação financeira e prudencial; e

- iii. O adequado cumprimento, no período de referência, de todos os deveres de divulgação ao público, que resultem de legislação e regulamentação aplicáveis e que respeitem às matérias previstas no Aviso.

Lisboa, 31 de março de 2023

A Comissão de Auditoria

Wang Ting

Luis Gonçalves Folhadela

Issuf Ahmad

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria — Exercício de 2022

Introdução

1. Dando cumprimento, nomeadamente, ao disposto no artigo 423.º-F, n.º 1, alínea g), do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), elaborou a Comissão de Auditoria (“CAud”) do Bison Bank, S.A. (“Banco”) o presente relatório e parecer sobre relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração (“CA”) do Banco relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pela CAud durante o mesmo exercício.
2. Em 2022 houve alteração da estrutura de administração e fiscalização do Banco, passando do modelo clássico (conselho de administração, conselho fiscal e revisor oficial de contas) para o modelo anglo-saxónico de conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e revisor oficial de contas, nos termos do artigo 278.º, n.º 1, alínea b) do CSC.

Os sete membros do CA, incluindo três membros que integram a CAud, foram eleitos em 7 de julho de 2022, para o mandato de quatro anos de 2022-2025. O CA é presidido por um membro não executivo, tendo sido constituída uma comissão executiva composta por três membros.

Até à data da eleição dos membros que integram a CAud, a função de fiscalização do Banco era exercida pelo Conselho Fiscal (“CF”), composto por três membros, na sua maioria independente, incluindo o seu presidente.

Doravante, ao referir simultaneamente CAud e CF irá designá-los por “órgão de fiscalização”.

Existe um comité especializado para os assuntos relacionados com nomeações e remunerações, o qual é composto por membros não executivos do CA, na sua maioria independentes e presididos por membro independente de forma a assegurar a independência no respetivo desempenho.

A sociedade revisora oficial de contas do Banco — PricewaterhouseCoopers (SROC) foi eleita pela primeira vez para o mandato de 2014 e sucessivamente reeleita, primeiro para o mandato de três anos (2015-2017), depois para mandatos de dois anos a partir de 2018, perfazendo o total de nove anos de mandato, terminando o último mandato de dois anos no final de 2023.

Atividade exercida

3. No exercício de funções de fiscalização, a CAud reuniu vinte e duas vezes, no período de julho a dezembro de 2022, e o CF reuniu catorze vezes no período de janeiro a julho de 2022.

Nas reuniões do órgão de fiscalização participaram também, a convite e consoante os assuntos em discussão, administradores executivos, representantes da SROC e responsáveis pelas funções de controlo e de outras áreas do Banco. A CAud manteve uma comunicação permanente com os membros da Comissão Executiva do Banco (“CE”) e com os detentores de funções de controlo e assistiu igualmente a diversas reuniões do CA. Sendo os membros que compõem a CAud simultaneamente membros (não executivos) do CA, a presença nas reuniões do CA passou a ser uma constante com acesso mais facilitado à informação relevante para o exercício da fiscalização e desafio da gestão. No exercício da supervisão das funções de controlo e da revisão legal das contas reuniu regularmente com os diretores dos departamentos de risco, compliance e auditoria interna e com os representantes da SROC.

4. O Presidente da CAud preside igualmente o Comité de Nomeações e Remunerações, o qual integra ainda dois membros não executivos do CA, dos quais o presidente deste órgão e o membro da CAud, independente nos termos legais e regulamentares.

5. Em 01 de abril de 2022, o CF emitiu o relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2021 e parecer sobre relatório de gestão, contas e propostas apresentados pelo CA do Banco relativamente ao referido exercício.

O CF apreciou igualmente a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno do Banco, no âmbito específico da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, com referência ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, tendo emitido o respetivo parecer, em 29 de março de 2022.

O órgão de fiscalização emitiu pareceres sobre temas relacionados com revisão de políticas e regulamentos internos, acumulação de funções, conflitos de interesse e partes relacionadas.

6. Com referência ao período decorrido entre 01 de dezembro de 2021 e 30 de novembro de 2022, a CAud emitiu relatório da avaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional do Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno, nos termos do disposto no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e para os efeitos previstos da alínea a) do artigo 55.º do Aviso.

Ainda no âmbito do mesmo Aviso, a CAud elaborou um resumo do relatório de avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e os seus sistemas de governo e controlo interno, o qual é divulgado em anexo, em conformidade com o disposto no artigo 60.º do citado Aviso.

7. A CAud exerceu igualmente a sua função de supervisão da gestão do Banco, fiscalizando e desafiando construtivamente a administração executiva do Banco, nomeadamente em matérias relacionadas com a estratégia do Banco, gestão de risco, o controlo interno, o compliance, o governo interno, a boa prestação de contas e auditoria interna, articulando com o membro não executivo do CA que não integra a CAud, em conformidade com a lei e os normativos regulamentares e orientações aplicáveis ao setor bancário.

8. O órgão de fiscalização recebeu dos responsáveis pelas funções de controlo os respetivos planos e relatórios de atividade, bem como reportes periódicos sobre a gestão de risco, o compliance e relatórios de auditoria interna. A CAud exerceu a supervisão do desempenho das funções de controlo, apreciando e discutindo com os diretores dos departamentos de controlo e seus colaboradores os planos e os reportes periódicos sobre o desempenho da gestão

de risco e de compliance, bem como do exercício independente de auditoria interna, efetuando observações e recomendações que considerou adequadas.

9. O Banco tem em funcionamento um sistema de comunicação de irregularidades, conforme documento divulgado no seu sítio institucional de internet intitulado “Política de Comunicação de Irregularidades ou Preocupações (*Whistleblowing*)”. O órgão de fiscalização monitorizou o funcionamento desse sistema, envolvendo departamentos de controlo. A informação detalhada sobre comunicação de irregularidades e preocupações que possam penalizar o Banco, consta de relatório autónomo, emitido em conformidade com previsto no n.º 7 do artigo 116.º-AA do RGICSF.

Avaliação da independência da SROC

10. De acordo com o previsto nos regulamentos internos e nos diplomas legais nacionais e comunitários que regulam o exercício da atividade de revisão legal das contas de Entidades de Interesse Público, o órgão de fiscalização supervisionou a independência da SROC, tendo a mesma apresentado à CAud declaração confirmando a sua independência e dos colaboradores envolvidos na revisão legal das contas relativamente à entidade examinada — Banco.

11. O órgão de fiscalização aprovou previamente serviços distintos de auditoria realizados pela SROC e entidades relacionadas, com exceção do exigido por lei (sobre salvaguarda de ativos — requisito da CMVM), mediante proposta devidamente fundamentada e subsequente avaliação das ameaças à independência decorrentes da realização desses trabalhos, tendo em conta as medidas restritivas de salvaguarda da independência previstas no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC),

aprovado pela Lei n.º 140/2015, e no Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16/04/2014 (Regulamento Europeu de Auditoria).

12. Quanto à rotação, aplica-se o disposto no Regulamento Europeu de Auditoria e no EOROC, bem como na “Política de Seleção e Designação de ROC” aprovada pela Assembleia Geral do Banco e divulgada no seu sítio institucional de internet. De acordo com esta Política: (i) o período máximo de exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua primeira designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de três anos; (ii) o período mínimo inicial do exercício de funções de revisão legal das contas do Banco pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) é de dois anos e o período máximo é de dez anos; (iii) após o exercício de funções pelo referido período máximo, o ROC só pode ser novamente designado após decurso de um período mínimo de quatro anos; (iv) a contagem dos prazos é efetuada a partir do primeiro exercício financeiro abrangido pelo vínculo contratual pelo qual o ROC foi designado pela primeira vez, para a realização das revisões legais de contas consecutivas do Banco; (v) no processo de renovação do mandato do ROC, a CAud terá em conta os resultados da avaliação do seu desempenho.

13. A PricewaterhouseCoopers — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (PwC) foi designada ROC pela respetiva Assembleia Geral, pela primeira vez, em 9 de maio de 2014, estando presentemente a cumprir o seu último mandato de dois anos 2022-2023, completando, assim, com a conclusão da auditoria das contas de 2023 a duração máxima de dez anos de mandato permitida pelas disposições regulamentares aplicáveis.

14. Quanto à rotação do sócio responsável pela revisão legal das contas, nenhum dos sócios da PwC assumiu a responsabilidade de orientação ou execução direta da revisão legal das contas do Banco por período superior a sete anos. O sócio ROC Dr. José Manuel Henriques Bernardo foi responsável pela revisão das contas de 2014 a 2017 e a sócia ROC Dra. Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma, passou a ser responsável, a partir de meados de maio de 2018, da revisão legal das contas de 2018 em diante. A partir de 2022, a rotação passou a abranger os quadros superiores envolvidos na revisão legal das contas do Banco, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei 140/2015, alterado pela Lei 99-A/2021, de 31 de dezembro.

Apreciação do relatório e contas

15. A CAud apreciou o Relatório e Contas apresentado pelo CA, relativamente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2022, o qual inclui o Relatório de Gestão, demonstrações financeiras e correspondente anexo, proposta de aplicação de resultados e relatório sobre o governo da sociedade. As contas de 2022 são apresentadas apenas em base individual e consolidada, integrando a subsidiária Bison Digital Asset, S.A., sob o domínio total do Banco. Esta sociedade foi constituída em 15 de julho de 2022, tendo como membros do Conselho de Administração os membros da Comissão Executiva do Banco, e ainda na fase de arranque em 2022.

A CAud apreciou as principais políticas contabilísticas e as alterações ocorridas no âmbito das IAS/IFRS, bem como os registos e as divulgações efetuadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e dos restantes instrumentos de prestação de contas relativas ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2022.

16. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registou um resultado líquido consolidado de valor negativo de aproximadamente de 6,8 milhões de euros (-6,5 milhões de euros na base individual), o qual compara com valor negativo de 10,6 milhões de euros registado em 2021, devido essencialmente ao aumento significativo da margem financeira (0,9 milhões de euros) impulsionada pelo contexto de subida acentuada das taxas de juro, a partir da segunda metade do ano, ao menor impacto da desvalorização da participação no Fundo *Discovery* (3,6 milhões de euros em 2021 e 1 milhão de euros em 2022) e à contenção de custos de funcionamento. No entanto, o Banco mantém níveis de capitalização e de liquidez equilibrados, com rácios no final do ano do Tier 1 Common equity de cerca de 36,2% (65,8% em 2021) e de LCR e NSFR de respetivamente 140,9% e 137,8% (152,5% e 175,5% em 2021).

Apreciação da revisão legal das contas

17. A CAud acompanhou a revisão legal das contas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e apreciou os respetivos resultados, as matérias que requereram maior atenção aos auditores, bem como as Certificações Legais das Contas, prestando igualmente atenção à salvaguarda da independência do revisor oficial de contas.

18. A CAud apreciou ainda o relatório adicional dirigido à Comissão de Auditoria, emitido pela SROC, em 03 de abril de 2023, o qual explica os resultados da revisão legal das contas, em cumprimento do disposto no artigo 11.º do Regulamento Europeu de Auditoria. O referido Relatório decorre da auditoria pela SROC às contas do Banco relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2022, o qual abrange um conjunto de temas e informações relevantes no âmbito da auditoria das referidas

contas, que de uma forma geral foram discutidas em reuniões com a CAud e em outros documentos apreciados pela CAud, nomeadamente, matérias contabilísticas e financeiras no âmbito da revisão legal das contas, matérias relevantes de auditoria, entre as matérias que requereram maior atenção do auditor, materialidade, sistema de controlo financeiro interno, continuidade, cumprimento, métodos de avaliação, prestação de serviços distintos de auditoria pela SROC e entidades relacionadas e verificação da independência da SROC.

19. Como matérias relevantes de auditoria, a SROC identificou: 1) a mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, incluindo a mensuração da participação no Fundo *Discovery*, conforme expresso na certificação legal das contas. A participação nesse Fundo, classificada como “Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados”, cujo justo valor reconhecido no balanço, em 31 de dezembro de 2022, ascende a 8.458 mil euros (9.429 mil euros em 31/12/2021), obtido com base na análise efetuada à proposta de aquisição não vinculativa apresentada por um potencial investidor. 2) Perdas por imparidade de instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral, que incluem a mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade registadas para os instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral, com destaque dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, no valor de 98.967 milhares de euros à data de 31 de dezembro de 2022, e as respetivas perdas de crédito esperadas reconhecidas a essa data, no valor estimado de 605 mil euros.

20. Para os efeitos do disposto no artigo 452º, n.º. 2, do CSC, a CAud declara concordar com as certificações legais das contas individuais e consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 03 de abril de 2023, as quais exprimem uma opinião sem reservas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A CAud concorda igualmente com as matérias relevantes de auditoria expressas nas referidas certificações legais das contas.

Proposta de aplicação de resultados

21. O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376º do CSC, que o Resultado do exercício, no valor negativo de €6.538.197,73 (Seis milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa e sete euros e setenta e três cêntimos), seja transferido para a conta Resultados transitados.

Eventos Subsequentes

22. Destacam-se, formalização junto do Ministro das Finanças do processo de renúncia ao regime especial de impostos por ativos diferidos (REIAD), assegurando a cessação da aplicação do mesmo com referência ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2023, e anúncio pelo Governo português de cessação de autorização de residência para investimento, nomeadamente em fundos de capital de risco, no âmbito do programa de emergência “Mais Habitação” submetido à aprovação da Assembleia da República. Para além do atrás referido, não foram verificados outros eventos que requeiram ajustamentos e/ou divulgações nas demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme expresso na nota 30 do anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Parecer sobre o Relatório e Contas

23. Em resultado dos trabalhos realizados, a CAud dá parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas 2022, o qual inclui relatório de gestão, demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respetivas notas anexas, bem como o Relatório sobre o Governo da Sociedade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, confirmado pelo CA.

Tais instrumentos de prestação de contas foram apreciados pelo CA, em cuja reunião estiveram presentes todos os membros do CA, incluindo os membros da CAud, bem como representantes da SROC que integram a equipa de revisão das contas do Banco, tendo nessa reunião a CAud exposto os resultados da revisão legal das contas e explicado o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que a CAud desempenhou nesse processo.

24. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do CA e de outros órgãos e direções do Banco, e as conclusões constantes das certificações Legais das contas sobre a Informação Financeira individual e consolidada, emitidas em 03 de abril de 2023, somos do parecer que a Assembleia Geral do Banco aprove:

a. O Relatório e Contas 2022, referente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2022, o qual inclui o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respetivas notas anexas e o Relatório sobre o Governo da Sociedade, bem como o Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria e as correspondentes certificações legais das contas; e

b. A Proposta de aplicação de resultados.

Deveis igualmente proceder à apreciação geral da administração e fiscalização do Banco, nos termos do disposto no artigo 376.º, n.º 1, alínea c) do CSC, e à deliberação sobre as propostas de revisão das políticas de seleção e avaliação de adequação de membros dos órgãos de administração e fiscalização e de remuneração, bem como sobre o relatório da implementação da política de remuneração.

A CAud expressa o seu agradecimento aos colaboradores do Banco, aos membros do CA, à equipa da SROC, por toda a colaboração prestada no exercício das suas funções, bem como pela atenção prestada pelo Banco de Portugal no âmbito do exercício da sua função de supervisão.

Lisboa, 31 de março de 2023

Issuf Ahmad, Presidente

Wang Ting, Vogal

Luís Gonçalves Folhadela, Vogal



Rua Barata Salgueiro, n.º 33 — Piso 0
1250-042 Lisboa, Portugal

www.bisonbank.com